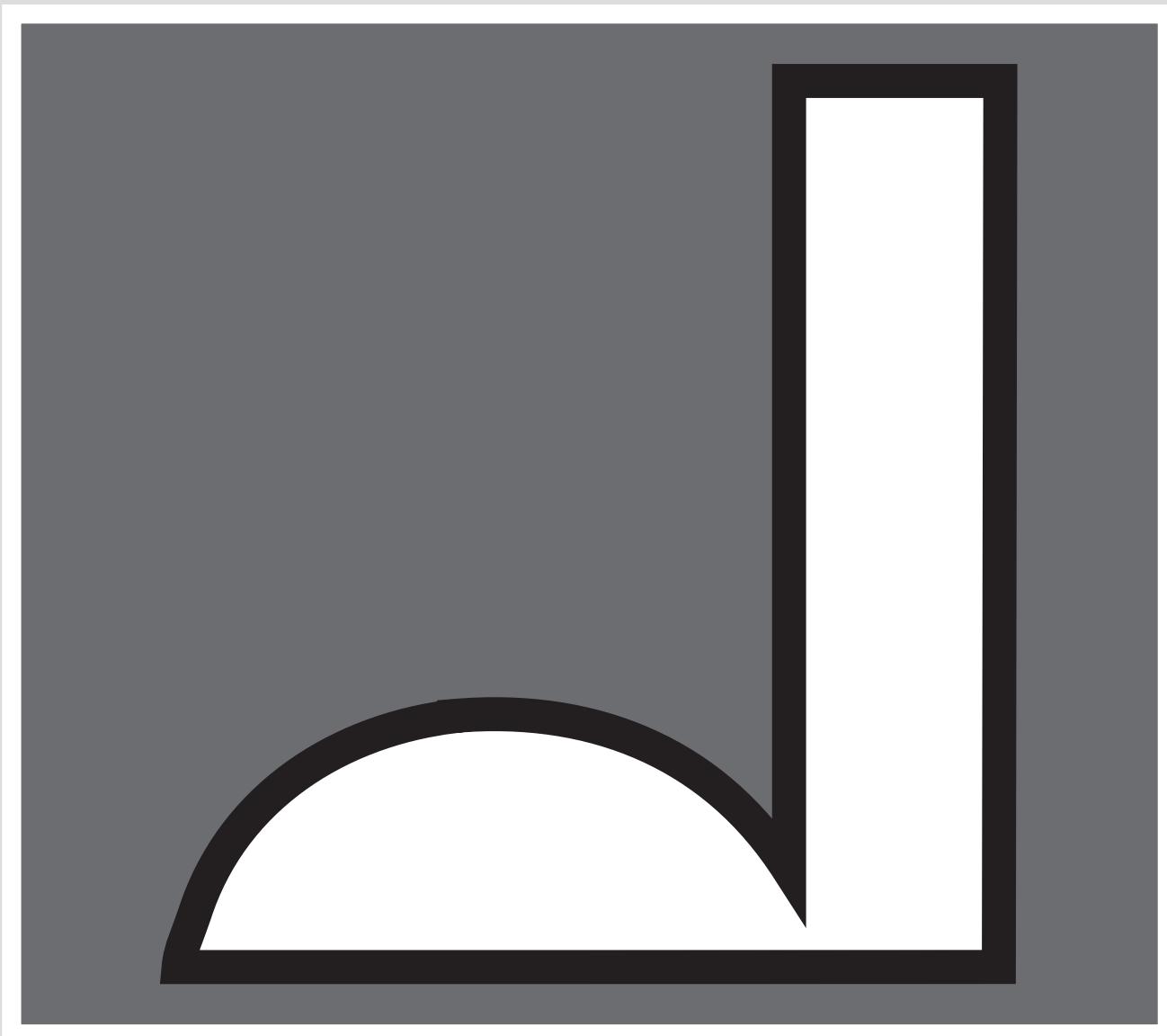




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 155 - TERÇA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Alvaro Dias – PSDB-PR

1º Secretário

Efraim Morais – DEM-PB

2º Secretário

Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário

César Borges – DEM-BA

4º Secretário

Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes – PSDB-AP

2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE

3º - João Vicente Claudino – PTB-PI

4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19 LÍDER VICE-LÍDERES LÍDER DO PMDB – 19 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) – 27 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 1 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM¹/PSDB) – 29 LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES LÍDER DO DEM – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 169ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE OUTUBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação

Do Senador César Borges, informando seu desligamento do Partido dos Democratas (DEM) e filiação ao Partido da República (PR)..... 33455

1.2.2 – Mensagem do Presidente da República

Nº 136, de 2007-CN (nº 718/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao segundo quadrimestre de 2007..... 33455

1.2.3 – Ofícios do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.687/2007, de 27 de setembro, informando que o Deputado Zenaldo Coutinho assumiu a Liderança da Minoria naquela Casa, integrando, portanto, o Conselho da Ordem do Congresso Nacional, conforme preceitua o art. 5º do Decreto Legislativo nº 70, de 1972. 33455

Nº 1.690/2007, de 27 de setembro, informando que o Deputado Zenaldo Coutinho, assumiu a Liderança da Minoria naquela Casa, integrando, portanto, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, conforme preceitua o art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999..... 33455

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 1.122, de 2007, de autoria do Senador Efraim Moraes, solicitando que seja considerada missão oficial sua ausência dos trabalhos da Casa, no período de 7 a 15 de outubro de 2007, a fim de participar da solenidade de assinatura do Protocolo de Intenções com a Universidade de Salamanca, na Espanha, no âmbito do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB. 33455

Nº 1.123, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando autorização para ausentarse do País, no período de 6 a 11 de outubro de 2007, para integrar a Delegação da Subcomissão

de Resíduos Sólidos que realizará visitas técnicas à Alemanha..... 33456

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que revoga a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, que reduz a zero as alíquotas do Imposto de Renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências..... 33456

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Convocação de sessão solene conjunta, a realizar-se dia 2 de outubro do corrente, terça-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Nacional e Internacional do Idoso..... 33464

Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a comemorar os 50 anos da Revolta dos Posseiros, de acordo com os Requerimentos nºs 967 e 985, de 2007, do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores. 33464

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo no valor global de R\$3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais), para os fins que especifica. *Estabelecimento de calendário para sua tramitação*..... 33464

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Lamenta demora na apreciação dos vetos presidenciais. Registro do transcurso, hoje, dos 10 anos da nova Lei Eleitoral..... 33465

SENADOR PAULO PAIM – Destaque para a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Registro de encontro com a diretoria do Sindicato dos Metroviários do Rio Grande do Sul. Destaque para o Dia Internacional do Idoso..... 33470

SENADOR PAPALÉO PAES – Posicionamento contrário à prorrogação da CPMF. Sugestão de painéis públicos exibindo nomes dos parlamentares que votarem a favor da prorrogação da CPMF.....	33484	à atitude de parlamentares. Sugestão de combate ao fisiologismo e votações de acordo com interesse público, em prol do fortalecimento do Senado perante a sociedade.	33526
SENADOR MÁRIO COUTO – Intenção de apresentar requerimento para a criação de CPI para investigar irregularidades no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). Manifestação contra a indicação do Sr. Luiz Antonio Pagot para a direção geral do DNIT.....	33486	1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR EFRAIM MORAIS – Comemoração do 50º aniversário do jornal Diário da Borbo-rema , pertencente aos Diários Associados, criado pelo jornalista Assis Chateaubriand, na cidade Campina Grande/PB. Homenagem aos 100 anos do nascimento do Padre Manoel Vieira, político e educador do estado da Paraíba.	33489	SENADOR ROMERO JUCÁ – Apelo à Casa Civil no sentido da liberação da Proposta de Emenda à Constituição nº 487, de 2005 que regulamenta a autonomia da Defensoria Pública, instituição indispensável ao alcance da paz social.	33529
SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE – Destaque para redução da probreza e elevação da renda média brasileira. Solicita apoio a projeto de lei de autoria de S. Exª que destina 75% da arrecadação do Fust à instalação de computadores com internet nas escolas públicas.	33491	SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Funcionário número 1 milhão”, publicada na revista Veja , edição de 5 de setembro último.	33531
SENADOR TIÃO VIANA – Apelo pela regulamentação do financiamento da saúde.	33496	SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Só fazendo figura”, publicada na revista Veja , edição de 29 de agosto último.	33534
SENADOR ALVARO DIAS – Defesa de adoção de políticas compensatórias para retomada do desenvolvimento do município de Foz do Iguaçu.	33499	SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Um país que não aprende”, publicada na revista Exame , edição de 1º de agosto último.	33535
SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao governador do Piauí, Wellington Dias, pela redução de vagas na Universidade Estadual do Piauí, em 2008.	33504	1.2.9 – Comunicação da Presidência	
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Considerações sobre os problemas do trânsito no país. Aconselhamento para que trabalhador lute por educação de qualidade a seus filhos.	33508	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	33539
SENADOR CÍCERO LUCENA – Defesa da imediata reintegração ao serviço público, dos servidores demitidos no governo Collor. Protesto contra cancelamento de vôos diários que partiam de João Pessoa, PB.	33513	1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Agradecimentos ao Ministro Reis Veloso, pelo convite feito a S. Exa. para participar, como palestrante, da 19ª Edição do Fórum Nacional de Desenvolvimento.....	33515	2 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
SENADORA ROSALBA CIARLINI – Homenagem à cidade de Mossoró-RN, pela comemoração anual do aniversário da libertação dos escravos, ocorrida cinco anos antes da assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel em 1888.	33522	Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional, e correspondências expedidas, no período de 1º a 30 de setembro 2007. (Publicada em Suplemento à presente edição)	33545
SENADOR VALDIR RAUAPP – Comemoração, hoje, pelo Dia da Secretaria. Preocupação com a violência que assola o país, em especial o Estado de Rondônia, e apelo aos governos federal e estadual, por investimentos na segurança pública.....	33524	3 – ATAS DE COMISSÕES (Publicadas em Suplemento à presente edição)	
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Reflexão sobre matérias divulgadas pela imprensa referentes		4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
		Nºs 4.821 a 4.825, de 2007	33546
		SENADO FEDERAL	
		5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
		– 53ª LEGISLATURA	
		6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
		15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 169^a Sessão Não Deliberativa, em 1º de outubro de 2007

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Efraim Moraes, Mão Santa e Cícero Lucena

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão do Senado da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, do PSDB do Estado do Amapá.

É lida a seguinte:

Brasília, 1º de outubro de 2007

Senhor Presidente,

Tenho prazer de me dirigir a Vossa Excelência para informa-lhe que estou deixando o Partido dos Democratas (DEM) e me filiando ao Partido da República (PR), bancada que passo a integrar nesta Casa.

Atenciosamente, – **César Augusto Rabello Borges**, Título Eleitoral nº 025173700574, 001^a Zona.

Anexos: Cópias da ficha de filiação partidária e comunicação ao Juiz Eleitoral da 001^a Zona Eleitoral – Salvador (BA) com protocolo AR-Correios.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM N° 136, DE 2007 – CN

Mensagem nº 136, de 2007-CN (nº 718/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, o relatório de avaliação do cumprimento de meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financeiras, referente ao segundo quadrimestre de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Of. nº 1.687/07/SGM/P

Brasília, 27 de setembro de 2007

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que o Deputado Zenaldo Coutinho assumiu a Liderança da Minoria nesta Casa, integrando, portanto, o Conselho da Ordem do Congresso Nacional, conforme preceitua o art. 5º do Decreto Legislativo nº 70, de 1972.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

Of. nº 1.690/07/SGM/P

Brasília, 27 de setembro de 2007

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Of. SGM/P nº 1.436, de 21 de agosto de 2007, informo a Vossa Excelência que o Deputado Zenaldo Coutinho assumiu a Liderança da Minoria nesta Casa, integrando, portanto, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, conforme preceitua o art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.122, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada missão oficial, minha ausência dos trabalhos desta Casa no período entre 8 a 11 de outubro de 2007, quando participarei de solenidade de assinatura de Protocolo de Intenções com a Universidade de Salamanca, em Salamanca, na Espanha, no âmbito do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB.

Comunico que estarei ausente do País no período de 7 a 15 de outubro de 2007.

Sala das Sessões, 1º de outubro de 2007. – Senador **Efraim Moraes**.

REQUERIMENTO N° 1.123, DE 2007

Requeiro, com fulcro no disposto nos artigos 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me do País, no período de 6 a 11 de outubro do corrente ano, para integrar a Delegação da Subcomissão de Resíduos Sólidos que realizará visitas técnicas na Alemanha, conforme autorização e programação anexas, com ônus para o Senado Federal.

Sala das Sessões, 1º de outubro de 2007. – Senador **Cícero Lucena**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 572, DE 2007**

Revoga a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, que “reduz a zero as alíquotas do Imposto de Renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006.

Art. 2º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do exercício subsequente a sua publicação.

Justificação

A Lei nº 11.312 resultou da conversão da MPV nº 281, de 14 de fevereiro de 2006, que propunha a isenção de IR e CPMF sobre investimentos de não-residentes em títulos públicos federais e em instrumentos de capital de risco. A idéia que norteou a apresentação da proposta pelo Executivo, bem como sua aprovação pelo Legislativo, foi a de atrair investimentos estrangeiros para o Brasil. Ocorreu, no entanto, que as entradas de capital internacional aumentaram além do previsto, o que provocou valorização descontrolada do real e grandes prejuízos para o País.

A taxa de câmbio em relação ao dólar, que se mantinha acima de R\$3,00 em 2003, hoje se situa abaixo de R\$1,90. Para tentar neutralizar a valorização do real, o Banco Central realizou compras maciças de dólares. Nossas reservas internacionais, que estavam

em torno de US\$16 bilhões em 2003, subiram para US\$148 bilhões.

A administração de reservas de tal monta representa, obviamente, um grande ônus para o País. Além da perda decorrente da desvalorização cambial, devemos considerar a enorme disparidade entre o rendimento e o custo dessas reservas. As reservas são aplicadas em títulos internacionais que rendem apenas 5% ao ano, mas são financiadas internamente mediante a venda de títulos públicos que pagam 12% ano. Estima-se em R\$30 bilhões o prejuízo do BC com a acumulação e administração das reservas internacionais nos últimos 3 anos.

Diante de tal cenário, chega a ser um contra-senso instituir isenções fiscais para atrair mais dólares. Há muito deixou de ser do interesse do Brasil incentivar aplicações de não-residentes. O projeto de lei em questão revoga a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, respeitando o princípio da anterioridade.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 1º de outubro de 2007. – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 11.312, DE 27 DE JUNHO DE 2006

Conversão da MPV nº 281, de 2006

Reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.

O Presidente da República,faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos definidos nos termos da alínea a do § 2º do art. 81 da Lei nº 8.981 de 20 de janeiro de 1995 produzidos por títulos públicos adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).

§ 1º O disposto neste artigo:

I – aplica-se exclusivamente às operações realizadas de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

II – aplica-se às cotas de fundos de investimentos exclusivos para investidores não-residentes que

possuam no mínimo 98% (noventa e oito por cento) de títulos públicos;

III – não se aplica a títulos adquiridos com compromisso de revenda assumido pelo comprador.

§ 2º Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, referidos no **caput** e no § 1º deste artigo, adquiridos anteriormente a 16 de fevereiro de 2006 continuam tributados na forma da legislação vigente, facultada a opção pelo pagamento antecipado do imposto nos termos do § 3º deste artigo.

§ 3º Até 31 de agosto de 2006, relativamente aos investimentos possuídos em 15 de fevereiro de 2006, fica facultado ao investidor estrangeiro antecipar o pagamento do imposto de renda incidente sobre os rendimentos produzidos por títulos públicos que seria devido por ocasião do pagamento, crédito, entrega ou remessa a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, ficando os rendimentos auferidos a partir da data do pagamento do imposto sujeitos ao benefício da alíquota zero previsto neste artigo.

§ 4º A base de cálculo do imposto de renda de que trata o § 3º deste artigo será apurada com base em preço de mercado definido pela média aritmética, dos 10 (dez) dias úteis que antecedem o pagamento, das taxas indicativas para cada título público divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA.

Art. 2º Os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos Fundos de Investimento em Participações, Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, inclusive quando decorrentes da liquidação do fundo, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas.

§ 1º Os ganhos auferidos na alienação de cotas de fundos de investimento de que trata o **caput** deste artigo serão tributados à alíquota de 15% (quinze por cento):

I – como ganho líquido quando auferidos por pessoa física em operações realizadas em bolsa e por pessoa jurídica em operações realizadas dentro ou fora de bolsa;

II – de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens ou direitos de qualquer natureza quando auferidos por pessoa física em operações realizadas fora de bolsa.

§ 2º No caso de amortização de cotas, o imposto incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição à alíquota de que trata o **caput** deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se somente aos fundos referidos no **caput** deste artigo que cumprirem os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 4º Sem prejuízo da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, no caso de Fundo de Investimento em Empresas Emergentes e de Fundo de Investimento em Participações, além do disposto no § 3º deste artigo, os fundos deverão ter a carteira composta de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição.

§ 5º Ficam sujeitos à tributação do imposto de renda na fonte, às alíquotas previstas nos incisos I a IV do **caput** do art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, os rendimentos auferidos pelo cotista quando da distribuição de valores pelos fundos de que trata o **caput** deste artigo, em decorrência de inobservância do disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo.

Art. 3º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos nas aplicações em fundos de investimento de que trata o art. 2º desta Lei quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 1º O benefício disposto no **caput** deste artigo:

I – não será concedido ao cotista titular de cotas que, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, represente 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelos fundos de que trata o art. 2º desta Lei ou cujas cotas, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelos fundos;

II – não se aplica aos fundos elencados no art. 2º desta Lei que detiverem em suas cadeiras, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido, ressalvados desse limite os títulos de dívida mencionados no § 4º do art. 2º desta Lei e os títulos públicos;

III – não se aplica aos residentes ou domiciliados em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).

§ 2º Para efeito do disposto no inciso I do § 1º deste artigo, considera-se pessoa ligada ao cotista:

I – pessoa física;

a) seus parentes até o 2º (segundo) grau;

b) empresa sob seu controle ou de qualquer de seus parentes até o 2º (segundo) grau;

c) sócios ou dirigentes de empresa sob seu controle referida na alínea **b** deste inciso ou no inciso II deste artigo;

II – pessoa jurídica, a pessoa que seja sua controladora, controlada ou coligada, conforme definido nos 1º e 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 4º O **caput** do art. 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X;

“Art. 8º

.....
X – nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito de titularidade de residente ou domiciliado no Brasil ou no exterior para liquidação de operações de aquisição de ações em oferta pública, registrada na Comissão de Valores Mobiliários, realizada fora dos recintos ou sistemas de negociação de bolsa de valores, desde que a companhia emissora tenha registro para negociação das ações em bolsas de valores.” (NR)

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de junho de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Guido Mantega.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 28-6-2006.

LEI N° 9.311, DE 24 DE OUTUBRO DE 1996

Vide arts. 75, 84 e 90 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias

Texto compilado

Institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF.

Parágrafo único. Considera-se movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira qualquer operação liquidada ou lançamento realizado pelas entidades referidas no art. 2º, que representem circulação escritural ou física de moeda, e de que resulte ou não transferência da titularidade dos mesmos valores, créditos e direitos.

Art. 2º O fato gerador da contribuição é:

I – o lançamento a débito, por instituição financeira, em contas correntes de depósito, em contas correntes de empréstimo, em contas de depósito de poupança, de depósito judicial e de depósitos em consignação de pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, introduzidos pelo art. 1º da Lei nº 8.951, de 13 de dezembro de 1994 junto a ela mantidas;

II – o lançamento a crédito, por instituição financeira, em contas correntes que apresentem saldo negativo, até o limite de valor da redução do saldo devedor;

III – a liquidação ou pagamento, por instituição financeira, de quaisquer créditos, direitos ou valores, por conta e ordem de terceiros, que não tenham sido creditados, em nome do beneficiário; nas contas referidas nos incisos anteriores;

IV – o lançamento, e qualquer outra forma de movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, não relacionados nos incisos anteriores, efetuados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas económicas;

V – a liquidação de operação contratadas nos mercados organizados de liquidação futura;

VI – qualquer outra movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira que, por sua finalidade, reunindo características que permitam presumir a existência de sistema organizado para efetivá-la, produza os mesmos efeitos previstos nos incisos anteriores, independentemente da pessoa que a efetue, da denominação que possa ter e da forma jurídica ou dos instrumentos utilizados para realizá-la.

Art. 3º A contribuição não incide:

I – no lançamento nas contas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas autarquias e fundações;

II – no lançamento errado e seu respectivo estorno, desde que não caracterizem a anulação de operação efetivamente contratada, bem como no lançamento de cheque e documento compensável, e seu respectivo estorno, devolvidos em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil;

III – no lançamento para pagamento da própria contribuição;

IV – nos saques efetuados diretamente nas contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e do Fundo de Participação PIS/Pasep e no saque do valor do benefício do seguro-desemprego, pago de acordo com os critérios previstos no art. 5º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990;

V – sobre a movimentação financeira ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira das entidades beneficentes de assistência social, nos termos do § 7º do art. 195 da Constituição Federal.

VI – nos lançamentos a débito nas contas-correntes de depósito cujos titulares sejam: (Incluído pela Lei nº 10.306, de 2001)

a) missões diplomáticas; (Incluída pela Lei nº 10.306, de 2001)

b) repartições consulares de carreira; (Incluído pela Lei nº 10.306, de 2001)

c) representações de organismos internacionais e regionais de caráter permanente, de que o Brasil seja membro; (Incluída pela Lei nº 10.306, de 2001)

d) funcionário estrangeiro de missão diplomática ou representação consular; (Incluída pela Lei nº 10.306, de 2001)

e) funcionário estrangeiro de organismo internacional que goze de privilégios ou isenções tributárias em virtude de acordo firmado com o Brasil. (Incluída pela Lei nº 10.306, de 2001)

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência poderá expedir normas para assegurar o cumprimento do disposto neste artigo, objetivando, inclusive por meio de documentação específica, a identificação dos lançamentos objeto da não-incidência.

§ 1º O Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência, poderá expedir normas para assegurar o cumprimento do disposto neste artigo, objetivando, inclusive por meio de documentação específica, a identificação dos lançamentos objeto da não-incidência. (Renumerado do Parágrafo único pela Lei nº 10.306, de 2001)

§ 2º O disposto nas alíneas d e e do inciso VI não se aplica aos funcionários estrangeiros que tenham residência permanente no Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.306, de 2001)

§ 3º Os membros das famílias dos funcionários mencionados nas alíneas d e e do inciso VI, desde que com eles mantenham relação de dependência econômica e não tenham residência permanente no Brasil, gozarão do tratamento estabelecido neste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.306, de 2001)

§ 4º O disposto no inciso VI não se aplica aos Consulados e Cônsules honorários. (Incluído pela Lei nº 10.306, de 2001)

§ 5º Os Ministros de Estado da Fazenda e das Relações Exteriores poderão expedir, em conjunto, instruções para o cumprimento do disposto no inciso VI e nos §§ 2º e 3º. (Incluído pela Lei nº 10.306, de 2001)

Art. 4º São contribuintes:

I – os titulares das contas referidas nos incisos I e II do art. 2º, ainda que movimentadas por terceiros;

II – o beneficiário referido no inciso III do art. 2º;

III – as instituições referidas no inciso IV do art. 2º;

IV – os comitentes das operações referidas no inciso V do art. 2º;

V – aqueles que realizarem a movimentação ou a transmissão referida no inciso VI do 2º.

Art. 5º É atribuída a responsabilidade pela retenção e recolhimento da contribuição:

I – às instituições que efetuarem os lançamentos, as liquidações ou os pagamentos de que tratam os incisos I, II e III do art. 2º;

II – às instituições que intermediarem as operações a que se refere o inciso V do art. 2º;

III – àqueles que intermediarem operações a que se refere o inciso VI do art. 2º.

§ 1º A instituição financeira reservará, no saldo das contas referidas no inciso I do art. 2º, valor correspondente à aplicação da alíquota de que trata o art. 7º sobre o saldo daquelas contas, exclusivamente para os efeitos de retiradas ou saques, em operações sujeitas à contribuição, durante o período de sua incidência.

§ 2º Alternativamente ao disposto no parágrafo anterior, a instituição financeira poderá assumir a responsabilidade pelo pagamento da contribuição na hipótese de eventual insuficiência de recursos nas contas.

§ 3º Na falta de retenção da contribuição, fica mantida, em caráter supletivo, a responsabilidade do contribuinte pelo seu pagamento.

Art. 6º Constitui a base de cálculo:

I – na hipótese dos incisos I, II e IV do art. 2º, o valor do lançamento e de qualquer outra forma de movimentação ou transmissão;

II – na hipótese do inciso III do art. 2º, o valor da liquidação ou do pagamento;

III – na hipótese do inciso V do art. 2º, o resultado, se negativo, da soma algébrica dos ajustes diários ocorridos no período compreendido entre a contratação inicial e a liquidação do contrato;

IV – na hipótese do inciso VI do art. 2º, o valor da movimentação ou da transmissão.

Parágrafo único. O lançamento, movimentação ou transmissão de que trata o inciso IV do art. 2º serão apurados com base nos registros contábeis das instituições ali referidas.

Art. 7º A alíquota da contribuição é de vinte centésimos por cento.

Art. 8º A alíquota fica reduzida a zero:

I – nos lançamentos a débito em contas de depósito de poupança, de depósito judicial e de depósito em consignação de pagamento de que tratam os pa-

rágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 introduzidos pelo art. 1º da Lei nº 8.951, de 13 de dezembro de 1994, para crédito em conta corrente de depósito ou conta de poupança, dos mesmos titulares;

II – nos lançamentos relativos a movimentação de valores de conta corrente de depósito, para conta de idêntica natureza, dos mesmos titulares, exceto nos casos de lançamentos a crédito na hipótese de que trata o inciso II do art. 2º;

III – nos lançamentos em contas correntes de depósito das sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, das sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, das sociedades de investimento e fundos de investimento constituídos nos termos dos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, das sociedades corretoras de mercadorias e dos serviços de liquidação, compensação e custódia vinculados às bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, e das instituições financeiras não referidas no inciso IV do art. 2º, bem como das cooperativas de crédito, desde que os respectivos valores sejam movimentados em contas correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para as operações a que se refere o § 3º deste artigo; (Vide Lei nº 9.539, de 1997) e (Vide Lei nº 10.892, de 2004)

IV – nos lançamentos efetuados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas, relativos às operações a que se refere o § 3º deste artigo;

V – nos pagamentos de cheques, efetuados por instituição financeira, cujos valores não tenham sido creditados em nome do beneficiário nas contas referidas no inciso I do art. 2º;

VI – nos lançamentos relativos aos ajustes diários exigidos em mercados organizados de liquidação futura e específico das operações a que se refere o inciso V do art. 2º;

VII – nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito para investimento, aberta e utilizada exclusivamente para realização de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável, de qualquer natureza, inclusive em contas de depósito de poupança. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

VIII – nos lançamentos a débito nas contas especiais de depósito a vista tituladas pela população de baixa renda, com limites máximos de movimentação e outras condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil. (Incluído pela Lei nº 11.110, de 2005)

IX – nos lançamentos relativos à transferência de reservas técnicas, fundos e provisões de plano de benefício de caráter previdenciário entre entidades de

previdência complementar ou sociedades seguradoras, inclusive em decorrência de reorganização societária, desde que: (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

a) não haja qualquer disponibilidade de recursos para o participante, nem mudança na titularidade do plano; e (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

b) a transferência seja efetuada diretamente entre planos ou entre gestores de planos. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

X – nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito de titularidade de residente ou domiciliado no Brasil ou no exterior para liquidação de operações de aquisição de ações em oferta pública, registrada na Comissão de Valores Mobiliários, realizada fora dos recintos ou sistemas de negociação de bolsa de valores, desde que a companhia emissora tenha registro para negociação das ações em bolsas de valores. (Incluído pela Lei nº 11.312, de 2006)

XI (Vide Medida nº 340, de 2006).

XII (Vide Medida nº 340, de 2006).

XIII (Vide Medida nº 340, de 2006).

XI – na liquidação antecipada por instituição financeira, por conta e ordem do mutuário, de contrato de concessão de crédito que o mesmo mutuário tenha contratado em outra instituição financeira, desde que a referida liquidação esteja vinculada à abertura de nova linha de crédito, em valor idêntico ao do saldo devedor liquidado antecipadamente pela instituição que proceder à liquidação da operação, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

XII – nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito de titularidade de entidade fechada de previdência complementar para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, relativos a aposentadoria e pensão, no âmbito de convênio firmado entre a entidade e o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

XIII – nos lançamentos a débito em conta especial destinada ao registro e controle do fluxo de recursos, aberta exclusivamente para pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, decorrente de transferência para conta corrente de depósito de titularidade do mesmo beneficiário, conjunta ou não, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 1º O Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência, expedirá normas para assegurar o cumprimento do disposto nos incisos I, II e VI deste artigo, objetivando inclusive por meio de documentação específica, a identificação dos lançamentos previstos nos referidos incisos.

§ 1º O Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência, expedirá normas para assegurar o cumprimento do disposto nos incisos I, II, VI e VII do **caput** deste artigo, objetivando, inclusive por meio de documentação específica, a identificação dos lançamentos previstos nos referidos incisos. (Redação dada pela Lei nº 10.892, de 2004) (Vide Medida nº 340 de 2006).

§ 1º O Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência, expedirá normas para assegurar o cumprimento do disposto nos incisos I, II, VI, VII, X, XI, XII e XIII do **caput** deste artigo, objetivando, inclusive por meio de documentação específica, a identificação dos lançamentos previstos nos referidos incisos. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 2º A aplicação da alíquota zero prevista nos incisos I, II e VI deste artigo fica condicionada ao cumprimento das normas que vierem a ser estabelecidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 3º O disposto nos incisos III e IV deste artigo restringe-se a operações relacionadas em ato do Ministro de Estado da Fazenda, dentre as que constituam o objeto social das referidas entidades.

§ 4º O disposto nos incisos 1 e II deste artigo não se aplica a contas conjuntas de pessoas físicas, com mais de dois titulares, e a quaisquer contas conjuntas de pessoas jurídicas.

§ 5º O Ministro de Estado da Fazenda poderá estabelecer limite de valor do lançamento, para efeito de aplicação da alíquota zero, independentemente do fato gerador a que se refira.

§ 6º O disposto no inciso V deste artigo não se aplica a cheques que, emitidos por instituição financeira, tenham sido adquiridos em dinheiro.

§ 7º Para a realização de aplicações financeiras, é obrigatória a abertura de contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 8º As aplicações financeiras serão efetivadas somente por meio de lançamentos a débito em contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.892 de 2004)

§ 9º Ficam autorizadas a efetivação e a manutenção de aplicações financeiras em contas de depósito de poupança não integradas a contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo, observadas as disposições estabelecidas na legislação e na regulamentação em vigor. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 10. Não integram as contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo: (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

I – as operações e os contratos de que tratam os incisos II e III do **caput** do art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; (Incluído pela Lei nº 10.892 de 2004)

II – as contas de depósitos judiciais e de depósitos em consignação em pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973; (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

III – as operações a que se refere o inciso V do **caput** do art. 2º desta Lei, quando sujeitas a ajustes diários. (Incluído pela lei nº 10.892, de 2004)

§ 11. O ingresso de recursos novos nas contas correntes de depósito para investimento será feito exclusivamente por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular, por cheque de sua emissão, cruzado e intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 12. Os valores das retiradas de recursos das contas correntes de depósito para investimento, quando não destinados à realização de aplicações financeiras, serão pagos exclusivamente ao beneficiário por meio de crédito em sua conta corrente de depósito, de cheque, cruzado e intransferível, ou de outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 13. Aplica-se o disposto no inciso II do **caput** deste artigo nos lançamentos relativos a movimentação de valores entre contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 14. As operações a que se refere o inciso V do **caput** do art. 2º desta Lei, quando não sujeitas a ajustes diários, integram as contas correntes de depósitos para investimentos. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 15. A partir de 1º de outubro de 2006, os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação das aplicações financeiras existentes em 30 de setembro de 2004, exceto em contas de depósito de poupança, poderão ser creditados diretamente ao beneficiário, em conta corrente de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 16. No caso de pessoas jurídicas, as contas correntes de depósito não poderão ser conjuntas. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 17. Em relação às operações referentes às contas correntes de depósito para investimento ou em relação

à manutenção destas, as instituições financeiras, caso venham a estabelecer cobrança de tarifas, não poderão exigir-las em valor superior às fixadas para as demais operações de mesma natureza, observadas as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

Art. 9º É facultado ao Poder Executivo alterar a alíquota da contribuição, observado o limite máximo previsto no art. 7º.

Art. 10. O Ministro de Estado da Fazenda disciplinará as formas e os prazos de apuração e de pagamento ou retenção e recolhimento da contribuição instituída por esta Lei, respeitado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. O pagamento ou a retenção e o recolhimento da contribuição serão efetuados no mínimo uma vez por semana:

Parágrafo único. O pagamento ou a retenção e o recolhimento da Contribuição serão efetuados no mínimo 1 (uma) vez por decêndio. (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

Art. 11. Compete à Secretaria da Receita Federal a administração da contribuição, incluídas as atividades de tributação, fiscalização e arrecadação. (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001)

§ 1º No exercício das atribuições de que trata este artigo, a Secretaria da Receita Federal poderá requisitar ou proceder ao exame de documentos, livros e registros, bem como estabelecer obrigações acessórias.

§ 2º As instituições responsáveis pela retenção e pelo recolhimento da contribuição prestarão à Secretaria da Receita Federal as informações necessárias à identificação dos contribuintes e os valores globais das respectivas operações, nos termos, nas condições e nos prazos que vierem a ser estabelecidos pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 3º A Secretaria da Receita Federal resguardará, na forma da legislação aplicada à matéria, o sigilo das informações prestadas, vedada sua utilização para constituição do crédito tributário relativo a outras contribuições ou impostos.

§ 3º-A. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.174, de 2001)

§ 3º-A. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.174, de 2001)

§ 4º Na falta de informações ou insuficiência de dados necessários à apuração da contribuição, esta será determinada com base em elementos de que dispuser a fiscalização.

Art. 12. Serão regidos pelas normas relativas aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal:

I – o processo administrativo de determinação e exigência da contribuição;

II – o processo de consulta sobre a aplicação da respectiva legislação;

III – a inscrição do débito não pago em dívida ativa e a sua subsequente cobrança administrativa e judicial.

Art. 13. A contribuição não paga nos prazos previstos nesta Lei será acrescida de:

I – juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento da obrigação até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês do pagamento;

II – multa de mora aplicada na forma do disposto no inciso II do art. 84 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

Art. 14. Nos casos de lançamento de ofício, aplicar-se-á o disposto nos arts. 4º e 6º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991.

Art. 14. Nos casos de lançamento de ofício, aplicar-se-á o disposto nos arts. 44, 47 e 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35 de 2001)

Art. 15. É vedado o parcelamento do crédito constituído em favor da Fazenda Pública em decorrência da aplicação desta Lei.

Art. 16. As aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável e a liquidação das operações de mútuo serão efetivadas somente por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular da aplicação ou do mutuário, ou por cheque de sua emissão.

§ 1º Os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação das aplicações financeiras, de que trata o caput deste artigo, bem como os valores referentes a concessão de créditos, deverão ser pagos exclusivamente ao benefício mediante cheque cruzado, intransferível, ou creditados em sua conta corrente de depósito.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às contas de depósitos de poupança, cujos titulares sejam pessoas físicas, bem como às contas de depósitos judiciais e de depósitos em consignação em pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869,

de 11 de janeiro de 1973, introduzidos pelo art. 1º da Lei nº 8.951, de 13 de dezembro de 1994.

§ 3º O Ministro de Estado da Fazenda poderá dispensar da obrigatoriedade prevista neste artigo a concessão ou a liquidação de determinadas espécies de operações de mútuo, tendo em vista os respectivos efeitos sociais.

Art. 16. Serão efetivadas somente por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular ou do mutuário, por cheque de sua emissão, cruzado e intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil: (Redação dada pela Lei nº 10.892, de 2004)

I – as operações e os contratos de que tratam os incisos II e III do **caput** do art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

II – a liquidação das operações de crédito; (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

III – as contribuições para planos de benefícios de previdência complementar ou de seguros de vida com características semelhantes; (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

IV – o valor das contraprestações, bem como de qualquer outro pagamento vinculado às operações de arrendamento mercantil. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004).

§ 1º Os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação de aplicações financeiras não integradas a conta corrente de depósito para investimento, bem como os valores referentes à concessão de créditos e aos benefícios ou resgates recebidos dos planos e seguros de que trata o inciso III do **caput** deste artigo, deverão ser pagos exclusivamente aos beneficiários ou proponentes mediante crédito em sua conta corrente de depósitos, cheque cruzado, intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica às contas de depósito de poupança não integradas a contas correntes de depósito para investimento, cujos titulares sejam pessoas físicas, bem como às contas de depósitos judiciais e de depósitos em consignação em pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. (Redação dada pela Lei nº 10.892, de 2004).

§ 3º No caso de planos ou seguros constituídos com recursos de pessoa jurídica e de pessoa física, o valor da contribuição dessa última poderá ser dispensado da obrigatoriedade de que trata este artigo, desde que transite pela conta corrente da pessoa jurídica. (Redação dada pela Lei nº 10.892, de 2004).

§ 4º No caso de planos de benefícios de previdência complementar, as contribuições poderão ser efetivadas a débito da conta corrente de depósito, por cheque de emissão do proponente ou responsável financeiro, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 5º O Ministro de Estado da Fazenda poderá dispensar da obrigatoriedade prevista neste artigo a concessão, a liquidação ou o pagamento de operações previstas nos incisos II, III e IV do **caput** deste artigo, tendo em vista as características das operações e as finalidades a que se destinem. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 6º **Atenção:** (Vide Medida nº 340, de 2006).

§ 6º O disposto no inciso II do caput deste artigo não se aplica na hipótese de liquidação antecipada de contrato de concessão de crédito, por instituição financeira, prevista no inciso XI do art. 8º desta Lei. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 17. Durante o período de tempo previsto no art. 20:

I – somente é permitido um único endosso nos cheques pagáveis no País;

II – as alíquotas constantes da tabela descrita no art. 20 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e a alíquota da contribuição mensal, para o Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos Federais regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 incidente sobre salários e remunerações até três salários mínimos, ficam reduzidas em pontos percentuais proporcionais ao valor da contribuição devida até o limite de sua compensação;

III – os valores dos benefícios de prestação continuada e os de prestação única, constantes dos Planos de Benefício da Previdência Social, de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e os valores dos provedimentos dos inativos, dos pensionistas e demais benefícios, constantes da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 não excedentes de dez salários mínimos, serão acrescidos de percentual proporcional ao valor da contribuição devida até o limite de sua compensação;

IV – o Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência, adotará as medidas necessárias visando instituir modalidade de depósito de poupança para pessoas físicas, que permita conferir remuneração adicional de vinte centésimos por cento, a ser creditada sobre o valor de saque, desde que tenha permanecido em depósito por prazo igual ou superior a noventa dias.

§ 1º Os Ministros de Estado da Fazenda e da Previdência e Assistência Social baixarão, em conjunto, as

normas necessárias ao cumprimento do disposto nos incisos II e III deste artigo.

§ 2º Ocorrendo alteração da alíquota da contribuição, as compensações previstas neste artigo serão ajustadas, mediante ato do Ministro de Estado da Fazenda, na mesma proporção.

§ 3º O acréscimo de remuneração resultante do disposto nos incisos II e III deste artigo não integrará a base de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Art. 18. O produto da arrecadação da contribuição de que trata esta Lei será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde, sendo que sua entrega obedecerá aos prazos e condições estabelecidos para as transferências de que trata o art. 159 da Constituição Federal.

Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos arrecadados com a aplicação desta Lei em pagamento de serviços prestados pelas instituições hospitalares com finalidade lucrativa.

Art. 19. A Secretaria da Receita Federal e o Banco Central do Brasil, no âmbito das respectivas competências, baixarão as normas necessárias à execução desta Lei. (Vide Medida Provisória nº 2.158-35 de 2001)

Art. 20. A contribuição incidirá sobre os fatos geradores verificados no período de tempo correspondente a treze meses, contados após decorridos noventa dias da data da publicação desta Lei, quando passará a ser exigida.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de outubro de 1996; 175º da Independência e 108º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan – Reinhold Stephanes – Adib Jatene.**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25-10-1996.

(À Comissão de Assuntos Econômicos,
– decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O projetos que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência convoca sessão solene conjunta a realizar-se dia 2 de outubro do corrente, terça-feira, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Nacional e Internacional do Idoso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da ses-

são deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a comemorar os 50 anos da Revolta dos Posseiros, de acordo com os **Requerimentos n°s 967 e 985, de 2007**, do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 395, de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do §6º, do art. 2º, da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 395

Publicação no DO	28-9-2007
Emendas	até 4-10-2007 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	28-9-2007 a 11-10-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	11-10-2007
Prazo na CD	De 12-10-2007 a 25-10-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	25-10-2007
Prazo no SF	26-10-2007 a 8-11-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	8-11-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	9-11-2007 a 11-11-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	12-11-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	26-11-2007 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, do DEM do Estado de Pernambuco, por permuta com o Senador Paulo Paim.

V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

Antes, queremos também prestar uma homenagem a V. Ex^a pelo recente aniversário da Academia Brasileira de Letras e também pelas festividades de São Francisco. V. Ex^a traduz o sentimento cristão neste Senado, apesar de não ser franciscano, como é o Senador Pedro Simon. Ao mesmo tempo, faço a V. Ex^a o

convite para ir à minha cidade de Parnaíba, no Piauí, que tem a maior comemoração religiosa de São Francisco. Canindé tem as suas características, mas a nossa tem, talvez culturalmente, maior, porque, em 1940, os frades capuchinhos construíram uma igreja, um convento. Então, são 67 anos, iniciada pelo Frei italiano Heliodoro, Frei Marcelino de Milão, Frei Valentino, que incrementaram um espírito cristão franciscano ímpar em nossa cidade. Ultimamente, o Frei Barbosa, que está em Juazeiro, e o Frei Nilton. De tal maneira que no Nordeste é, sem dúvida alguma, uma apoteose.

Queremos convidar, em nome dessa cidade e dos cristãos da Parnaíba, V. Ex^a e sua esposa. E convide o meu irmão Paulo de Tarso, que gosta mais de V. Ex^a do que mim, para que ele também vá rezar lá em São Francisco.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, nobre Senador Mão Santa, que preside esta sessão.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores Papaléo Paes e Paulo Paim, o que me traz à tribuna, nesta tarde, diz respeito a um tema em que há tempo venho insistindo, ou seja, a necessidade de avançarmos nas chamadas reformas institucionais para melhorar o nosso desempenho de governabilidade.

Como sabe V. Ex^a, Sr. Presidente, no conjunto de reformas institucionais que o País reclama, deve-se inserir, além das mudanças em nosso modelo político (leia-se sistema partidário e sistema eleitoral), o reavivamento da Federação, hoje fragilizada pela grande concentração de poderes no Governo Federal.

Não menor deve ser o empenho em cogitar também do aperfeiçoamento dos Poderes da República – Legislativo, Executivo e Judiciário. Este, o Judiciário, reconheça-se, já operou passo importante no sentido de seu *aggiornamento*, de seu aperfeiçoamento, de seu aprimoramento, em articulação com o Congresso Nacional, viabilizando a aprovação da Emenda Constitucional nº 45 e de leis que a regulamentam. Esse trabalho mereceu reconhecimento de todo o Judiciário e teve como Relator nesta Casa, na Câmara Alta da República, o nobre Senador José Jorge, da representação do meu Estado de Pernambuco.

Não pretendo, Sr. Presidente, analisar neste momento a questão do Executivo Federal, agora caracterizado por um pleótico número de Ministérios e órgãos colegiados, gerando conflitos e significativa dispersão de recursos. O fato é que tanto o Executivo quanto o Legislativo – e não podemos esquecer as Casas do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal – ainda precisam, igualmente, de modernização em seus respectivos processos decisórios. Falamos

muito e freqüentemente sobre as reformas políticas e muitas vezes, nos esquecemos de dizer que é fundamental ao Congresso cuidar de aperfeiçoar o seu funcionamento para atender de forma ágil e hábil às grandes demandas da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, relativamente ao Congresso Nacional, urge superar a dificuldade em deliberar quanto à função fiscalizadora e à agenda legislativa, que são as duas mais importantes tarefas da instituição.

Houve um Presidente americano que disse, certa feita, Woodrow Wilson, que os congressos modernos, que brotaram após a chamada gloriosa revolução na Inglaterra, têm três grandes tarefas: legislar, fiscalizar e ser fórum dos debates das questões nacionais.

Se observarmos os últimos tempos, verificamos, com facilidade, que o papel de fórum de debates tem desempenhado adequadamente, mas as funções legislativa e fiscalizadora têm ficado aquém daquilo que a sociedade deseja.

A explicação para tal fenômeno, a meu ver, Sr. Presidente, posso estar equivocado, consiste indubitavelmente na grande quantidade de medidas provisórias editadas pelo Executivo, sem observar – é bom salientar – os pressupostos de urgência e relevância, a que se acrescenta também o trancamento da pauta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal estabelecido por emenda constitucional, obstando a aprovação de matérias de iniciativa do próprio Legislativo.

Poucas pessoas se advertiram de quanto foi inconveniente ao Congresso – e, consequentemente, ao País – a aprovação dessa Emenda nº 32, porque estabeleceu o trancamento de pauta toda vez que medida provisória estiver por determinado tempo sem deliberação da respectiva Casa a que for submetida. Isso tem feito com que tanto da Câmara quanto do Senado não deliberem sobre outro assunto se não sobre medida provisória.

Acresça-se a tudo isso a circunstância de que a Emenda Constitucional, à que já me referi, prescreveu semelhante tratamento para os vetos do Executivo, conquanto sejam apreciados em sessão conjunta do Congresso Nacional – e não isoladamente em cada uma das casas – geram, de igual forma, o trancamento da ordem do dia da instituição.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a vai me permitir. Nós quebramos mesmo a rotina aqui, porque a inteligência está acima da rotina do Regimento. Sabe por que Carlos Werneck Lacerda entrou na História? Porque, de repente, ele era Vereador do Rio de Janeiro – isso é para nos ensinar, Marco Maciel, nós que fazemos esta Casa, a grandeza. Aí, naquela mudança da Capital, o Prefeito era nomeado pelo Presidente da República, e veio uma ordem de-

terminando que Vereador não tinha direito a derrubar o veto do Prefeito. Carlos Lacerda renunciou – está vendo, Marco Maciel? – ao mandato de Vereador. Isso é um ensinamento para esse Chinaglia e para o Presidente Renan. Carlos Lacerda renunciou ao mandato de Vereador quando veio a proibição ao veto de Prefeito. Ele era indicado Prefeito da Capital, então ele não poderia vetar. Veto, estava vetado e ponto final. Então ele renunciou. Que o sacrifício, a coragem, a vibração do estadista Carlos Lacerda sirva de exemplo para que Chinaglia e Renan busquem os vetos que o Presidente fez ao trabalho do Legislativo.

V. Ex^a está falando disso. Por isso, é que nós estamos aqui: esta Casa é livre. Então Carlos Lacerda – ó Chinaglia, aprenda! Renan! – teve a dignidade, Paim, de renunciar o seu mandato de Vereador porque veio do Palácio do Presidente da República a determinação que o veto do Prefeito, que era nomeado pelo Presidente, não podia mais ser discutido.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre e caro Presidente Senador Mão Santa, nobres Srs Senadores e Srs. Senadores, prosseguindo minha exposição, devo lembrar que, desde a Constituição do Império e as que a sucederam durante o período Republicano, todas, com pequenas diferenças, conferiram, respectivamente, ao Imperador e aos Presidentes da República o poder de vetar, total e parcialmente, projetos de lei aprovados pelo Legislativo.

Importa, contudo, salientar que a vigência ou não da lei vetada, no todo ou em parte, somente se completa com a manifestação do Legislativo, isto é, com a rejeição ou aprovação do veto aposto à lei. É o que dispõe o § 6º do art. 66 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32/2002:

“Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia na sessão imediata, sobrepostas todas as demais proposições, até sua votação final”.

O prazo determinado pelo § 4º, a que acabei de fazer referência, é de 30 dias a contar do seu recebimento. Tal, todavia, não vem ocorrendo.

Observa especialista em Direito Constitucional de um modo geral, o Professor José Afonso da Silva, em seu livro *Processo Constitucional de Formação das Leis*:

“O principal e imediato efeito decorrente do exercício do poder de veto é o de suspender a transformação do projeto de lei ou parte dele em norma jurídica acabada e definitiva, dando como consequência a exigência de

uma nova consideração do Legislativo sobre a matéria, objeto do poder de iniciativa ou do poder de emendas no caso de voto parcial, incidindo sobre as emendas aportadas ao projeto inicial”.

E acrescenta o ilustre Professor José Afonso da Silva:

“Daí surge um incidente no processo de elaboração da lei, turbando-lhe o ‘iter’ normal. Incidente de natureza procedural, que pode ter mero caráter suspensivo ou se tornar definitivo, truncando a possibilidade de virem os interesses, relativos à matéria indicada, a se tornar objetos de proteção jurídica”.

Faço essas considerações, Sr. Presidente, para mencionar o nosso “déficit deliberativo” com relação ao assunto. Para se ter uma idéia da dimensão do nosso “déficit deliberativo” com relação aos vetos apostos pelo Executivo, há pendentes da análise do Congresso Nacional 140 projetos de lei vetados, perfazendo 881 partes sobre as quais incidiu a negação do Poder Executivo.

Se a tal cifra aditarmos 19 projetos de lei com 181 dispositivos vetados, ainda sequer lidos, conforme exige o Regimento Comum do Congresso Nacional, o total de proposições que tiveram negada sua aprovação pelo Executivo atinge número talvez sem precedente na história do Parlamento.

Vou citar aqui os números que penso estão atualizados. Ainda hoje pela manhã fiz uma checagem desses números: 159 projetos de lei e 1.062 partes a serem apreciadas. Vale explicitar que remanescem sem análise uma proporção do período do Presidente Itamar Franco, ou seja, do começo da década de 90, 28 proposições do octoênio do Presidente Fernando Henrique Cardoso e 130 do atual Presidente da República. É muito provável que ao encerrar este mês de outubro o número de projetos vetados ou parte deles seja bem mais elevado.

Interrompo para mencionar algo que tem muito a ver com o interesse do País. Entre esses vetos apostos pelo Presidente da República estão a recriação Sudeste, da Sudam, da Sudeco, o que está impedindo que possam ser geradas políticas de desenvolvimento regional. O Brasil é constituído de cinco grandes regiões: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Aliás, o IBGE já trabalha com a hipótese do surgimento de uma sexta grande região – o Noroeste, que abrange o Acre, Rondônia e uma parte da Amazônia. Isso mostra que somos um país de grande diversidade

territorial e que cada espaço geográfico tem suas características e consequentemente seus desafios.

O fato de não haver sido possível até hoje apreciar os vetos que foram apostos à recriação da SUDENE, da Sudam e da Sudeco, está fazendo com que não tenhamos uma política de desenvolvimento nacional articulada.

O Brasil é a soma dessas cinco ou, se quisermos, seis grandes regiões, e elas necessitam de políticas específicas para cada uma delas, porque guardam suas especificidades territoriais locais. Ora, não se pode pensar em projeto integrado de desenvolvimento se não for precedido de políticas para cada região que devem guardar completeza, se assim se pode dizer, com o todo nacional.

Sem querer me alongar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que urge que nos preparamos para apreciar esses vetos que estão provocando um grande dano a um processo de crescimento homogêneo e orgânico do País.

Não conseguiremos travejar adequadamente um processo de desenvolvimento nacional, que, para ser sustentado, tem que ser bem articulado entre as diferentes áreas que caracterizam esse vasto território nacional.

A óbvia conclusão que se extrai do exposto é que tudo isso contribui para, ao lado da reconhecida incapacidade de nossas instituições darem respostas às demandas da sociedade, aumentar a incerteza e a insegurança jurídicas de que padecem o País. Na medida em que o veto não é apreciado, não se conclui, como dizem os especialistas em Teoria Geral do Estado e em Direito Constitucional, sobretudo, o processo de elaboração das leis, aumentando a insegurança jurídica, porque o cidadão, o empresário, enfim, a sociedade toda, ficam aguardando a manifestação do Congresso para saber se vai manter o veto apostado pelo Executivo ou rejeitá-lo para que a partir daí se conclua todo o processo de elaboração constitucional.

Os especialistas no assunto dizem sempre que o processo de elaboração das leis, no regime presidencialista, como é o nosso caso, pressupõe a participação do Executivo, quer na iniciativa, muitas vezes, quer na sanção ou veto, que é a parte final, sendo que essa última parte, o veto, fica dependendo de nova apreciação do Congresso Nacional. Isso, aliás, já estava na nossa Constituição do Império, de 25 de março – se não estou equivocado – de 1824.

Evidentemente, na Constituição de 1824 o Imperador podia, durante duas oportunidades, silenciar

com relação ao assunto. Ou seja, nem vetar, nem sancionar.

Sr. Presidente, faço esse apelo em função de questão, a meu ver, fundamental para o nosso País. Não quero circunscrever a minha análise apenas a esses exemplos que tive oportunidade de oferecer à consideração do Plenário. Há muitos e muitos outros que estão carentes da manifestação do Congresso.

Sempre tenho presente que, como disse certa feita Norberto Bobbio, os termos chave da teoria de Governo mudaram outra vez. Não se fala tampouco de Governo máximo e mínimo. Isso foi uma fase. Hoje se fala em governabilidade ou em ingovernabilidade. A não-apreciação de vetos produz incerteza jurídica.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Ouço, com prazer, o nobre Senador Mário Couto, da representação do Pará.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Marco Maciel, gosto de ouvi-lo falar e fico atento às palavras de V. Ex^a, porque sempre que vai à tribuna é com tema de fundamental importância para a sociedade brasileira.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Mais uma vez, V. Ex^a traz um tema que mostra a sua preocupação com determinados fatos que, tenho certeza, também são preocupação da sociedade brasileira. Tenho 18 anos de Parlamento e nunca vi um fato igual. Em todos os mandatos que tive de Deputado, nunca vi um Governo brecar a votação de vetos, nunca vi! Sinceramente, é a primeira vez que vejo. E logo na Casa maior da Nação brasileira. Logo no Senado Federal. Faço das suas as minhas palavras ao Senador Presidente da Casa para que se chegue a pelo menos um acordo. Quero ter o prazer de votar, antes de terminar o ano do meu mandato, pelo menos um voto aqui nesta Casa. É impressionante o desrespeito que se tem a este Senado. Fico a pensar na minha casa, Senador Marco Maciel, o que julga a sociedade brasileira? O que pensa a sociedade brasileira quando V. Ex^a coloca, com muita presteza, dessa tribuna, com a sua inteligência singular, esse incômodo, essa inquietação que não é somente sua, tenho certeza, mas de muitos Senadores nesta Casa. Medida provisória, que é medida emergencial, não o é mais nesta Casa. Vetos não se votam nesta Casa. Então, fico a pensar, Senador, que precisamos tomar uma providência mais dura para que o Presidente Lula tenha respeito, cada vez mais, por esta Casa, se é

que tem algum, porque não vi, não observei nenhum. Oxalá, possamos mostrar à sociedade brasileira que esta Casa é independente, não é submissa. É assim que quero me sentir aqui. Parabenizo V. Ex^a nesta oportunidade por mais um brilhante pronunciamento em favor da sociedade brasileira. Parabéns, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador Mário Couto, é com muita satisfação que acolho o aparte e agradeço as generosas palavras que V. Ex^a proferiu a respeito do discurso que pronuncio nesta tarde.

E vou aproveitar, Sr. Presidente, a ocasião, antes de encerrar o meu pronunciamento, para fazer uma referência ao fato de estarmos celebrando hoje 10 anos da Lei Eleitoral, a Lei nº 9.504, sancionada no dia 30 de setembro de 1997 por mim, na ocasião no exercício da Presidência da República. Devo dizer que participei ativamente, embora como vice-Presidente da República, dos debates que se feriram no Congresso – Câmara e Senado – a respeito da elaboração desse diploma legal. E chegamos a um acordo. As matérias foram devidamente discutidas e, ao final, oferecemos ao País uma lei eleitoral que representou – e os resultados estão sendo reconhecidos – um passo, um avanço, no sentido de melhorar as eleições do nosso País.

Sobre esse assunto, hoje o *Correio Braziliense* publicou um artigo do Ministro Carlos Eduardo Caputo Bastos, que integra, como advogado, o TSE – Tribunal Superior Eleitoral, intitulado “*Dez anos da Lei Eleitoral*.“ Nele, S. Ex^a faz considerações muito oportunas sobre a importância da referida lei e dos impactos positivos por ela produzidos para melhorar as nossas instituições, nomeadamente o sistema eleitoral, consequentemente concorrendo para que consigamos obter o que chamamos de verdade eleitoral, ou seja, recolher do pleito o que o eleitor desejou com a sua manifestação, com o seu voto.

Em 19 de setembro completou doze anos a lei partidária. Como o sistema eleitoral está, ou deve estar, articulado com o sistema partidário, o fato de celebrarmos os doze anos da lei partidária mostra que esses dois documentos estão sendo extremamente importantes para melhorar o desempenho dos partidos políticos e para que possamos melhorar também o sistema eleitoral. A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, dispõe sobre os partidos políticos. A exemplo do que aconteceu com a Lei nº 9.504 – na ocasião, eu me encontrava no exercício da Presidência porque o Presidente Fernando Henrique se encontrava no exte-

rior –, tive condições de negociar com as Lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e, ao final, foi elaborado um texto que vem sendo bem recebido pela Justiça Eleitoral e pela sociedade brasileira.

Quero encerrar minhas palavras dizendo que, além dessas mudanças que precisamos realizar no País, convém continuarmos avançando no sentido de melhorar o nosso sistema político-eleitoral. Daqui a aproximadamente um ano, no dia 5 de outubro de 2008, estaremos realizando eleições municipais. Sabemos que os Municípios constituem a primeira célula da organização política. Assim como a família é primeira célula da organização social, o Município é a primeira célula da organização política. Então, são eleições extremamente importantes, porque, a partir da eleição municipal, é que se vertebraliza todo um processo político brasileiro, com as eleições estaduais e com as eleições federais que ocorrerão depois, no ano de 2010.

Insisto na necessidade de avançarmos nessas reformas políticas e estendê-las a outros territórios, como, por exemplo, o do aprimoramento da Federação. Tive a oportunidade de mencionar que a Federação no Brasil vive uma grave crise. Também devemos tentar avançar no sentido de restaurar as instituições republicanas, muito erodidas que precisam de um *aggiornamento*, de uma revitalização.

Sr. Presidente, concluo as minhas palavras, agradecendo a V. Ex^a o tempo que me destinou. Manifesto, mais uma vez, os nossos votos para que possamos incluir em nossa pauta a apreciação dos vetos pelo Congresso Nacional, para reduzir a incerteza jurídica que ainda marca o nosso País. Precisamos criar melhores condições de governabilidade para que tenhamos um processo mais harmônico de desenvolvimento econômico e social. Isso certamente ocorrerá na medida em que dermos mais atenção ao desenvolvimento regional. Não se pode pensar no desenvolvimento integrado do País sem que haja um desenvolvimento formulado a partir das diferentes macrorregiões que caracterizam o espaço territorial brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, I, § 2º do Regimento Interno.)

Dez anos da Lei Eleitoral

CARLOS EDUARDO CAPUTO BASTOS

Advogado

Em 30 de setembro de 1997, foi promulgada a Lei nº 9.504, que tem papel importantíssimo no processo democrático brasileiro. Em primeiro lugar, a edição do que se convencionou chamar de lei das eleições ou de lei eleitoral acabou, de vez, com a nefasta prática de expedir lei específica para cada pleito eleitoral. Essa rotina, por certo, além de não contribuir para o aperfeiçoamento institucional e político, permitia, sempre, a inevitável especulação de que se estava mudando a regra do jogo em benefício do partido ou da coligação no poder.

Em segundo lugar, além de acabar com a produção de lei com prazo de validade, passou-se a dispor de lei com ao menos expectativa de vida longa. A perenidade de sua existência, por si só, possui enormes vantagens comparativas. Entre outras, pode-se apontar maior aprendizado e absorção do seu conteúdo, postulados e preceitos, bem como mais ampla divulgação e disseminação da norma. Ademais, sem juiz de eventuais e pontuais modificações, que, às vezes, são indissociáveis, sua prática e reflexo pelos destinatários e pelos tribunais garantem — sem solução de continuidade a cada eleição — ambiente de maior segurança jurídica.

Sob a sua vigência e disciplina já

pública, governadores de estado, senadores, deputados federais, deputados estaduais e distritais. No próximo ano, completa-se, também, o terceiro pleito municipal sob sua hegemonia, com escolha de prefeitos e vereadores. Diante da magnitude das eleições brasileiras, cujos números impressionam até os que têm mais intimidade com o tema eleitoral, pode-se afirmar com bastante segurançā que a Lei nº 9.504/97 tem atendido satisfatoriamente os objetivos que motivaram sua edição.

Deve-se cumprimentar, entusiasticamente, o Congresso Nacional. A lei das eleições é grande contribuição legislativa. No contexto de interação das forças políticas, em que as tensões são comuns e fazem parte do regime democrático, onde impera a liberdade de pensamento e a permissão, não raras vezes, de defesa intransigente dos pontos de vista e dos programas partidários, não é fácil se alcançar o consenso que possibilite a produção de um diploma legal com as características da Lei nº 9.504/97.

Não é preciso particularizar esse ou aquele aspecto do seu corpo normativo para se enaltecer as virtudes da lei homenageada. Nem mesmo a célebre afirmação de que se legisla para os ganhadores, ou que não se legisla para perdedores foi, no passado ou no presente, motivo para colocar a lei das eleições sob suspeita. Até hoje, ao menos, não se apontou na referida lei qualquer vício de originalidade, que lhe increpasse a pecha de

casuismo ou que pretendesse a perpetuação dos vitoriosos no poder.

Também não se apontou que estivesse em desacordo com os princípios e regras da Constituição Federal, à exceção — considerado o texto original — da candidatura nata de deputados federais, estaduais, distritais e de vereadores (ADI 2.530).

Aliás, a comprovar que a lei veio para ficar, é de ver-se que, passados 10 anos de sua edição, a Lei nº 9.504/97 sofreu pouquíssimas alterações. No que concerne à Lei nº 9.840, de 28 de setembro de 1999, não se cuidou de modificar o texto original. Revogou-se um parágrafo no artigo 96, que cuida dos procedimentos relativos às representações. No mais, acrescentou duas disposições que o legislador entendeu de introduzir para o aperfeiçoamento do diploma legal. Assim, surgiu o conhecido artigo 41-A, que pune com rigor a captação ilícita de sufrágio e a sanção de cassação do registro e do diploma na hipótese que menciona, com a introdução do § 5º no artigo 73, que cuida do capítulo das condutas vedadas aos agentes públicos.

No tocante à Lei nº 11.300, de 10 de maio de 2006, as modificações introduzidas na lei das eleições foram pontuais e motivadas pelos graves fatos registrados na mídia e pertinentes às denunciadas irregularidades nas prestações de contas das eleições de 2002. O intuito das alterações é tornar mais eficaz o exame de arrecadação e de gastos nas campanhas, bem como a observância

dos orçamentos autorizados pela Justiça Eleitoral. Pode-se dizer, também, que se aperfeiçoaram questões relativas às formas e gastos permitidos na propaganda eleitoral.

Não foram muitos ajustes. Mas foram importantes? Seguramente que sim, em especial os que procederam da Lei nº 9.840/99, até mesmo pela marca decorrente de sua origem popular. Entretanto, mudanças legislativas podem levar a eventuais questionamentos na sua aplicação. Por exemplo: se a captação ilícita de sufrágio demandaria participação direta do beneficiário; se há de demonstrar potencialidade de na sua apuração; se a indução do eleitor a não votar é forma de captação ilícita de sufrágio; se na aplicação do artigo 41-A é necessário identificar o eleitor.

Esses, entre outros, são temas correntes nas pautas dos tribunais eleitorais. Como se sabe, o trabalho de interpretação e de aplicação de uma norma é como produzir roupa sob medida; a um dado fato há de corresponder um determinado figurino legal ou normativo. A maior ou menor perfeição da indumentária será proporcional ao trabalho de ajuste da norma à hipótese fática ou ao caso concreto. Esse procedimento, denominado subsunção, é feito pelos juízes e tribunais, e deverá resultar, de modo necessário, em uniformidade de jurisprudencial que traga aos destinatários os exatos contornos de aplicação da norma. Em outras palavras: seguirá a jurisprudência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Marco Maciel, V. Ex^a falou durante trinta minutos.

Senador Papaléo Paes, V. Ex^a não foi Presidente do Senado, mas da Câmara. O melhor Presidente do Senado foi, sem dúvida alguma, Petrônio Portella, que freava um dos maiores oradores desta Casa, Paulo Brossard - neste momento, apresenta-se outro gaúcho, Paulo Paim. Paulo Brossard fazia discursos nessa tribuna por mais de três horas, e Petrônio limitava o tempo a uma hora. Ele relata isso no livro **Brossard: 80 anos na história política do Brasil**.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Tempos do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É. Em uma hora. Então, quero dizer que baixou o espírito de Petrônio Portella. O homem é o homem e sua circunstância – Ortega y Gasset –, a tirania das circunstâncias. Então, vou limitá-los em trinta minutos.

Foi o que V. Ex^a usou num dos temas mais importantes, que é o absurdo de este Congresso não obedecer ao jogo democrático da divisão do poder e pôr o voto do Presidente em pauta, para ser discutido.

O Senador Mário Couto disse que é uma vergonha. Em quase duas décadas como Parlamentar, isso nunca ocorreu no Pará, nem no meu Piauí. Isso desgasta o nosso Congresso. E os culpados não são os Senadores; são o Presidente da Câmara, Chinaglia, e o Presidente Renan. Eles é que estão subservientes ao Poder Executivo. E acabamos de ouvir uma das palavras de maior sensibilidade e responsabilidade na história da política, mostrando a necessidade de discutirmos o voto. Isso não pode, e a culpa não é nossa. É do Presidente Chinaglia e do Presidente Renan. Acho que isso afeta a nossa independência muito mais do que os imbróglios com os quais a sociedade está se motivando.

Quero deixar a esta Casa o exemplo de Carlos Lacerda. Carlos Werneck Lacerda, ó Chinaglia, ó Renan, renunciou ao mandato de vereador porque o Prefeito da Capital era nomeado pelo Presidente e veio com um decreto que eles não podiam apreciar o voto. Se ele vetou estava acabado. Carlos Lacerda renunciou. Então, ó Chinaglia, ó Renan, Carlos Lacerda estou citando; talvez, vocês, daqui a poucos meses, ninguém cite mais na nossa história.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos, para usar da palavra, o Senador do Rio Grande do Sul Paulo Paim.

V. Ex^a – não vou fazer como Petrônio, que limitava Paulo Brossard – pode usar do tempo que achar conveniente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, queria primeiro cumprimentar o Ministro de Ciência e Tecnologia.

O Ministério de Ciência e Tecnologia, Sr. Presidente, está coordenando a formulação do Plano de Ações de Ciência, Tecnologia e Inovação 2007–2010, do governo Federal. Uma das prioridades do plano é o desenvolvimento social, que inclui, Sr. Presidente, a popularização da C&T e o aprimoramento do ensino de ciências, além do uso de tecnologias sociais para a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, entre as ações desse Ministério...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paim, só uma interrupção.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador acaba de pedir à Mesa, e vai ser atendido de acordo com o Regimento, que seja incluído no belo pronunciamento sobre a análise de vetos o artigo do jornalista Carlos Eduardo Caputo Bastos, advogado e Ministro, intitulado “Dez anos da Lei Eleitoral”.

S. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero dar destaque, entre as ações do Ministério, à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), festejada no mês de outubro de cada ano, sob a coordenação desse Ministério. Esse tipo de evento já vem sendo realizado com êxito em vários países, entre os quais Reino Unido, Espanha, França, África do Sul e Chile, e tem como objetivo democratizar a ciência e a tecnologia no País, além de aumentar o nível de consciência da sociedade acerca de temas importantes que fazem parte da agenda global. A quarta edição do evento, a SNCT 2007, faz sua incursão pelo País entre os dias 1º e 7.

O tema do evento é “Terra!”, seguindo a orientação da Organização das Nações Unidas, que, com o apoio de 191 países, inclusive o Brasil, proclamou o Ano Internacional do Planeta Terra (AIPT), que ocorrerá no triênio 2007/2009. Nesse período, o debate inter-

nacional estará orientado a ampliar o conhecimento e a defesa da vida no Planeta e também a mobilizar a população mundial acerca da importância das questões ambientais e globais.

Sr. Presidente, a SNCT ocorre anualmente desde 2004. Em 2006, foram realizadas 8.654 atividades em quase 400 cidades, envolvendo 1.014 instituições de ensino e pesquisa, ONGs, empresas, escolas, órgãos de Governo, grupos de pesquisa, secretarias estaduais e municipais. Houve mobilização de pesquisadores, técnicos, professores e estudantes, que organizaram eventos em todo o País. A iniciativa representa uma ação concreta no sentido de criar uma cultura científica no nosso País, ao mesmo tempo em que cumpre papel fundamental na divulgação e na valorização da ciência e da tecnologia.

O apoio a projetos que estimulem o desenvolvimento da sociedade por meio da C&T é uma política de Estado e uma proposta de governo em diversos países. Os programas de governo defendidos nas campanhas do Presidente Lula já afirmavam que a ciência e a tecnologia são poderosos instrumentos para o desenvolvimento social e o progresso da civilização. Nesse contexto, a SNCT representa uma valiosa oportunidade para que as comunidades científica, tecnológica e educacional comprovem aos cidadãos brasileiros que os avanços na área da ciência, tecnologia e inovação têm estreito relacionamento com a promoção da inclusão social.

Sr. Presidente, todos sabem do meu compromisso com a inclusão social. Por isso fiz questão de falar sobre este tema: inclusão social, qualidade de vida e geração de emprego e renda, que, sem sombra de dúvida, relaciona-se hoje pela valorização da ciência e da tecnologia.

Sr. Presidente, além desse pronunciamento, queria falar do encontro que tive, neste fim de semana, com a diretoria do Sindicato dos Metroviários, lá no meu Rio Grande do Sul. Conversamos muito sobre a importância do Trensurb, e é sobre isso que gostaria de refletir com as senhoras e os senhores.

O Governo Federal, Sr. Presidente, está efetivamente otimizando a contratação de servidores em todo o País, contemplando necessidades antigas de funcionários nas mais diversas áreas. Apesar disso, os metroviários do Rio Grande do Sul, trabalhadores da estatal Trensurb, têm experimentado um amargo remédio, ou seja, a famosa Resolução nº 9, ainda de 1996.

Elaborada no Governo anterior, trata-se da aplicação de uma Resolução inserida na Lei Kandir, de nº 9, de 3 de outubro de 1996, que determina, por incrível que pareça, que os trabalhadores admitidos após essa data tenham quaisquer dos seus direitos limitados ao texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Isso precisa ser revisto, Sr. Presidente, afinal manifesta uma clara discriminação em relação aos trabalhadores do Trensurb. Seus efeitos fazem com que os trabalhadores sejam diferenciados dentro da mesma empresa, executando as mesmas tarefas e recebendo benefícios distintos, ou seja, os antigos são diferentes dos contratados a partir dessa emenda à Lei Kandir. Não há igualdade de direitos nem de oportunidades; há uma discriminação.

O Sindicato dos Metroviários vê, inclusive, inconstitucionalidade na aplicação dessa resolução, chamada Resolução nº 9, e apela pela sua extinção na Trensurb.

O Governo tem superado a aplicação dessa Resolução nº 9 em outras estatais, como os Correios, bancos federais, Infraero e diversas outras. Sendo assim, não há razão alguma para que os metroviários gaúchos não tenham seus direitos respeitados.

É importante lembrar que à direção da CBTU - empresa metroviária idêntica à Trensurb - foi permitido firmar Acordo Coletivo de Trabalho sem a aplicação dessa Resolução, deliberando tratamento diferenciado também entre empresas de um mesmo Ministério.

Sr. Presidente, a manutenção dessa herança, para mim hedionda, faz com que as convenções coletivas percam o sentido – nós, que falamos tanto em livre negociação –, pois os empregados atingidos pela Resolução ficam de fora das conquistas das categorias que não constam na CLT.

Bom, se é acordo coletivo, se é convenção coletiva, tudo aquilo que vier acima da CLT é direito, é fruto do acordo. O que está na CLT é lei. Lei, cumpra-se; acordo tem que ser cumprido, por isso existe o sindicato de ambas as partes.

As lutas históricas dos anos 80 e 90 da classe metroviária resultaram em acordos coletivos dignos, cuja permanência hoje é defendida ferrenhamente – e corretamente – pelos sindicalistas; mas esses acordos devem acolher todos os empregados, e a Resolução nº 9 discrimina os mais jovens.

Então, Sr. Presidente, em nome do Sindimetrô do Rio Grande do Sul e de seus trabalhadores, peço o apoio de todos para que essa situação seja altera-

da. Faço o apelo da tribuna. Os metroviários gaúchos, tal como me descreveram e me disseram em reunião, sentem-se discriminados e solicitam nada mais, nada menos do que isonomia no tratamento dispensado às outras estatais. Se a luta dos metroviários não alcançar o objetivo de extinguir a Resolução nº 9 da Lei Kandir, minimamente desejam obter o mesmo reconhecimento já garantido às outras categorias.

Pelo justo, pelo aspecto constitucional, pela história de luta, pelas conquistas dos trabalhadores, pela contribuição histórica na construção de um governo de trabalhadores, eles pedem isonomia.

Por isso, Sr. Presidente, quero que este pronunciamento fique nos Anais da Casa. Repito, Sr. Presidente: existe a CLT; então, que se cumpra o acordo firmado entre o sindicato dessa empresas estatal e dos trabalhadores, mas se cumpra para todos, não só para aqueles que são mais antigos.

E, se me permite ainda, Sr. Presidente, dentro da tolerância de V. Ex^a – creio que ainda estou dentro do meu tempo, que seria de no mínimo 20 minutos –, não poderia deixar de falar hoje sobre este tema.

Sr. Presidente, hoje, 1º de outubro, é o Dia Internacional dos Idosos. E eu, que falo tanto nos idosos, não poderia deixar de falar hoje, até porque V. Ex^a sabe que é com muito orgulho que sempre digo que fui o autor do Estatuto do Idoso, com o apoio de todos os Deputados e Senadores, que é uma conquista da pessoa idosa.

Então, Sr. Presidente, permita-me pelo menos, ao começar a falar sobre o idoso, ler um pequeno poema de um autor desconhecido.

Diz ele:

Se meu andar é hesitante
e minhas mãos, trêmulas, ampara-me.
Se minha audição não é boa
e tenho de me esforçar para ouvir o que
você está dizendo,
procure me entender.
Se minha visão é imperfeita,
e meu entendimento, escasso,
ajuda-me com paciência.
Se minha mão treme e derrubo comida
na mesa ou no chão, por favor,
não se irrite, tentei fazer o que pude.
Se você me encontrar na rua,
não faça de conta que não me viu.
Pare para conversar comigo. Sinto-me só.

Se você, na sua sensibilidade, me vir
triste e só,

simplesmente partilhe comigo um sorriso
[somente um sorriso]

e seja solidário.

Se lhe contei, pela terceira vez, a mesma
história num só dia,
não me reprenda, simplesmente ouça-
me.

Se me comporto como criança,
Cerque-me de carinho.

Se estou doente e sendo um peso,
não me abandone.

Se estou com medo da morte e tento
negá-la, por favor, ajude-me na preparação
para o adeus. [porque está indo ao encontro
de Deus].

(Autor desconhecido)

Achei esse poema belíssimo, Sr. Presidente. E faz uma justa homenagem, neste dia, a todos os nossos idosos.

Sempre que falo neste tema, Sr. Presidente, gosto de citar uma frase – e permita-me que eu a repita: “É preciso que os jovens entendam que a forma como eles tratam os idosos hoje é a forma pela qual eles serão tratados no futuro”. É a lei da vida. É a lei do universo. É a lei da energia que acaba determinando a nossa caminhada.

Tratar bem o idoso significa tratar bem a própria vida. Essa será a forma como você será tratado no futuro.

Sr. Presidente, hoje é o Dia Internacional do Idoso. Quero lembrar essa parcela tão querida de nossa população e à qual devemos muito respeito. É fato que a população mundial está envelhecendo. Esse envelhecimento tem de ter reflexo nas ações sociais, econômicas e culturais. É preciso reeducar principalmente a geração mais nova. Digo isso porque ainda é grande o número de idosos que sofrem maus tratos e não têm os seus direitos respeitados. Os idosos brasileiros, como todos os demais, precisam viver de maneira digna. Foi pensando nisso que há quatro anos aprovamos – e o Presidente Lula sancionou –, em 1º de outubro de 2003, a Lei nº 10.741, o Estatuto do Idoso.

Segundo o Estatuto, todos, sem exceção, têm o dever de prevenir a ameaça ou a violação aos direitos do idoso, ou seja, ninguém pode omitir-se nessa caminhada, que é a caminhada das nossas vidas.

Destaco, no Estatuto do Idoso, “o respeito à inserção do idoso no mercado de trabalho” e quotas, inclusive, no campo da profissionalização, bem como a preservação do valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuições. Lembro aqui o PL nº 58: “Mesmo percentual para o mínimo; mesmo percentual para aposentados e pensionistas”.

Na assistência social, incluímos que todo idoso com mais de 65 anos, mostrando que não tem como sobreviver, tem de receber um salário mínimo; garantia de prioridade dos órgãos públicos e privados prestadores de serviço à comunidade, como, por exemplo, o direito à saúde integral, que prevê atendimento domiciliar quando necessário e comprovado, fornecimento gratuito de medicamentos, inclusive de próteses, habilitação ou reabilitação; alimentação, quando comprovado que ele não consegue se manter; vedação da cobrança diferenciada nos planos de saúde – é bom lembrar, Sr. Presidente, que o plano de saúde, quando se ultrapassa dos 60 anos, às vezes dobra de valor em razão da idade –; habitação ou moradia digna na família natural ou substituta – nos programas habitacionais, 3%, no mínimo, das residências têm de ser destinadas aos idosos –; critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

Olha o absurdo, Sr. Presidente: tive de entrar com um projeto de lei – tive de entrar porque isso comprova –, pois não se pode cobrar, no sistema bancário, um custo financeiro maior do idoso do que do mais jovem. Recebo – nós todos recebemos – milhares de correspondências. Entre elas, estou percebendo inúmeras denúncias de que o sistema financeiro acaba cobrando mais do idoso do que do mais jovem, sob a alegação de que “ele pode morrer antes”. Vejam aonde chegamos! Por isso tivemos de entrar com um projeto de lei dizendo que, em hipótese alguma, pode-se cobrar um custo financeiro maior do idoso do que daquele que é mais jovem.

Lembro aqui o transporte gratuito. Fomos ao Supremo e ganhamos. Estava no Estatuto do Idoso. Duas vagas gratuitas no coletivo interestadual e, se estiverem ocupadas as duas vagas por pessoas com mais de 65 anos, o terceiro idoso pagará somente 50% do valor da passagem.

Sr. Presidente, poderia continuar listando aqui uma série de propostas do Estatuto. Não irei me alongar demais, mas queria que V. Ex^a considerasse na íntegra o meu pronunciamento.

Sei que estou com quase 30 minutos de discurso, Senador Papaléo, e disse a V. Ex^a que falaria, no máximo, por 20 minutos, mas aqui descrevo a realidade mundial e brasileira.

Quero só dizer que, em 2005, o Brasil contava com 19 milhões de pessoas acima de 60 anos, o equivalente a quase 11% da população. Em 2025, o País será o sexto no mundo em matéria de população idosa. É sinal que estamos avançando.

Com certeza absoluta, é preciso termos políticas voltadas para isso. Só cumprir o Estatuto do Idoso já vai nesse sentido.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo o aparte ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz nesta tarde. Senador, tenho recebido alguns e-mails e vários deles fazem referência ao seu nome, dizendo que V. Ex^a é o protetor dos idosos e dos aposentados. É um avanço muito grande a lei que V. Ex^a propôs e que está em vigor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aprovei na Câmara e depois no Senado.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Perfeitamente. Por isso, fico cada vez mais convencido de que V. Ex^a é um homem preocupado com os problemas daqueles que precisam que os Senadores brasileiros se preocupem com eles. Essa classe dos idosos sempre foi muito abandonada. Quando V. Ex^a entrou no Senado, essa classe já tinha pelo menos um pouco de respeito. O Estatuto mostra isso. É um avanço espetacular. É necessário, no entanto, dar mais atenção aos benefícios dos aposentados, que, várias vezes... Não quero estragar aqui o brilho do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, V. Ex^a tem...

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Tenho muito respeito por V. Ex^a, pois o considero um homem de inteligência singular, muito bem preparado, ético, que sabe escutar, não se desequilibra e tem um profundo amor à família. Nunca mais vou esquecer na vida o ato de V. Ex^a ao ir a esta tribuna falar do seu filho que estava no hospital. Por essas atitudes é que se vê o sentimento de cada ser humano. V. Ex^a prova, ao defender os idosos, o sentimento que tem no coração. Tenho imensa liberdade de falar com V. Ex^a, por ser um homem muito ético. Tenho certeza de que posso

expressar todo o meu sentimento que V. Ex^a não vai se desequilibrar. Por isso, creio que o Governo Lula...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pode falar com a maior tranqüilidade.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Tenho certeza disso. V. Ex^a já demonstrou isso muitas vezes, por isso cresce, a cada dia, a minha admiração por V. Ex^a. O Governo Lula, como já falou várias vezes o Senador Presidente Mão Santa, precisa olhar com mais carinho pelos idosos aposentados. Os idosos aposentados, na realidade, no Brasil, estão sofrendo, e nós precisamos discutir mais este assunto. Vou trazer à tribuna desta Casa este assunto. Várias vezes o Senador Mão Santa já usou da tribuna do Senado para mostrar a sua preocupação. Mas tenho certeza de que mais um, mais dois, mais três ou mais quatro somados a V. Ex^a e ao Senador Mão Santa poderão, com certeza, sensibilizar as autoridades. É isso o que precisamos fazer em relação aos aposentados. Parabéns mais uma vez pela sua postura e por aquilo que V. Ex^a é: um ser humano sensível e preocupado com aqueles que precisam de nós, da nossa voz aqui neste Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mário Couto, como sempre, V. Ex^a é muito elegante, e é muito diplomático o aparte que faz ao meu pronunciamento. Digo com muita tranqüilidade que V. Ex^a tem razão, porque o PL nº 58, que chegou à Casa com mais de 1,2 milhão de assinaturas, não vem ao Plenário. E o que é o PL nº 58, que vi apresentado na Câmara e que apresentei aqui? Ele resolve o questionamento que V. Ex^a corretamente faz ao Parlamentar que está na tribuna e que pertence à Base do Governo: por que não se aprova o PL nº 58? Sei que os e-mails que V. Ex^a tem recebido são nessa linha.

O que diz o PL nº 58? Ele garante que o aposentado e pensionista voltará a receber o número de salários mínimos que recebia no ato da aposentadoria.

A grande indignação dos aposentados é com relação a algo que repito muito da tribuna: quem se aposentou com cinco salários está recebendo três; quem se aposentou com três está recebendo dois; e quem se aposentou com dois está recebendo um, e não é possível receber menos. Essa é a grande reclamação dos aposentados e pensionistas.

Então, já aprovei o projeto em todas as Comissões. Aprovei numa Comissão Mista. Remeti para a Câmara dos Deputados. Ali também não se votou,

e agora está na Comissão de Assuntos Econômicos aqui do Senado, porque veio ao plenário, alguém apresentou recurso e ele voltou para uma comissão. Eu só quero votar.

É como sempre falo da questão do Estatuto da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência. Divergir é natural do processo democrático, mas agora vamos votar. Coloquemos aqui o PL nº 58 e veremos quem é contra ou a favor do reajuste dos aposentados no mesmo percentual que é dado ao mínimo. É somente isso.

Então, V. Ex^a, de forma elegante, acabou recomendando exatamente isso que o Senador Mão Santa e eu temos falado. Não tenho problema nenhum e respeito a decisão do Plenário. Sou daqueles que pensam que a democracia se faz ganhando e perdendo. Quando me perguntaram sobre o resultado da última quarta-feira, eu disse: Isso é democracia! A maioria entendeu que aquela secretaria, naquele momento, não deveria ser criada e derrotou a sua criação.

Por outro lado, aprovamos, também por unanimidade, as escolas técnicas, o que contemplou oito Estados, na mesma noite. E também foram criados cargos de professor, de funcionário, sem nenhum problema, porque se entendeu que aquilo era correto e adequado. Então, democracia é isso, como exemplo. Claro que o conceito de democracia é muito mais amplo.

Peço para trazermos ao plenário o PL nº 58. É voto aberto e cada um vota com a sua consciência, porque os aposentados e pensionistas – V. Ex^a tem razão – que assistem à sessão, neste momento, pela TV Senado, estão dizendo: “Tudo bem, o discurso é bonito, estamos envelhecendo mais; números de ano de vida; estão falando de dados da Espanha, da França, daqui, de Costa Rica, da Alemanha, da Argentina, do Uruguai; seremos o sexto país com mais idosos do mundo; mas como fica o reajuste do meu benefício? Vai ter ou não, pelo menos, o mesmo percentual que é dado ao mínimo?”

Se não votarmos o PL nº 58, não vai ter. Então, a melhor forma de homenageá-los é fazendo com que a Casa vote o PL nº 58.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
Obrigado pelos apartes.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SNCT) 2007.

O Ministério da Ciência e Tecnologia está coordenando a formulação do Plano de Ações de Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 do Governo Federal. Uma das prioridades do plano é o “DESENVOLVIMENTO SOCIAL”, que inclui a popularização da C&T e o aprimoramento do ensino de ciências, além do uso de tecnologias sociais para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Entre as ações de popularização da C&T tem destaque a SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SNCT).

A SNCT é comemorada no mês de outubro de cada ano, sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Esse tipo de evento já vem sendo realizado com êxito em vários países do mundo – entre os quais, Reino Unido, Espanha, França, África do Sul e Chile – com o objetivo de democratizar a ciência e a tecnologia no país e também para conscientizar a sociedade acerca de temas da agenda global. A quarta edição do evento, a SNCT 2007, faz sua incursão pelo país entre os dias 1º e 7.

O tema do evento, “TERRA!”, segue a orientação da Organização das Nações Unidas (ONU) que com o apoio de 191 países, inclusive o Brasil, proclamou o ANO INTERNACIONAL DO PLANETA TERRA (AIPT), que ocorrerá no triênio 2007-2009. Nesse período, o debate internacional estará orientado a ampliar o conhecimento e a defesa da vida no planeta e

também a mobilizar a população mundial acerca da importância das questões ambientais globais.

A SNCT ocorre anualmente desde 2004. Em 2006, foram realizadas 8.654 atividades, em quase 400 cidades, envolvendo 1.014 instituições de ensino e pesquisa, ONGs, empresas, escolas, órgãos de governo, grupos de pesquisa, secretarias estaduais e municipais. Houve mobilização de pesquisadores, técnicos, professores e estudantes, que organizaram eventos em todos o país. A iniciativa representa uma ação concreta no sentido de criar uma CULTURA CIENTÍFICA no país, ao mesmo tempo em que cumpre papel fundamental na divulgação e na VALORIZAÇÃO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA.

O apoio a projetos que estimulem o desenvolvimento da sociedade por meio da C&T é uma política de estado e uma proposta de governo em diversos países. Os programas de governo defendidos nas campanhas do Presidente Lula já afirmavam que a ciência e a tecnologia são poderosos instrumentos de desenvolvimento social e de progresso da civilização. Nesse contexto, a SNCT representa uma valiosa oportunidade para que as comunidades científica, tecnológica e educacional comprovem aos cidadãos brasileiros que os avanços na área de ciência, tecnologia e inovação têm estreito relacionamento com a promoção da INCLUSÃO SOCIAL, da QUALIDADE DE VIDA, e DA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.

***SEGUEM, NA ÍNTegra, DISCURSOS
DO SR. SENADOR PAULO PAIM.***

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o dia 24 de setembro a diretoria do Sindicato dos Metroviários (Sindimetrô) reuniu-se conosco em nosso gabinete em Canoas (RS).

Conversamos muito sobre a situação da Trensurb. E é sobre isso que falarei aqui:

O Governo Federal está otimizando a contratação de servidores em todo o País, contemplando necessidades antigas de funcionários nas mais diversas áreas.

Apesar disso, os metroviários do Rio Grande do Sul, trabalhadores da estatal Trensurb, têm experimentado um amargo remédio: a Resolução 9/96.

Elaborada no governo anterior, trata-se da aplicação de uma Resolução inserida na Lei Kandir, de nº 09, de 03 de outubro de 1996.

Ela determina que os trabalhadores admitidos após esta data tenham quaisquer dos seus direitos limitados ao texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Isso precisa ser revisto, afinal manifesta uma clara e inexplicável discriminação.

Seus efeitos fazem com que os trabalhadores sejam diferenciados dentro das empresas, executando as mesmas tarefas e recebendo benefícios distintos. Ou seja, os antigos são diferentes dos contratados a partir desta Lei.

Não há igualdade de direitos.

O Sindicato dos Metroviários vê inconstitucionalidade na aplicação da Resolução 09 e apela pela sua extinção na Trensurb.

O Governo tem superado a aplicação desta Resolução nº 9 em estatais como os Correios, Bancos Federais, Infraero e diversas outras.

Sendo assim, não há razão para que os metroviários gaúchos não tenham seus direitos respeitados.

É importante lembrar que à direção da CBTU – empresa metroviária idêntica a Trensurb-, foi permitido firmar Acordo Coletivo de Trabalho sem a aplicação dessa Resolução, deliberando tratamento diferenciado também entre empresas de um mesmo Ministério.

Sr. Presidente, a manutenção dessa herança faz com que as Convenções Coletivas percam o sentido, pois os empregados atingidos pela resolução ficam de fora das conquistas das categorias superiores à CLT.

As lutas históricas dos anos 80 e 90 da classe metroviária resultaram em Acordos Coletivos dignos, cuja permanência hoje é defendida ferrenhamente pelos sindicalistas.

Mas esses Acordos devem acolher todos os empregados. E a Resolução 9 discrimina os mais jovens.

E aqui, em nome do Sindimetrô/RS e de seus trabalhadores, peço o apoio de todos para que essa situação seja alterada.

Os metroviários gaúchos, tal como me escreveram e me disseram em reunião, sentem-se discriminados e solicitam isonomia no tratamento dispensado às outras estatais.

Se a luta dos metroviários não alcançar o objetivo de extinguir a Resolução 9 da Lei Kandir, minimamente desejam obter o mesmo reconhecimento já garantido às outras categorias.

Pelo justo, pelo constitucional, pela história de lutas pelas conquistas dos trabalhadores, e pela contribuição histórica na construção deste governo de trabalhadores, pedem isonomia.

Era o que tinha a dizer.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, começo meu pronunciamento hoje lendo um poema, o “Poema do Idoso”, cujo autor desconheço. Diz o poema:

“Se meu andar é hesitante
e minhas mãos trêmulas, ampare-me.
Se minha audição não é boa,
e tenho de me esforçar para ouvir o que
você

está dizendo, procure me entender.
Se minha visão é imperfeita
e o meu entendimento escasso,
ajude-me com paciência.
Se minha mão treme e derrubo comida
na mesa ou no chão, por favor,
não se irrite, tentei fazer o que pude.
Se você me encontrar na rua,
não faça de conta que não me viu.
Pare para conversar comigo. Sinto-me
só.

Se você, na sua sensibilidade,
me ver triste e só,
simplesmente partilhe comigo um sorriso
e seja solidário.

Se lhe contei pela terceira vez a mesma
história num só dia,
não me reprenda, simplesmente ouça-me.

Se me comporto como criança,
cerque-me de carinho.
Se estou doente e sendo um peso,
não me abandone.

Se estou com medo da morte e tento negá-la,
por favor,
ajude-me na preparação para o adeus.
(Autor Desconhecido)"

Hoje, data em que comemoramos o Dia Internacional do Idoso, quero aqui lembrar dessa parcela de nossa população pela qual devemos ter o maior respeito.

É fato que a população mundial está envelhecendo. E esse envelhecimento tem de ter reflexos nas ações sociais, econômicas e culturais.

É preciso reeducar. E digo isso porque ainda é grande o número de idosos que sofrem maus tratos, que não têm seus direitos respeitados.

Os idosos brasileiros, assim como todos os demais, precisam viver de maneira digna.

Foi pensando nisso que há quatro anos aprovamos, e o Presidente Lula sancionou em 1 de outubro de 2003, a Lei 10741, o Estatuto do Idoso.

Segundo ele, todos, sem exceção, têm o dever de prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso. Ou seja, ninguém pode se omitir.

Temos entre seus direitos:

- o respeito à inserção do idoso no mercado de trabalho e à profissionalização;
- preservação do valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição;
- na assistência social está incluído o benefício de um salário mínimo mensal aos idosos a partir de 65 anos, que não tenham meios para prover sua subsistência
- garantia de prioridade: nos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à comunidade;
- direito à saúde integral que prevê: atendimento domiciliar, quando necessário; fornecimento gratuito de medicamentos e, inclusive de próteses, habilitação ou reabilitação;
- vedação da cobrança diferenciada nos planos de saúde, em razão da idade; assistência imediata e prioridade no atendimento;
- habitação: moradia digna na família natural ou substituta, ou em instituição pública ou privada;
- nos programas habitacionais, o idoso goza de prioridade para aquisição da moradia própria (3% das unidades residenciais para os idosos);
- critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão;

– transporte: gratuidade para maiores de 65 anos nos coletivos urbanos e semi-urbanos com apresentação de documento pessoais que comprove a idade;

– 10% dos assentos são reservados para idosos, devidamente identificados;

– no transporte coletivo interestadual serão reservadas duas vagas gratuitas, e desconto de no mínimo 50% no valor das passagens que excederem as reservas gratuitas.

Isso para os idosos que tenham renda igual ou inferior a dois salários-mínimos;

– 5% das vagas nos estacionamentos públicos e privados serão reservadas aos idosos.

– o Ministério Público ou o Poder Judiciário tem maiores responsabilidades nas medidas específicas de proteção ao idoso, quando houver ação ou omissão da sociedade ou Estado;

– falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento.

Enfim, esses são apenas alguns dos direitos garantidos pelo Estatuto. Mas, nem sempre respeitados.

Repto: é preciso respeitar uns aos outros. É preciso lembrar que todos, sem exceção, iremos envelhecer.

Estudos demográficos mostram como é rápido e expressivo o crescimento da população de idosos no mundo.

Resultado da diminuição progressiva das taxas de fecundidade e mortalidade, e do aumento da expectativa de vida das pessoas.

Segundo dados encontrados em publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nos últimos 60 anos o número absoluto de pessoas com mais de 60 anos aumentou nove vezes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca a expectativa de vida para homens e mulheres no país.

No ano de 2000 era de 68,2 anos e em 2005 aumentou para 74,4 anos.

Estima-se que em 2050 existirão dois bilhões de pessoas idosas no mundo, sendo que dois terços delas estarão vivendo em países em desenvolvimento.

Embora inicialmente possa parecer distante, esse período, equivalente a não mais que uma geração, é muito pouco tempo em termos de reorganização social.

No dia 31 de agosto deste ano, o IBGE divulgou novos dados sobre a estrutura das famílias brasileiras.

Esse dados integram os primeiros resultados da Contagem da População 2007 e apontam que as famílias têm, em média, menos de dois filhos.

Mostra também que o número de moradores por residência caiu. Passou de 3,92 (registrado em 2000), para 3,53 (em 2007).

De acordo com os coordenadores da pesquisa isso evidencia, principalmente, três pontos: baixa taxa de fecundidade, aumento do número de pessoas que moram sós e grande número de casais idosos.

De acordo com o estudo, o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro são os estados que têm a população mais envelhecida.

Sr. Presidente, outra pesquisa recente, divulgada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), revela-nos que o Brasil tem um terço de toda população idosa da América Latina e Caribe.

Em 2006, o Brasil contava 19 milhões de pessoas acima de 60 anos. O equivalente a 10,2% da população do país.

Em 2025 o país será o 6º em população idosa no mundo.

Segundo a pesquisa, houve uma melhora registrada nas condições de vida dessa parcela da população: em 2006 5,4% dos idosos viviam com meio salário mínimo *per capita*. Em 1996 esse índice era de 7,7%.

Essa melhora se deu, de acordo com os pesquisadores, devido aos reajustes do salário mínimo.

E, note-se, o salário mínimo teve um reajuste de 8,51% e os aposentados e pensionistas receberam apenas 3,3%.

Ou seja, a melhora registrada poderia ter sido muito maior se o mesmo percentual de reajuste concedido ao mínimo tivesse sido dado aos vencimentos de aposentados e pensionistas.

Mais uma vez os aposentados que ganharam pouco mais que o salário mínimo recebem um percentual que não chega a ser nem a metade do reajuste dado ao mínimo.

Lamentavelmente foi esse o reajuste anunciado neste ano.

O aumento teve por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de abril de 2006 a março de 2007.

A forma como, nas últimas décadas, vem sendo praticada a política de reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas desgosta a todos.

Cada ano que passa o número de aposentados e pensionistas que passam a receber o salário mínimo aumenta.

A continuar esta fórmula do reajuste, em pouco mais de cinco anos todos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência estarão ganhando apenas um salário mínimo.

Esse 3,3% não recuperam o poder de compra dos nossos aposentados e pensionistas.

Muitos remédios, por exemplo, subiram mais que isso e sem falar nos aumentos dos planos de saúde. Eles aguardam a recuperação do poder de compra.

Precisamos devolver o poder aquisitivo à uma categoria que contribuiu durante toda sua vida, a fim de que possam viver com dignidade o momento de suas aposentadorias.

Sr's e Srs. Senadores, o que podemos constatar é que o Brasil será, em breve, um país de maioria idosa. Tal como os da Europa e o Japão, por exemplo.

E, o principal desafio que a longevidade propõe às pessoas idosas é a preservação da qualidade de vida, na presença das ameaças da restrição da autonomia e da independência, causadas pela deterioração da saúde e empobrecimento da vida social.

Somam-se a isso comprometimentos por doenças físicas e mentais, as sofríveis restrições econômicas e também educacionais.

Diante disso precisamos avaliar: como andam os direitos dos idosos?

A Organização das Nações Unidas realizou a primeira Assembléia Mundial do Envelhecimento em agosto de 1982, em Viena. Nessa Assembléia foi aprovado o Plano Internacional de Ação para a Velhice (Viena/Austrália).

O Plano, respaldado pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, estabeleceu 62 recomendações para ações nas áreas da saúde, nutrição, proteção dos consumidores idosos, habitação, meio ambiente, família, bem estar social, emprego e educação.

O Brasil, como signatário desta carta, buscou implantar políticas públicas de modo a assegurar os direitos do idoso.

Na Assembléia foi também proposta a necessidade de os países formularem políticas, desenvolverem investigações, estabelecerem contatos e contarem com o apoio dos meios de comunicação de massa no sentido de informarem sobre a importância de um envelhecimento saudável.

Bem, após 20 anos foi realizada a II Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, em 2002, em Madri, com a participação de 159 países.

Os países signatários da ONU decidiram adotar o Plano Internacional para o Envelhecimento para responder às demandas e aos desafios colocados pelo envelhecimento da população no século XXI.,

bem como para promover o desenvolvimento de uma sociedade para todas as idades.

No Plano, foram adotadas medidas em todos os níveis e nos âmbitos nacional e internacional.

Três linhas de ação foram definidas como prioritárias: idosos e desenvolvimento, promoção da saúde e bem estar na velhice e a criação de um ambiente propício e favorável.

Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai, Costa Rica, Espanha, entre outros, são países que vêm participando ativamente desses eventos e estão trabalhando no sentido de implementar o Plano de Madri.

Deste Plano três eixos foram destacados: O idoso e o desenvolvimento; saúde e o Bem estar da pessoa idosa na Velhice; e a Criação de um ambiente propício e saudável.

O Brasil como signatário da ONU tem enviado esforços para assegurar os direitos humanos à população idosa.

Nessa linha, o Brasil já aprovou a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8842/94) e o Estatuto do Idoso.

Atualmente o governo trabalha para implantar o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa, o qual é coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência (SEDH).

A base operacional é realizada mediante implantação de Centros de Referência de Combate, Abuso, maus tratos à Violência a Pessoa Idosa e já está em fase de implantação em 14 Estados do Brasil.

A Secretaria realizou a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa cujo tema foi: Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.

Desta conferência de caráter deliberativo resultou o Plano Estratégico Nacional para implementação das Deliberações da Conferência, definindo ações, metas e financiamento para todas políticas setoriais que tem interface com o processo de envelhecimento.

O Plano Estratégico aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) foi construído de forma integrada com os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Previdência e SEDH.

Uma próxima missão será de firmar o Pacto de Gestão com caráter federativo para adesão e implantação deste Plano.

Hoje uma das metas da Secretaria Especial de Direitos Humanos é realizar uma ação conjunta com os governos estaduais, municipais, universidades e ONG's a fim de estender a implantação dos Centros de Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa em todos os estados da Federação.

Em parceria com o Centro Latino Americano de Violência e Saúde será implantado um Observatório Nacional com o objetivo de realizar estudos e pesquisa sobre o tema.

Sr's e Srs. Senadores, deixo aqui um recado aos meus idosos e aposentados: usem a Lei, instrumento que lhes é de direito e façam valer os seus esforços!

De minha parte, sempre poderão contar com minhas proposições legislativas no combate à violação de seus direitos e com meu empenho em melhorar a qualidade de vida de vocês.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após o brilhante pronunciamento de Paulo Paim, que lembra ao Brasil que hoje é o Dia Internacional dos Idosos, eu buscarei Shakespeare, que diz que a sabedoria se encontra quando soubermos somar a ousadia dos mais jovens com a experiência dos mais velhos. E aquele que, sem dúvida alguma, foi um dos maiores senadores da história do mundo, Cícero, tem um livro chamado *A Velhice*, em que relata que chegaram a ele os oficiais que lideravam as legiões, os exércitos romanos, musculosos. Eles foram até Cíceiro porque estavam decepcionados com o porvir, com o futuro, ao ver os velhos enfraquecidos. Ele virou e disse: "Meus jovens, eu já fui assim musculoso, mas hoje estou me dedicando a coisa muito mais importante: que a lei seja a força, e não o músculo. Estamos fazendo leis boas e justas para Roma, para o Império Romano" - que inspirou o mundo. Então, os idosos dão essa contribuição.

Aqui mesmo no Senado, quantas saudades temos de Gilberto Mestrinho, de Alberto Silva, de Antônio Carlos Magalhães. São aqueles que enriquecem o nosso Senado da República e que são nossos companheiros. Têm uma idade maior, mas, sem dúvida alguma, engrandecem este Senado. Este Senado é fortalecido pela experiência moral e a vida de Eliseu Resende, Pedro Simon, Epitácio Cafeteira, José Sarney. Eles enriquecem, com a experiência, como Cícero enriqueceu o Senado Romano.

Aos idosos, a nossa homenagem, que aqui foi trazida por essa sensibilidade de Paulo Paim. Continuaremos com Rui Barbosa, que aqui passou como idoso. Ele foi por 32 anos Senador da República. Senador Paulo Paim, V. Ex^a representa os sentimentos de Rui Barbosa. Não é advogado. Mas V. Ex^a – eu digo – é o advogado do trabalhador. E Rui Barbosa disse que a primazia é dada ao trabalho e ao trabalhador. Eles que vieram antes, eles que fazem a riqueza. E nenhum, na história deste Senado, defendeu e engrandeceu tan-

to o trabalhador como V. Ex^a, Senador do Rio Grande Sul Paulo Paim.

Lembro a nossa coragem, Senador Mário Couto, quando falamos do voto. É uma vergonha. Eu posso dizer isso. Daí a grandeza do Senado. Que as brasileiras e os brasileiros vejam que Boris Casoy não pôde dizer mais “Isso é uma vergonha!” Tiraram ele. Mas, para tirar este homem do Piauí... Eu posso dizer: isso é uma vergonha!

Nós demos um aumento aos velhinhos, aos aposentados, de 16,7%. Sua Excelência Luiz Inácio vetou e baixou para 4%. Nesta Casa, medidas provisórias passaram com aumento de até 140%. Nós podemos dizer isto: está errado!

Então, nós exigimos, para que não fiquem como as mais vergonhosas na história a Presidência do Sr. Chinaglia e a do Sr. Presidente Renan, que tragam os vetos do Presidente da República para serem analisados e discutidos. Isso é o pior dos imbróglios que mancha a história do Senado da República. Não são os Senadores da República; são o Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Chinaglia, e o Presidente do Senado Federal, Sr. Renan, que têm de buscar os vetos, como o da Sudene, que o Marco Maciel já denunciou. Esta Casa é pela denúncia. Esta é a fortaleza. Tragam também o dos velhinhos, que o Paim pediu, para o analisarmos e discutirmos, vendo se os aliados do Governo têm coragem de derrubar o voto do Presidente da República.

Convidamos, para usar da palavra, o Senador Papaléo Paes, Senador do PSDB pelo Amapá. Eis a grandeza do Senado da República: aqui, não tem esse negócio de baixo clero, alto clero, não. Está aí: jovem, primeiro mandato, médico novo, mas chegou com a força das virtudes e da coragem. É um médico que foi Prefeito e que está aqui. Esta Casa é diferente. Aqui não tem negócio de cardeal, de alto clero, não! O Mário Couto é um exemplo: seminarista, chegou outro dia. Vou fazer-lhe um favor: não leve seu título para o Piauí. Eu estava com um cunhado meu de oitenta anos, professor, que só falava no Mário Couto. Quer dizer, o Mário Couto era um seminarista, mas já é cardeal.

Passamos a Presidência ao Secretário-Geral desta Casa, Senador Efraim Moraes, que foi um dos criadores da sessão às segundas-feiras e às sextas-feiras. Dantes, nunca, na história do Senado, nunca se trabalhou na segunda-feira e na sexta-feira.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Efraim Moraes, quero fazer um ligeiro comentário sobre as palavras do Senador Mão Santa.

Realmente, Senador Mão Santa, nesta Casa, nossos votos têm o mesmo valor. Cada um tem um voto

que vale a representação do seu Estado. E nada mais representativo para os Estados brasileiros do que a presença dos Senadores aqui. Não interessa se é de São Paulo, Roraima, Amapá, Rio de Janeiro, Bahia, todos os Estados são representados aqui eqüitativamente. E cada um de nós tem a sua responsabilidade.

Não é melhor o Senador que tem 20 anos de Casa do que o Senador que tem dois anos de Casa ou alguns meses. É melhor para a Nação aquele que cumpre os seus deveres e as suas obrigações para honrar o seu Estado. Ao honrar o seu Estado, o Senador está honrando esta Casa Legislativa, que é um dos sustentáculos da democracia brasileira.

Ontem, eu conversava com alguns amigos e dizia o seguinte: “Bom, eu realmente sou um profissional da área de Medicina. No final do ano, completo 30 anos de formado.

Tive oportunidade de fazer minha residência médica e sou cardiologista. Entrei na política partidária por acaso e confesso que não sou um militante político-partidário. Mas confesso que melhor do que ser militante político-partidário é ter sensibilidade de que a política partidária é fundamental para que possamos levar à sociedade os direitos que essa sociedade tem e merece, e a responsabilidade que merece.

Então, fico muitas vezes indignado quando dizem assim: O Papaléo não é político. Ora essa, a definição de política e de político está totalmente deturpada. Foram-se acumulando alguns conceitos de político, e o que é ser político hoje? Dizem: O cara é um bom político! Não quero nunca que me chamem de bom político! Hoje, o sinônimo de bom político é saber fazer mais trapalhada, é saber enganar melhor, é saber vender o seu voto, é saber enriquecer com esse salário...

Quero dizer aos brasileiros que cada um de nós aqui, independentemente do que a mídia estabelece como renda nossa, como salário nosso, vive de um salário que vem no contracheque. Esse dinheiro que vem no contracheque é quanto nós recebemos.

Agora, parte da mídia está fazendo esse processo de desgaste contra os políticos brasileiros, porque, queiramos ou não, a mídia disputa espaço com os legisladores para ver quem é que tem mais prestígio, quem é que representa melhor a população.

Isso de uma maneira equivocada, porque o verdadeiro representante do povo é aquele que é eleito pelo povo, e a mídia é um poder importante para a manutenção da democracia. Por isso, ela deve fazer a sua participação, mas dentro do seu espaço.

O que é que se estabeleceu na questão do bom político? Esses predicados aí, que são totalmente inadequados. Para mim, bom político é aquele que vem e honra esta Casa.

Bem, há essa discussão porque o Legislativo, o Congresso está desmoralizado. Por quê? Porque hoje está acontecendo uma questão interna em que o Conselho de Ética está analisando algumas denúncias feitas contra o Sr. Presidente da Casa, mas que a opinião pública está toda centralizada naquilo que lê em jornal.

Em conversa com um jornalista do meu Estado, Senador Mário Couto, perguntei para ele: tu leste o processo? Ele disse: "não, não li". Então – argumentei –, vocês aqui estão sendo verdadeiros repetidores do que ouvem por meio da grande imprensa. Temos que primeiro conhecer para não ficar condenando. Esta Casa está condenada pela opinião pública, porque a opinião pública consegue, toda hora no rádio, toda hora na televisão, toda hora nos jornais, ouvir notícias negativas sobre a Casa.

No final das contas, todos aqueles que trabalham no Legislativo passam por um descrédito diante população, o que é altamente danoso para a própria sociedade. E nós não desejamos isso.

Nós queríamos que o povo conseguisse identificar realmente o mau político, conseguisse identificar aquele político que não é correto, aquele político que é corrupto, aquele político que procura um mandato político para se proteger, para ter foro privilegiado, aquele político que não tem nenhum compromisso e vem assumir um cargo, seja de vereador, de deputado estadual, federal ou de senador, mas que vem já com segundas intenções.

Eu queria que o povo concentrasse agora a sua atenção – o caso do nosso Presidente o povo já está acompanhando – para acompanhar nestas Casas, tanto na Câmara quanto no Senado, as votações importantes que interessam ao Governo.

Ao povo que está nos ouvindo eu explico o que acontece: existe uma ditadura do Executivo, em que um governador de Estado ou um prefeito usa a máquina – o que é uma prerrogativa ilegal, porque o dinheiro que ele está ali gerenciando não é dele, e sim do Estado, nosso, do povo –, usa esse poder ditatorial do dinheiro, usa a força do poder para subornar parlamentares para que votem a seu favor.

Senador Paulo Paim, Senador Mário Couto, eu assisti à ultima votação na Câmara dos Deputados, assisti à votação relacionada à CPMF, e o Governo colocou a sua força lá dentro.

Realmente fiquei triste, indignado, com vergonha de assistir a alguns Parlamentares declararem que queriam agora ver se o Governo ia cumprir o compromisso que assumiu com eles, com os partidos políticos. Por quê? Porque eles tinham votado a favor da CPMF. Eles se esqueceram de perguntar, esses políticos que

venderam seu voto – por isso existe a história do mensalão, do mensalinho, do troca-troca de partido... Eu troquei de partido, sim. Mas eu era de um partido da situação, o PMDB, e fui para um partido da oposição, o PSDB. Então, estou em um partido de oposição. Troquei. Mas há aqueles que trocam para receber alguns favores, alguns cargos, não sei por quê. Senador Mário Couto, uma vez o Governador do Estado do Amapá me chamou e disse: Papaléo, tu como és médico, muito respeitado, já foste Secretário de Saúde, já foste diretor de hospital, gozas do respeito da população, quero que tu indiques meu Secretário de Saúde. Não sei, há políticos que são ávidos por isso. Sabe, para mim é segunda intenção. Para mim, é indicar alguém para ser secretário, o que a maioria faz, para poder fazer as jogadas que há por lá para arrumar dinheiro para futuras campanhas. Para mim, é. Respondi: Governador, eu lhe agradeço. Sabe V. Ex^a que já fui Prefeito de Macapá e que lá fiz uma administração na qual técnicos – técnicos! – ajudaram-me a administrar, pessoas respeitáveis da sociedade.

Assumi uma Prefeitura que gastava 76% de seu orçamento com pessoal, 6% com a Câmara Municipal e mais 3% ficavam na fonte. Isso totaliza 85%. Sobravam 15% do financeiro da Prefeitura para fazer o serviço de manutenção, sem ajuda de governo, sem nada, e consegui fazer uma administração que me permitiu sair significado diante da população do Amapá. Nunca precisei sair com segurança, com motorista ou me esconder do povo. Por quê? Porque dignifiquei o mandato que me deram.

Minha mulher fica falando para não falar sobre mídia porque podem se virar contra mim. Mas tenho que fazer uma pergunta. Por que a grande imprensa não centraliza a sua visão – continua essa visão aqui no Senado – em cima dessa questão da CPMF, em cima das negociações que o Poder Executivo faz com alguns do Poder Legislativo para ganhar o seu voto? Por quê? Por que os grandes escândalos patrocinados pelo Poder Executivo não vêm para as primeiras páginas dos jornais, das revistas, para as rádios, para as televisões? Será que o povo não entende que quem tem a chave do cofre é o Presidente da República? É o Executivo que tem dinheiro.

Não pensem, senhoras e senhores que estão nos vendo, que esta Casa tem dinheiro para ficar distribuindo, para ficar fazendo corrupção. Isso não existe. Esta Casa aqui tem seus funcionários, tem suas despesas de gabinete, tem tudo isso. Por mais corrupto que fossem alguns dirigentes aqui, não haveria condições de se estar comprando voto de parlamentar. Se o Executivo, através de seu poder financeiro, não patrocina essa negociação, através de cargos e mais

cargos – fica uma briga deprimente e vexatória –, não tem compra de voto. Então, aquelas pessoas que não têm caráter condigno para exercer uma função vão se vender. Não é porque alguém é médico que não pode ser mau-caráter; pode, sim.

Os Deputados, os Senadores, o Presidente da República, os Vereadores, todos foram escolhidos pelo povo. Eles não passam por nenhum processo de depuração nem lhes é exigido qualquer pré-requisito que os enquadre como pessoas digníssimas para receber o povo; é o comportamento deles no poder que vai fazer com que eles ajam para o lado do bem ou para o lado do mal.

Volto ao meu raciocínio. Não pensem as senhoras e os senhores que o parlamentar ganha, legalmente, mais do que vem em nosso contracheque. Acho uma injustiça muito grande – é querer realmente entrar em um processo de desgaste das Casas – quando você pega... Meu gabinete tem nove assessores. Aí pega-se o salário dos nove assessores e conta-se como se fosse o Senador que tivesse recebendo aquele dinheiro.

Senador Mário Couto, eu moro no Amapá. Cada ida e volta sai por R\$2 mil. Meu salário líquido é de R\$12 mil. Como posso pagar, indo quatro ou cinco vezes ao meu Estado, R\$10 mil e ficar com R\$2 mil?

Então, acho que o povo tem que entender que é um direito do Senador receber essas passagens para ir e voltar. Se eu estiver errado, desculpem-me, mas eu acho que é um direito. Se nós não usamos essas passagens, não pensem que nós colocamos esse dinheiro no bolso. Nós ganhamos a passagem; não usou, perde a passagem. E assim por diante.

Então, é o cúmulo dizer, como dizem alguns, que um parlamentar ganha cento e tantos mil reais. Isso é uma mentira! Fico indignado quando ouço isso... Agora, dizer que a despesa que um parlamentar dá com cafezinho, com material de expediente, com funcionários, com energia elétrica... Tudo bem! Mas dizer, insinuar que nós ganhamos isso eu não aceito.

Por isso, Senador Mário Couto, peço que o povo comece a ver com desconfiança esse excesso de tentativa de desgaste em cima do Poder Legislativo. Vejam isso com desconfiança. A quem isso vai beneficiar? Será que o nosso regime político está sob risco, será que nossa democracia está sob risco, como aconteceu na Venezuela, quando o Sr. Presidente da Venezuela conseguiu fazer um trabalho, até boicotando a imprensa, cassando o poder de denúncia da imprensa de seu país, para se tornar o ditador, o soberano ditador da Venezuela? E outros países da América do Sul estão tentando seguir esse modelo, que é perverso, terrível para sociedades como a nossa. Vamos analisar direitinho se não tem algo por trás disso. O que nós devemos

fazer? Nós que somos pessoas de bem, que estamos representando nosso povo aqui nesta Casa, temos de lutar com garras, com unhas e dentes para mostrar à população brasileira que esta Casa é uma Casa séria, uma instituição que precisa ser preservada e jamais deixar que ela seja jogada ao ridículo, como fazem com a tentativa de desmoralização desta instituição, fundamental para a democracia de nosso País.

Ouço o Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Papaléo Paes, quero dizer a V. Ex^a que me orgulho muito de ser seu colega de Bancada. Tenho em V. Ex^a a mais profunda admiração.

Senador, um dos problemas do Legislativo no nosso País, neste Brasil querido e amado por todos nós, é exatamente o Executivo. O Executivo, o Legislativo e o Judiciário estão na mesma posição. São três os Poderes. V. Ex^a diz que muitos se curvam ao Governo. Esse é um dos grandes problemas do Legislativo. Olhe o exemplo, olhe a parte prática. Vamos à prática. Vamos provar à sociedade brasileira que o que V. Ex^a disse dessa tribuna é verdadeiro. Vamos provar. Quantos deputados federais foram eleitos por um partido e agora foram para a base do Governo? Quantos? Está aí a prática. Para fortalecer – é o Governo que puxa – a base do Governo e aprovar tudo aquilo que for conveniente para o Governo e que, muitas vezes, não é conveniente para nossa sociedade. Esse é o grande problema do nosso Legislativo. Vou dar um exemplo prático, quentinho, de agora, saído do forno. Na semana passada nós ganhamos uma causa que era importante para a nossa sociedade. Por quê? Porque houve a rebelião de uma Bancada do Governo. É verdade ou não é? A Bancada do Governo queria mostrar ao Presidente Lula, conforme declarou nos jornais, que estava insatisfeita com o Presidente porque não tinha liberado emendas e vai por aí... Li, nos jornais de hoje, que o Presidente já vai mandar chamar essa Bancada para conversar e acertar tudo. Esse é o Governo Lula, Luiz Inácio Lula da Silva.

Veja bem, vou falar desse assunto já, já da tribuna. Não demora muito, estarei seguindo a mesma linha de V. Ex^a porque tenho certeza de que amanhã, numa votação que teremos aqui, vou ser derrotado na minha luta. Sei que muitos são submissos ao Governo. Há exceções, toda regra tem exceção. Mas, se todos fossem conscientes de seus deveres, se todos, na hora de votar, lebrassem que a sociedade os mandou para cá para que pudesse representá-la com dignidade, vou repetir, com dignidade, caráter, decência, seriedade, compostura, aí, Senador, as coisas seriam diferentes, bem diferentes. Acontece, Senador, que, quando chegam aqui, esquecem o que prometeram na base, es-

quecem que a sociedade votou neles com esperança de que eles pudessem falar por ela, pelos interesses dela, esquecem tudo isso e se voltam a fazer o que o Presidente da República deseja e quer. Isso é lamentável em nosso País, e é assim que está o nosso Legislativo. Parabéns pela sua postura, mais uma vez, pela sua decência, pela sua coragem, pela sua dignidade. Orgulha-me ser seu colega de partido.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto. Essas suas observações são extremamente pertinentes e são assuntos que dificilmente o Parlamentar traz para a tribuna.

Lembro-me que, no dia da votação na sessão secreta, aqui, alguns Parlamentares da outra Casa tiveram uma atitude para com os nossos seguranças, que não deveriam ter praticado. Naquela ocasião, eu vim em defesa dos seguranças, porque eles estavam cumprindo ordem, e me recordo de ter recebido vários conselhos: “Olha, Papaléo, não se mete nisso não, rapaz. Não procure inimizade com outro Parlamentar. Isso não é bom...” Mas eu não procurei inimizade com ninguém. Procurei fazer justiça, porque nós sabemos que, naquela situação, se alguém do Senado, se algum Senador não entra em defesa deles, o “pau quebra do lado mais fraco”, meu amigo, e quem sofreria as consequências seriam os nossos seguranças, que estavam cumprindo rigorosamente o que lhes foi determinado.

Mas, Senador Mário Couto, eu até peço a este importante poder que a democracia tem, porque na ditadura não há poder, a imprensa só tem poder na democracia. Na ditadura – nós já passamos por isso e vimos como funciona –, todo texto passava por um cara da censura que dizia: “Esta vírgula aqui..., cancela”. Era assim...

Então, faço um apelo à mídia nacional para que olhe essas questões com responsabilidade, que faça avaliação, sim, do Senado e da Câmara. Nessa questão, por exemplo, de se votar a CPMF, numa hora eu sou contra e, de repente, passo a ser a favor. Por quê? O Governo me chamou para passar a mão na minha cabeça ou deu alguma coisa em troca? Deu alguma coisa em troca. Foi ridículo, deprimente ouvir alguns Parlamentares, no dia da votação da CPMF na Câmara dos Deputados, declararem no microfone: “Agora quero ver se o Governo vai nos olhar com mais atenção, com mais carinho, com mais isso, com mais aquilo”. O que desgasta o Parlamento é esse tipo de comportamento.

Questões internas – volto a dizer –, como a que está acontecendo com o Sr. Presidente da Casa, é uma questão interna. A Casa vai resolver, vai cometer justiça. “Ah, mas a justiça não é aquela que quero”. A

minha justiça é uma, a sua justiça pode ser outra. Por isso, temos 81 Senadores para julgar.

Quanto a essas questões de CPMF, por exemplo, e outras votações que ocorreram aqui... Olha, Senador, eu era do PMDB. Votei contra a reforma da Previdência. Eu era do PMDB, da base de apoio do Governo, votei contra. No primeiro turno, votei contra. Quando chegou no segundo turno, eu estava ali no cafetinho e recebi um telefonema – entendeu? –, dizendo que o Governo nomearia o superintendente da Infraero no Estado do Amapá, em Macapá, indicado por mim, se eu votasse, no segundo turno, a favor da reforma da Previdência. Estava ao meu lado o Deputado Davi Alcolumbre, do meu Estado. Nessa hora, uma Senadora do PT estava chegando e ele disse assim para ela: “Vocês pensam que compram o Papaléo? Vocês não compram”. Aí, houve uma discussão entre os dois.

Então, digam-me uma coisa: por que eu deixaria de votar de acordo com a minha convicção para indicar o presidente ou superintendente da Infraero no meu Estado e votaria a favor do Governo? Por quê? Eu estava votando a favor do povo, porque o meu Estado, com a reforma da Previdência, perdeu 5% do que arrecadava normalmente com o regime antigo.

E mais: estava sendo programada uma reforma no aeroporto de Macapá – para os Senhores entenderem como são as coisas – de R\$120 milhões. Então, o cara, eu suponho, indica lá que você vai tirar o seu percentual, dá o seu jeito, para pôr lá um cara que seja “safo”. Só pode ser isso, não pode ser outra coisa. Porque eu não indicarei ninguém para nenhum cargo. Por quê? Porque, primeiro, eu não vou fazer isso. E se o cara faz alguma coisa errada lá, quem vai pagar o pato, Mário Couto? Eu. Então, deixa para lá! Quem tem de indicar... Quem indica os meus assessores sou eu; quem indica os seus é você! Então, se eu indicar o seu assessor e ele faz uma má prática, tenho certeza absoluta de que você não vai reclamar dele. Vai reclamar de mim que o indiquei.

Então, é um apelo que faço: observem direitinho. Daqui a algumas semanas, vamos votar a CPMF aqui. Eu já me declarei contra a CPMF. A única maneira em que poderia discutir – discutir – essa questão da CPMF seria se houvesse uma discussão ampla e voltássemos a ter os 0,20% de CPMF, única e exclusivamente destinada à saúde, a mais ninguém.

Se o Governo colocou Bolsa-Família, Bolsa “não sei o quê”, Previdência, o problema é do Governo! Ele tem superávit suficiente para fazer com que essas despesas sejam cobertas com verbas de outra rubrica.

Não venha o Presidente da República ou seus Líderes aqui tentar passar para o povo que vai acabar Bolsa-Família, porque isso não acaba. Além de

ser uma necessidade, hoje, do povo pobre brasileiro receber esse financiamento do Governo, essa verba irrisória, mas que serve muito, é também uma maneira de o Governo, com essa mixaria que dá, controlar votos dos nossos irmãos miseráveis e pobres.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Ele sabe que, com esse “dinheirinho”, ganha muito voto.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Porque, durante as campanhas, o que dizem? “Se não elegerem novamente do lado dele, vocês vão perder Bolsa-Família”. É assim que fazem. Pelo menos no meu Estado, é assim que fazem. E o povo, com medo de perder esse “dinheirinho”, esses R\$70, – não é, Mão Santa? – vai e vota naquele candidato. Ou seja, forma-se um curral eleitoral à base do dinheiro público. É necessário? É necessário. Hoje, é indispensável. Então, não venham tentar sensibilizar por esse lado que não dá.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo, V. Ex^a traduz a coragem, a pureza e a virtude. V. Ex^a é um orgulho da classe médica e um orgulho aqui. Aqui não tem negócio de alto clero, não. Nós é que somos os bons mesmo. Nós, os virtuosos, que estamos aqui trabalhando e não tem trapalhada. Aqui ninguém negocia, não. Está entendendo? Nós respeitamos São Francisco, porque ele disse assim: “Pai, seja eu um instrumento de vossa paz”.

Não é esse negócio de dando que se recebe, não. Então, somos os autênticos, nós, que engrandecemos esta Casa, que estamos aqui, pode focalizar, olha as caras, temos coragem de mostrar a cara. Primeiro, ô Luiz Inácio, quero lhe ensinar, em medicina, esse troço aí foi criado para a saúde por um homem de vergonha lá da sua região, do Acre, com o qual trabalhei, ajudei-o em cirurgia cardiovascular nos primórdios; depois, quando fui Governador do Estado, ele me ajudou a construir o pronto-socorro que tem em Teresina, Adib Jatene – o maior símbolo da medicina, homem de credibilidade. Mas não foi para a saúde, sabemos, ô Papaléo, esta CPMF hoje, é “contribuição para malandro felino”, felino é gato, só fizeram roubar, e, para a saúde, não foi. Ô Luiz Inácio, sou médico há 40 anos, e tenho muito quilômetros rodados, em Santa Casa, em emergências, em tudo. O dinheiro não foi para a saúde, não. Foi malandração dos felinos, o dinheiro desapareceu. Agora, esse imposto é perverso. Ô Luiz Inácio, ninguém aí do seu staff... Agora, sei que Meirelles, elogie-o, pois é uma pessoa que tem vivência bancária. Mas quero dizer que esse imposto é muito perverso, entendo disso. Por quê? Porque, quando fui

“prefeitinho”, Papaléo, tinha inflação. Todo mês a folha de pagamento aumentava até 80%, e eu ficava até de madrugada, ô Cristovam, até de madrugada, todo mundo dormindo lá, na Parnaíba, e eu fazendo folha de pagamento, porque aprendi com Petrônio Portella e Lúcio Portela que a gente dá mais para os que ganham menos, e menos para os que ganham mais. Então, eu fazia esse ajuste mensalmente. E quero dizer que agora esse CPMF é um imposto muito injusto. Esse negócio... Eles pensam que aqui tem otário. Vejam o Cristovam Buarque aqui. É o mais sábio dos 180 anos. Não tem esse negócio de o Darcy Ribeiro... Eu já li o livro, e ele empata... Então, nós estamos preparados aqui. Estão enganando. Ô Efraim, vem o Duda Mendonça, que é o Goebbels dele, dizendo – e mandou até um candidato representando – que é imposto de branco. Não há nada disso, não. Não é negócio de branco ou preto, não; e que pobre não tem talão de cheque. Mas pobre toma banho. Ô Luiz Inácio, a sua Marisa não toma e não fica cheirosa? Deixa a Marisa dos outros, a Adalgisinha ficar cheirosa. O imposto de um sabonete, Senador Efraim, é de 52%, e o de xampu. Quem podia comprar o sabonete por R\$0,50, paga R\$1 e tanto por causa do imposto do Luiz Inácio. Então, pobre não tem cheque, e ele diz que é o imposto do cheque. Não é só o branco, não. Mas, para formar um sabonete, já rolou muito imposto, muito imposto, muito imposto, muito cheque; já rolou muito cheque. E quem vai comprar é o pobre, para ver a sua mulherzinha cheirosa. É lógico que ele não vai... Eu estou falando do sabonete. Como tem imposto demais. É 52% para sabonete e xampu, você entendeu? Então, estão dizendo “Não, isso é imposto do branco. É de cheque”. Não. E outra coisa: quando você tira um empréstimo, você é ferrado; quando vai pagar, você é ferrado de novo. Então, não é 0,38%; é 0,76%. Aprendeu, Luiz Inácio? Você teve escola boa: o Senai. O Governo do passado lhe deu uma escola boa. Tinha a Aritmética Elementar de Trajano. Então, não é somente 0,38%. Aprenda! Ele não tem razão. Se nós não tivermos, não tem razão de ser Senado. Não é 0,38%, não, Luiz Inácio! Pega a Aritmética de Trajano que era adotada no Senai! Quando você tira um empréstimo, Papaléo – todo empresário tira, este não é o mundo financeiro? –, você é ferrado e, na hora em que você vai pagar, é ferrado de novo. Não tem de pagar?! Todos os empresários, pequenos e grandes?!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Este País tem 76 impostos! É imoral! Este, nós vamos enterrar! Temos de enterrar – e é todo! Por quê? Luiz Inácio, não endireita, não! Bota este Chinaglia velho para tra-

Ihar! Este não é melhor que Renan, não. Só por que é do PT? Bota este cabeça-branca para botar os vetos aqui! Aí, sim. É imoral este Congresso – não é por esse imbróglio de mulher, não; é porque não botam os vetos! Todos nós sabemos – eu sei, o Papaléo sabe – que tem uma Medida 29, que foi feita pelo Congresso Nacional. Esta Medida 29 faz, na saúde, o que foi feito pelo João Calmon, pelo Pedro Calmon, pelo Darcy Ribeiro, pelo nosso Cristovam Buarque. Na educação, nós, como “prefeitinho” e como Governador, temos de aplicar 25% a 30%, obrigatoriamente. Na saúde, não tinha nada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então, fizeram aqui – o Senador Antônio Carlos Valadares foi relator – a Medida 29, que obriga os Governadores a destinar 12% para a saúde e os Prefeitos, 15%. Essa lei nunca foi regulamentada. Ô Chinaglia, você é pior do que o Renan. Regulamenta essa Medida 29. Essa que é a verdade. Efraim, onde está a Medida 29? Por isso, não há dinheiro para a saúde. Nós temos é que enterrar a CPMF. Esse dinheiro vai ficar em boas mãos. Vai ficar na mão do trabalhador, da mulher do trabalhador. Eles vão economizar uns 300, 400 paus por ano, cada pessoa, e vão empregar bem esse dinheiro. A mãe de família, a dona-de-casa, é que sabe multiplicar o dinheiro. Ele não vai ser perdido, não. Vai ficar no Brasil, no povo brasileiro, na família brasileira que trabalha.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a o tempo que me foi concedido.

Lembro a V. Ex^a e aos Senadores Mão Santa e Mário Couto que poderíamos muito bem fazer as recomendações que o PT fazia antes de chegar ao poder. Poderíamos mostrar no *outdoor*, quando votarmos a CPMF, que aqueles que votaram a favor da CPMF estão votando contra o povo, porque 52% da população não aceitam a CPMF. Estão votando contra o povo. Vão para o *outdoor* aqueles que votaram contra o povo. Aqueles que votaram contra a manutenção da CPMF estão votando com o povo.

Sendo assim, tenho certeza absoluta de que esta Casa vai dignificar o povo brasileiro votando contra a CPMF.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

Nobre Senador Mário Couto, V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Mão Santa tem razão. S. Ex^a tem um raciocínio muito rápido, preciso, inteligente. S. Ex^a acabou de mostrar que a classe mais prejudicada pela cobrança de tantos impostos é a classe mais pobre, é a classe que compra sabonete, é a classe que compra pasta de dente. Essa é que é a mais sofrida.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, na semana que passou, abordamos desta tribuna três assuntos que considero de relevância para a nossa sociedade. Falamos sobre corrupção no Governo, citamos como exemplo principal o Dnit, citamos a Amazônia, que estava sendo leiloada – ou melhor, que está sendo leiloada – e travamos uma batalha para mostrar que a indicação para o Dnit do Sr. Luiz Antônio Pagot precisava ser analisada, porque este senhor tinha cometido uma irregularidade.

Trago, hoje, as providências que irei tomar com relação a esses três assuntos. Não adianta, Mão Santa, vir a esta tribuna mostrar à sociedade os problemas, mostrar à sociedade os graves problemas que podem prejudicar a sociedade brasileira, e os discursos saírem por estas portas e janelas e se perderem. Não adianta! Adianta questionar, aprofundar, debater e chegar a uma conclusão com luta. E é isso que vou fazer.

A cada assunto que trouxer, vou fazer um questionamento. Pode parecer que o Mário Couto, hoje, tenha trazido muito documento. O Mário Couto nunca veio para a tribuna com tantos papéis. Aqui tenho, mais ou menos, um quilo de documentos. Se não estou enganado, aproximadamente um quilo de documentos. Esta aqui é a CPI do Dnit! Estou entrando com um requerimento pedindo a CPI do Dnit.

Conversei com o Líder Arthur Virgílio, a quem agradeço por ter concordado – e tenho certeza, toda a Bancada – com a abertura dessa CPI. Ao meu Presidente Tasso Jereissati quero aqui também agradecer a V. Ex^a pela postura na condução da nossa Bancada, do nosso Partido nacionalmente. Mais uma vez, o PSDB demonstra a sua preocupação em defender a sociedade brasileira.

Aqui está em minhas mãos uma maçaroca de documentos inquestionáveis. Inquestionáveis! Não teria eu nenhum direito de proceder assim se não tivesse em mãos documentos inquestionáveis para apuração de corrupção no Dnit. Sempre, nos relatórios do Tribunal de Contas da União, o Dnit aparece em primeiro lugar em denúncias. Há poucos dias, Senador Mão

Santa, o Tribunal deu entrada, nesta Casa, do seu último relatório sobre as obras deste Governo, inclusive as do PAC, programa recentemente lançado pelo Governo Federal.

Pasmem, senhoras e senhores! Um prejuízo de cinco bilhões saem pelo ralo em corrupção neste País. Das 216 obras fiscalizadas, 77 obras apresentam irregularidades sérias, seriíssimas. Agora vejam: dessas 77 que apresentam irregularidades graves, gravíssimas, 22 delas estão no Dnit. Mais ou menos um quilo de documentos, apresentando as irregularidades para serem apuradas no Dnit.

O Dnit tem um orçamento invejável de R\$12 bilhões ao ano. O País sabe como estão as estradas brasileiras. Meu Estado do Pará sofre até hoje! Governos, governos e governos, e nada declusas, nada de Transamazônica. Daqui a três ou quatro meses, a Transamazônica passa a ser chamada de "Transmargura", porque fica intrafegável. E a obrigação é do Dnit. Está aqui: quase todas as obras atribuídas ao Dnit apresentam irregularidades. Basta! Basta, Dnit! Não se pode mais, não se deve mais!

Por isso espero que este Senado mostre à população brasileira a sua imparcialidade. Desta tribuna, quero dizer à Nação, quero anunciar à Nação quem são os Senadores que assinaram este pedido de CPI! Quero dizer, quero nominar, quero citar, nome por nome, aqueles Senadores que estão em defesa do povo brasileiro.

A corrupção gasta, a corrupção lesa, a corrupção é maléfica, a corrupção é destruidora, a corrupção deixa o povo mais empobrecido. O Dnit é uma fonte de corrupção, é uma fonte produtora de corrupção. E nós não podemos mais olhar, observar, ler os relatórios do Tribunal de Contas da União e não tomar nenhuma providência.

Quero também, desta tribuna, nominar cada Senador que não quiser assinar a CPI do Dnit. Vou fazer isso. Não estou, absolutamente, ameaçando ninguém, mas quero mostrar ao povo brasileiro aqueles que estão realmente interessados em defender a população brasileira.

Mostrei aqui a minha preocupação com a nomeação para o Dnit, encaminhada a esta Casa pelo Presidente da República, do Sr. Luiz Antônio Pagot. Mostrei, provei e provo na hora em que quiserem que esse senhor cometeu uma irregularidade. Provo na hora em que quiserem que esse senhor embolsou do Senado, esta Casa Legislativa – pasmem, senhoras e senhoras, não foi de outra entidade, não, foi desta Casa! –, nada mais nada menos do que R\$428 mil, indevidamente! Meteu no bolso sem trabalhar! Não

se vai tomar nenhuma providência? Não pode, Mão Santa, não pode!

Esta voz não vai calar.

Sr. Presidente desta sessão, Senador Tião Viana, estou apresentando um requerimento questionando a Mesa. Sei que amanhã a maioria vencerá. Sei que o governo nesta Casa manda. Sei que os projetos que chegam aqui e as indicações que o governo quer, infelizmente, nós só derrubamos quando há uma revolução interna da Bancada do governo. Quando não há, nós não conseguimos, porque, infelizmente, muitos políticos – e não são poucos – querem sempre estar, a qualquer interesse, do lado da mesa farta. Há políticos que não conseguem ser independentes, há políticos que só conseguem sobreviver, meu Presidente, se estiverem do lado do Governo, da mesa farta, para pleitear cargos e para pleitear obras, emendas. Isso, na realidade, o País inteiro sabe. E aí vem a fiscalização das obras, e aí vêm denúncias. Eu não quero... Quero dizer de viva voz ao País e aos Senadores que me escutam: eu não vim para esta Casa para pleitear cargos públicos e nem emendas. Nenhuma! Eu vim para esta Casa para falar pelo povo que me elegeram com um milhão e meio de votos no meu Estado. Eu vim para cá para representar o povo deste País e tenho certeza de que muitos gostariam de dizer o que eu estou dizendo.

Amanhã, serei derrotado. Lutei, e lutei muito, para que esse homem não fosse indicado para o Dnit. Está comprovada a irregularidade de que esse homem trabalhou em Itacoatiara e ao mesmo tempo trabalhou no Senado. Talvez seja o único homem, depois de Jesus Cristo, que pode estar em dois lugares ao mesmo tempo. Talvez seja o único homem na face desta terra que conseguiu trabalhar a três mil e quinhentos quilômetros de distância – três mil e quinhentos quilômetros de distância – em Itacoatiara, no Amazonas, e aqui no Senado ao mesmo tempo. E o Senado vai aprovar o nome desse homem para o Dnit, para o Dnit continuar a cometer corrupções. Olha aqui a maçaroca de corrupções que o Tribunal de Contas da União mostra a todos nós.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Vou já lhe dar o aparte.

Requeiro, fulcrado no que preceitua o art. 215, II, b, da Resolução nº 93/1970, que institui o Regimento Interno deste Poder, os seguintes esclarecimentos sobre a administração interna do Senado:

1 – se, a quando da constatação de que o Sr. Luiz Antônio Pagot, no ano de 1995, por este Senado, para exercer o cargo em comissão de Secretário

Parlamentar no Gabinete do Senador Jonas Pinheiro, nomeado por meio do Ato do Diretor-Geral nº 292/95, prestou, oficialmente, informação de que exercia no mesmo período o cargo de superintendente da empresa Hermasa Navegações, localizada em Itacoatiara, no Estado do Amazonas?

Vou ler só os principais questionamentos. Há documentação comprovando que o Sr. Luiz Antônio Pagot fez opção pela jornada de trabalho. Duvido, duvido que a Mesa Diretora seja capaz de dizer que houve opção pela jornada de trabalho. Duvido! Finalmente, se comprovado que o Sr. Luiz Antônio Pagot realmente declarou em sua posse ou à Comissão de Controle Interno do Senado, em 1997, que tinha outra fonte de renda oriunda de atividade como superintendente da empresa Hermasa Navegação, qual a posição oficial da Mesa Diretora do Senado, Senador Mão Santa? Quero saber o que a Mesa fez. Por que a Mesa não abril um processo? Quero saber.

Vão ganhar amanhã, mas vão ter de responder-me. Vão ganhar amanhã, mas a questão não vai ficar assim. Irei até o fim com a minha luta. Eu não posso abrir mão dela. Eu não posso deixar passar.

Já estão me chamando de chato. Que chamem! Aqueles que estão me chamando de chato é porque estão ansiosos para que o Sr. Luiz Antônio Pagot vá para o Dnit imediatamente.

Pois não, Senador Mão Santa. É com muito orgulho.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a fala bonito sobre a corrupção e os malefícios. Eu queria relembrar Ulysses Guimarães. Ulysses está encantado no fundo do mar, mas ainda ecoa o último discurso que ele fez. Ele disse que a corrupção é o cupim que corrói a democracia. Nunca vi tanto cupim. Essa corrupção é que estraga o País mesmo. É por isso que está faltando o dinheiro para a segurança, o dinheiro para a educação e o dinheiro para a saúde. O superfaturamento nas obras fantasmas, a sonegação e as propinas é que encarecem a infra-estrutura. Eu queria dizer que este Senado aqui é o dique, Nós mostramos a cara. A Sealopra, não foi esse movimento não. Nós somos franciscanos porque meu nome é Francisco. São Francisco andava com a bandeira paz e bem: onde houver erro, que eu leve a verdade. Isto é que nos lembra São Francisco: “Onde houver ódio – Senhor, faça-nos instrumento da paz –, que eu leve o amor”. Mas, de qualquer jeito, franciscano mesmo era o Pedro Simon. Quero lhe dizer que o PMDB tinha quatro votos aqui – até foram chamados de PMDB do bem – que estavam consolidados, pétreos, decididos: Pedro Simon, Jarbas, Mão Santa e... A Sealopra era mesmo coisa de aloprado. E a diferença foi tão grande... Ó Luiz Iná-

cio, estão enganando-o; foi um tsunami de vergonha aqui no Senado. Foram 46 votos a 24. Então você bota esses quatro, mesmo que tivesse onze, a diferença foi de 24 votos. Ainda houve o da Patrícia, que se enganou. Seriam 26 votos. Essa é a realidade. A Sealopra foi bem enterrada. O Senado mostrou a sua grandeza e mostrou que... V. Ex^a entrou outro dia, é o que seria um seminarista, o que chamaríamos de calouro, e V. Ex^a está liderando. Esse Pagot aí tem é pagado aí. V. Ex^a está mostrando que aqui é uma Casa diferente, que não há esse negócio de alto clero ou baixo clero, não. Os nomes que chegam aqui com a força do povo e com a coragem de V. Ex^a... V. Ex^a já é cardeal nesta Casa pelos pronunciamentos. E eu vou dizer que a repercussão é no Brasil todo. Então, essa é a grandeza do Senado. O Pagot foi enterrado porque o Senado existe para aconselhar o Presidente da República e não era uma coisa boa para o País.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado Senador Mão Santa. Eu acho que estamos aqui para cumprir o nosso papel, e V. Ex^a cumpre muito bem o vosso papel. Eu já disse várias vezes e continuo dizendo que sou um admirador de V. Ex^a. Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a faz o seu trabalho voltado à opinião pública, àqueles que esperam que aqui possamos fazer um trabalho digno: não nos trocar, não nos vender. Tenho certeza de que V. Ex^a tem esse lema bem projetado na sua concepção de homem. Não tenho dúvida alguma disso, Senador Mão Santa.

Finalmente, quanto ao terceiro item, quero dizer àqueles que mandaram centenas de e-mails preocupados com a Amazônia, Senador Tião Viana, que vou precisar que V. Ex^a me ajude.

V. Ex^a é um homem equilibrado, decente, sóbrio. É um homem que sabe escutar. Triste do político que não sabe perceber e assimilar uma crítica. É triste, Senador. E V. Ex^a sabe, faz, ouve tranquilamente, é ético, disciplinado, inteligente. Quero que V. Ex^a me ajude.

Não acredito, Senador, que aqui no Senado fosse aprovada uma lei para leiloar a Amazônia. Isso não entra na minha cabeça. O Presidente Lula deve ter dito assim, Senador. Convença-me do contrário e retiro tudo. Traga... Estou pedindo a presença da Ministra Marina para que se faça uma audiência pública, para que possamos realmente questionar, discutir este assunto. Agora, simplesmente dizer: “Não, a lei já foi aprovada! Pode agora leiloar!”

Não é brincadeira. É um milhão de hectares inicialmente, podendo chegar a dois milhões. É a Amazônia inteira, a floresta toda.

Então, estou questionando e respondendo àqueles que me pediram que fizesse uma discussão em torno desse projeto. Quero saber se o projeto foi im-

posto pelo Presidente Lula, como ainda agora acabei de falar. Infelizmente! Infelizmente, a submissão ainda está aqui! Infelizmente, quando o Presidente bate o martelo, como tem a maioria aqui, passa o projeto. Infelizmente! E deve ter sido assim com o projeto que leiloa a Amazônia. Essa é a minha grande preocupação. Por isso estou aqui, Sr. Presidente, solicitando que se faça uma profunda discussão. E tenho certeza absoluta de que muitos Senadores já concordaram comigo que isso não se pode fazer, inclusive para multinacionais. Olhem o que querem fazer com a Amazônia: inclusive podem entrar no leilão multinacionais! Olhem o que querem fazer com a Amazônia!

Tenho certeza de que muitos Senadores questionaram aqui, mas sempre a Minoria é voto vencido. Há o interesse maior, Senador Efraim! Há o interesse maior, que são os cargos públicos, a liberação de verbas. Há um interesse maior em tudo isso! E, quando há uma determinação do Executivo, infelizmente a submissão ainda existe neste Parlamento! Infelizmente!

Mas não quero participar dessa culpa. Quero mostrar à Nação brasileira que me preocupei, aprofundei a discussão. Quero chamar a sociedade para participar dessa discussão. Quero saber até onde vai o interesse do Governo em leiloar a Amazônia!

Desço desta tribuna, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a o tempo que me foi concedido, mostrando mais uma vez à Nação que estou aqui cumprindo com a minha obrigação parlamentar. Estou entrando com uma CPI para apurar irregularidades no Dnit.

Repto: foi para cá que o povo paraense me mandou, exatamente para fazer o que estou fazendo: fiscalizar, cobrar os atos do Executivo. E, neste momento, mostro à sociedade brasileira que não dá para agüentar mais. O Dnit precisa ser fiscalizado, apurando-se todas as suas irregularidades mostradas pelo Tribunal de Contas da União. Não se pode mais aturar tanta irregularidade neste Governo! Não se pode mais! O Dnit é o foco de corrupção, o Dnit é o foco de irregularidades e precisa realmente sofrer uma auditagem profunda desta Casa. É através dessa CPI que vamos mostrar à Nação o quanto o Dnit, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, já levou dos cofres públicos, do bolso da população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua atenção.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto. A

Presidência deixa claro que tem inteira sensibilidade e concordância para que haja tal audiência pública sugerida por V. Ex^a, inclusive com a vinda da Ministra Marina Silva.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais. V. Ex^a dispõe de 20 minutos. A seguir, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, quero, hoje, fazer o registro de uma celebração muito significativa para o meu Estado, a Paraíba, em especial para a cidade de Campina Grande. Trata-se, Sr. Presidente, da passagem do 50º aniversário de fundação do Jornal **Diário da Borborema**, que será comemorado amanhã, dia 2 de outubro.

Como tantos outros importantes meios de comunicação, o **Diário da Borborema** é fruto da visão empreendedora do grande Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, paraibano de Umbuzeiro, que ganhou o mundo e nele deixou uma marca indelével, até hoje perceptível, especialmente na forma das empresas de comunicação que semeou por todo o País.

Assis Chateaubriand era Senador pela Paraíba quando prometeu criar, em Campina Grande, um jornal diário à altura da importância da cidade, que, apesar do seu *status* de segunda maior cidade do Estado e de pólo de referência não só para a Paraíba, mas para boa parte do nosso querido Nordeste, não possuía um diário.

Desde o fim do Império, diversos periódicos, ainda que não diários, foram editados em Campina Grande: *A Gazeta do Sertão; O Alfinete; O Prelúdio; O Correio de Campina; A Voz da Borborema*, entre outros. Mas nenhum deles durou muito. Coube ao Diário de Chateaubriand, que agora completa meio século de existência, resistir ao teste implacável do tempo.

Como parte dos Diários Associados, o **Diário da Borborema** já nasceu grande. O próprio Chatô, assim como outros renomados jornalistas dos Associados, escrevia para o jornal que, assim, levava os grandes temas e debates nacionais diretamente para Campina Grande.

Mas o Diário nunca perdeu a sua ligação com a terra, as gentes e as questões locais. Faz parte da história do jornal, por exemplo, a figura de Manoel Alexandrino Leite agricultor, Senador Mão Santa, semi-analfabeto que aproveitava suas viagens pelo sertão para coletar fatos e informações, que relatava, em seguida, a um repórter do jornal.

Sr. Presidente, essa aliança do jornal com a cidade, sua marca desde o início, é, sem dúvida, uma das razões mais básicas para o seu sucesso e para

a sua longevidade. Embora tenha sido criado por um político – e um político de projeção nacional –, ele não nasceu, como tantos outros, como porta-voz ideológico ou como veículo partidário. Sua vocação era a de se tornar um veículo da e para a comunidade local, sem, no entanto, desperdiçar aqueles vínculos com o resto do País que o fato de pertencer à rede de diários de Chateaubriand garantia.

Desde o início, Sr's e Srs. Senadores, o **Diário da Borborema** esteve envolvido nas lutas e nas campanhas que mobilizavam a cidade – desde aquelas de interesse mais local até as de amplo impacto econômico, social e regional, como a campanha pela criação da Universidade Federal de Campina Grande e da Universidade Estadual da Paraíba –, sem, contudo, tornar-se provinciano no sentido mais limitado que a palavra pode ter.

O **Diário da Borborema** herdou ainda a tendência inovadora e moderna que Assis Chateaubriand imprimia a seus jornais. Desde sua fundação, sempre se manteve na vanguarda da técnica jornalística e da tecnologia de comunicação. Sua preocupação com a qualidade gráfica, aliás, já lhe rendeu o reconhecimento de um Prêmio Esso, em 2001, na modalidade Primeira Página.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, com seu meio século de existência, o **Diário da Borborema** já conseguiu realizar o feito reservado aos grandes veículos de comunicação de ser, ao mesmo tempo, testemunha e personagem da história. Sua influência na formação das opiniões e das consciências dos paraibanos, em especial dos campinenses, é inestimável.

Ao longo dessas cinco décadas, exercendo a função articuladora que é própria dos meios de comunicação, o **Diário** ajudou a construir a identidade de Campina Grande, permitindo que a comunidade dessa grande cidade tomasse consciência de si mesmo e de seu valor, além de se inserir mais plenamente neste mundo cada vez mais integrado.

Por tudo isso, fiz questão, Sr. Presidente, de trazer a esta tribuna esta pequena homenagem ao **Diário da Borborema** na passagem de seus 50 anos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim, permite-me V.Ex^a um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Pois não, Senador Mão Santa. Com o maior prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim, eu estava fazendo uma reflexão sobre a grandeza do seu povo. Mesmo com o poderio de imprensa ímpar de Assis Chateaubriand em todo o País, o povo da Paraíba não o reelegeu, mostrando coragem e independência. Não é sem razão que está escrito na bandeira do Estado: “Nego”. Nego o comunismo, não é?

E a Paraíba tem feito o melhor da História do Brasil. Epitácio Pessoa, na nossa concepção, foi um dos melhores Presidentes da República. E naquela eleição em que Washington Luiz usou o poder para impor o candidato dele, paulista, Júlio Prestes – e está aí o representante de São Paulo –, só havia três Estados contra: o Rio Grande do Sul, a Paraíba e Minas. E Getúlio acabou ganhando aquela farsa eleitoral montada pelo Presidente Washington Luiz. Então, esse povo da Paraíba é bravo, e essa cidade merece um respeito extraordinário. Campina Grande e a minha cidade de Parnaíba são as duas cidades que não são capitais e onde a sede da Federação da Indústria está. Um bem nunca vem só, como diz Padre Antônio Vieira, e Campina Grande trouxe também esse jornal que comemora seu cinqüentenário. E a grandeza do jornal, sobretudo, é pela verdade que diz. V. Ex^a está então prestando uma homenagem, porque é um jornal que enriquece o Nordeste e o Brasil.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Agradeço, Senador Mão Santa, a V. Ex^a, primeiro, como paraibano, pelas referências que V. Ex^a faz ao meu querido Estado, relembrando grandes nomes da história paraibana e se referindo a essa extraordinária cidade, de um povo trabalhador, de um povo que realmente zela por Campina Grande e pela Paraíba. Os nossos irmãos campinenses se orgulham de ter em Campina Grande a cidade considerada como o interior que mais cresce neste País; em termos proporcionais, é a cidade de Campina Grande a que mais cresce.

E faço esta homenagem hoje ao jornal **Diário da Borborema**, que é um dos responsáveis, um dos maiores responsáveis pela história dessa querida cidade de Campina Grande. Por isso, Sr. Presidente, repito, fiz questão de trazer a esta tribuna esta homenagem ao **Diário da Borborema** na passagem dos seus 50 anos.

Quero concluir congratulando-me com todos os jornalistas e demais profissionais que tornam possível a existência desse veículo tão importante para Campina Grande e para a Paraíba, desejando mais sucesso e felicitando-os pelo excelente trabalho que realizam.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, concluo dizendo, mais uma vez homenageando esse extraordinário jornal, parabéns ao **Diário da Borborema**, parabéns a Campina Grande e à minha querida Paraíba.

Sr. Presidente, essa é a primeira parte do meu pronunciamento, em que faço homenagem justa, repito, a um jornal que há 50 anos estava sendo inaugurado na cidade de Campina Grande sob a orientação e, acima de tudo, sob a inteligência de Assis Chateaubriand. Chatô fez a sua parte não só no Brasil, mas em toda a nossa Paraíba.

Senador Cícero Lucena, nosso conterrâneo paraibano, com muita alegria, escuto V. Ex^a.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Efraim Moraes, quero me somar a V. Ex^a no sentido da justa homenagem que acaba de fazer ao **Diário da Borborema**, dos Diários Associados, relatando de forma simples, mas objetiva, a trajetória de Assis Chateaubriand, que ainda hoje tem marca na comunicação nacional, na própria Paraíba, com o jornal *O Norte*, além de engrandecer a cidade de Campina Grande. Sabemos da sua importância para o desenvolvimento econômico, para o crescimento do nosso Estado, daquele povo trabalhador, daquele povo que, em muitos instantes, deu a sua contribuição, quer seja na área do comércio, quer seja na tecnologia, na ciência, na educação e, sem dúvida alguma, é um dos pólos mais promissores para que ajude este Brasil a ser mais justo, mais humano e mais solidário. Meus parabéns e eu me somo a V. Ex^a em todas essas homenagens.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Cícero Lucena. Tenho certeza de que esta homenagem ao **Diário da Borborema** está fazendo justiça a um veículo de comunicação sério que busca, acima de tudo, bem informar não só aos campineiros como toda a Paraíba.

É claro que, em nome de todos aqueles que fazem o **Diário da Borborema**, congratulamo-nos e o parabenizamos pelos 50 anos de fundação desse extraordinário jornal.

Queria, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, aproveitando os meus oito minutos que faltam, fazer uma outra homenagem, a um paraibano extraordinário.

Venho prestar homenagem também pela passagem dos 100 anos de nascimento do Padre Vieira, Monsenhor Manoel Vieira, de Patos, cidade do sertão da Paraíba.

O sacerdote, educador e político Manoel Vieira, que nasceu em 1907 e morreu em 1994, foi uma das figuras de maior destaque no cenário religioso e político da Paraíba. Após anos de estudo e sacrifícios, foi ordenado padre aos 23 anos, na Diocese de Cajazeiras, onde atuou como sacerdote e educador. Seu primeiro destaque em assuntos públicos se deu em 1935, ao ser designado para a paróquia de Princesa Isabel, ocasião em que atuou como pacificador entre a família do Coronel José Pereira e seus adversários, em lutas que ficaram conhecidas em todo o País.

De volta à paróquia de Cajazeiras, em 1937, continuou atuando como sacerdote e educador. Cinco anos depois, tornou-se Diretor do Ginásio Diocesano de Patos (PB), função que desempenhou até o início do ano de 1966.

Sabe V. Ex^a, Senador Cícero Lucena, que foi exatamente ali, na cidade de Patos, como Diretor do Ginásio Diocesano, que ele realizou seu extraordinário trabalho como educador, como líder, enfim, recebendo aquela comunidade da nossa querida cidade de Patos, que tem a convergência de várias regiões do sertão da Paraíba, bem como de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. E ali educou milhares e milhares de jovens que saíram do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, do Ceará e da própria Paraíba para estudar no Colégio do Padre Vieira.

Naquele ano, 1966, exerceu por sete meses o cargo de Secretário de Educação do Estado, pois logo em seguida foi eleito para o cargo de Deputado Federal.

Na Câmara dos Deputados, permaneceu até 24 de novembro de 1970, quando renunciou por motivo de saúde. Daí, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, passou a residir em João Pessoa, realizando atividades religiosas junto ao sistema penitenciário, ao Colégio João XXIII e a uma Paróquia em Tambaú.

Faleceu de acidente de automóvel, em Campina Grande, no dia 4 de outubro de 1994, aos 87 anos de idade.

Portanto, Sr. Presidente, por suas virtudes e por sua inegável contribuição ao desenvolvimento da Paraíba, Padre Vieira receberá, a partir de amanhã, homenagens da Câmara de Vereadores de João Pessoa e da Assembléia Legislativa da minha querida Paraíba.

Celebro, pois, Sr^as e Srs. Senadores, a memória de uma grande figura política, mas também, simultaneamente, homenageio o povo paraibano.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Efraim Moraes, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado, Senador Efraim Moraes

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, pelo tempo regimental de vinte minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, quero usar a tribuna para discutir um dos temas – eu diria – mais desafiadores da história econômico-social do Brasil: a distribuição de renda.

Eu já estou formado em Economia há cerca de 35 anos, quando comecei meu curso na Universidade de São Paulo, e passei boa parte da minha vida dando aula na Unicamp, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e acompanhando esse debate que foi

particularmente importante ao longo de todo o período do pós-guerra da economia brasileira.

Temos agora os dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. São dados do IBGE, oficiais, que permitem uma reflexão mais aprofundada sobre o que se está passando no Brasil. Lamentavelmente, esse debate acadêmico, intelectual, político e social é decisivo para o Brasil, porque ainda somos uma sociedade profundamente desigual não só do ponto de vista regional, mas especialmente do ponto de vista social, com desigualdades muito marcantes. O tema da distribuição de renda deveria ganhar muito mais espaço nos meios de comunicação e no debate político do que tem tido.

Entendo que o grande desafio do Brasil estará exatamente em transformar o social no eixo estruturante do desenvolvimento econômico; a inclusão social na mais importante política pública; e a constituição de um grande mercado de consumo de massas no grande objetivo de um crescimento econômico sustentável, como têm demonstrado nações como a China e a Índia, de grande densidade demográfica, em que o mercado interno forte, o mercado de consumo de massas, da escala, da eficiência, da competitividade, permite uma inserção na economia mundial muito mais eficiente; e da estabilidade ao crescimento econômico, da sustentabilidade ao crescimento econômico – coisa que a China vem mostrando, eu diria, de forma muito marcante ao longo dos últimos vinte anos, pelo menos.

A estrutura da distribuição de renda não se moveu no Brasil há pelo menos três, quatro décadas, e nós tivemos um longo período de hiperinflação e a concentração de renda aprofundada. Depois tivemos mais de uma década de estabilidade, o fim da inflação, e a distribuição de renda pouco se alterou. Tivemos períodos, no regime militar, de acelerado crescimento econômico com estabilidade. Era um tempo de esperar o bolo crescer para depois distribuir e a concentração de renda também não se alterou.

Mas estamos vivendo um momento em que a história começa a mudar. Começa a mudar a partir de indicadores que são absolutamente inquestionáveis. O primeiro deles é que a linha da pobreza, nos últimos três anos, foi reduzida em 31%. Ou seja, nós conseguimos tirar da pobreza absoluta nada menos que 17 milhões de brasileiros. A linha da pobreza é um conceito internacionalmente reconhecido. O crescimento econômico, com estabilidade e com políticas públicas, nos últimos três anos, conseguiu reduzir em 31% a pobreza no Brasil. Retirou da pobreza absoluta nada menos do que 17 milhões de brasileiros e brasileiras. E por que isso aconteceu? Em primeiro lugar, porque

o salário mínimo foi progressiva e consistentemente fortalecido e recuperado.

Tivemos um aumento real no poder de compra do salário mínimo – e são 22,5 milhões de brasileiros que ganham um salário mínimo – de nada menos que 32%. Essas famílias passaram a poder comprar quase um terço a mais do que compravam antes de 2002.

Esse aumento do poder de compra do salário mínimo é fundamental, porque ele não atinge apenas os 22,5 milhões de trabalhadores que ganham o mínimo, mas 16,5 milhões de aposentados e pensionistas, que, pela primeira vez na história, estão tendo uma recuperação importante no seu poder de compra, especialmente aqueles que ganham salário mínimo. Porque o mínimo é a referência da base do mercado de trabalho. Muitos trabalhadores recebem um mínimo e meio, dois mínimos, três salários mínimos. Então, quando se eleva o salário mínimo, se atinge toda a base do mercado de trabalho, melhora a distribuição de renda, aumenta o poder de consumo, e os resultados sociais vão se expressar nos indicadores que aí estão.

Mas não foi apenas o salário mínimo. A política social mais eficiente em termos de distribuição de renda é o Programa Bolsa-Família. Foi tão criticado neste Plenário, foi tão apequenado nas discussões que fizemos, sofreu tanta resistência intelectual e política e, no entanto, ele é mais eficiente para distribuir a renda do que o próprio salário mínimo.

O Bolsa-Família, hoje, atinge 11 milhões de famílias, permitindo que as crianças tenham a contrapartida de ficar na escola, de poder estudar, de ter um passaporte para o futuro, porque isso passa pela qualidade do ensino e pela sala de aula. E estamos nos esforçando para melhorar a qualidade do ensino com programas como o Fundeb, que estão recuperando o salário dos professores, o que é uma condição indispensável para melhorar a qualidade do ensino.

É verdade, temos de pensar formas de inclusão produtiva. Temos de encontrar como essas famílias vão ter a permanência, por meio do ensino técnico, do ensino profissionalizante, da inclusão no mercado de trabalho.

Também sobre o mercado de trabalho, quero lembrar esta Casa que o emprego, que era o tema central há quatro anos no debate político, aumentou nada menos do que oito milhões de trabalhadores com carteira de trabalho assinada. São 18,4% a mais de trabalhadores que hoje têm carteira de trabalho assinada, que têm a dignidade de poder ter um emprego e voltar para casa com um salário para sustentar suas famílias. São oito milhões de empregos, o que ainda é insuficiente pelo tamanho do desemprego que herdamos e pelo crescimento demográfico dessa faixa

etária até 18 anos, que ainda é relativamente forte – vem diminuindo, vem desacelerando, mas ainda é relativamente forte.

O salário mínimo, o Bolsa-Família, a geração de emprego, a inflação sob controle – que continua abaixo de 4% – foram fatores decisivos do ponto de vista da melhora na distribuição de renda. Mas não são os únicos.

Vamos olhar outro tema que também ficou esquecido ao longo da história do Brasil. Só temos 820 mil famílias assentadas pela reforma agrária. Nesses quatro anos de Governo do Presidente Lula, tivemos o assentamento de 381.419 famílias. Praticamente metade de toda a população que foi assentada pela reforma agrária foi implementada nos últimos quatro anos. Com o programa de reforma agrária, acompanhado pelo programa de apoio à agricultura familiar – e nós mais do que triplicamos os recursos para a agricultura familiar –, e com a melhora no desempenho da agricultura, estamos vivendo um bom momento novamente este ano. O preço do milho, o preço da soja, o preço do trigo, o preço do suco de laranja, o preço do café, tudo isso está gerando mais renda no campo. E o mais importante: o campo está distribuindo renda e riqueza com o emprego formal, com as exportações, com o fortalecimento do mercado interno e, sobretudo, com atenção e apoio técnico e financeiro à agricultura familiar.

Quero falar de outra dimensão na distribuição de renda. Aumentamos, em quatro anos, em 532% os recursos para habitação popular; passamos de R\$2 bilhões para R\$14 bilhões os programas de habitação popular. São 500 mil novas casas construídas em quatro anos, e metade delas, nada menos do que metade, destina-se a famílias com renda abaixo de três salários mínimos – que é exatamente a faixa de renda em que se dá o grande problema habitacional do Brasil.

E não é só o financiamento habitacional dirigido para o setor que mais precisa. Reduzimos os impostos da cesta básica de material, reduzimos os impostos do tijolo, do cimento, da telha, do vidro, de produtos que compõem o custo da habitação popular, permitindo que uma grande parcela da população faça o auto-financiamento, melhore a sua casa, como boa parte da periferia deste Brasil fez, construindo a sua casa própria ao longo dos anos.

A política de habitação popular é agora de saneamento básico. Esses dois eixos fundamentais do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) vão aprofundar esse processo de combate à favela. Programas como o da remoção das famílias que vivem em palafitas, um grande programa de urbanização nacional são avanços fundamentais, que vão ajudar a comple-

mentar esse quadro de melhora na qualidade de vida daqueles que mais precisam, dos mais pobres.

E o resto da população brasileira, melhorou? Melhorou muito. A renda *per capita* no Brasil cresceu 20% em quatro anos. As pessoas ficaram, em média, mais ricas 20% ou menos pobres 20%. O mais importante é que os 50% mais pobres da população, a metade mais pobre da população melhorou a renda em 32%; e os 10% mais ricos melhoraram em apenas 16%.

É evidente que uma parte da elite conservadora deste País não entende, não aceita e resiste a mudanças dessa natureza. Resiste e foi eficiente por 30, 40 anos em que a estrutura de renda não se alterou no Brasil, período em que os mecanismos de privatização do Estado brasileiro, de apropriação dos recursos públicos, davam-se sempre em função dos interesses de uma minoria privilegiada.

Não é fácil alterar prioridades, não é fácil construir espaço no Orçamento para um programa como o Bolsa-Família ou para triplicar os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar ou para ampliar investimentos na habitação popular especialmente para essa faixa de renda de até três salários mínimos. Não é fácil avançar a reforma agrária e assentar mais de quatrocentas famílias em quatro anos e meio. Não é fácil, portanto, distribuir renda, riqueza, num País como o nosso, que ainda é muito desigual.

As resistências estão em toda parte, estão às vezes no Plenário do Senado, estão no debate dos meios de comunicação, estão nas disputas políticas para que esses programas de inclusão social, de distribuição de renda, de colocar o social como eixo estruturante do desenvolvimento econômico, possam realmente se consolidar e se firmar.

E vejam que nós encontramos um País onde era muito difícil imaginar que, em apenas quatro anos, a renda **per capita** pudesse crescer em 20% e a renda dos mais pobres, dos 50% mais pobres, aumentar em praticamente um terço, como aconteceu. É muito difícil, porque encontramos um País onde a inflação pressionava os índices e tivemos que fazer um grande esforço para manter a estabilidade da inflação sob controle, o que é uma contribuição do Governo anterior e que, evidentemente, não poderia ser perdida.

Fizemos um grande esforço para reduzir a fragilidade das contas externas do País. Temos hoje US\$162 bilhões em caixa. Está aí esta última turbulência financeira internacional: de muitos países, o Brasil foi o que teve o melhor desenvolvimento entre os Países em desenvolvimento; o melhor comportamento, o comportamento mais estável, com menos turbulência, com menos volatilidade. Se analisarmos os títulos de

5 anos, veremos que os títulos argentinos variaram, nesse mês de turbulência financeira, 143%; os da Venezuela, 134%; das Filipinas, 38%; da Rússia, 26%; da África do Sul, 22%; da Turquia, 19%; do México, 13%; do Brasil, 13%. O melhor desempenho...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mercadante, eu queria participar de um debate qualificado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O melhor desempenho, do ponto de vista dos títulos de cinco anos, das aplicações de cinco anos, da projeção de taxa de juros de cinco anos, foi o da economia brasileira.

Esse comportamento se deve à consistência macroeconômica do Brasil e, em especial, ao fato de termos acumulado US\$162 bilhões de reserva. Portanto, inflação sob controle; contas externas sem aquela vulnerabilidade, aquela fragilidade que nos colocava permanentemente no cenário de qualquer turbulência, como aconteceu na crise do México, da Rússia e em tantas outras crises em que o Brasil foi atingido.

Não tem acontecido isso.

Do mesmo modo, conseguimos reduzir a taxa de juros de forma consistente e sustentável, muitas vezes com certo conservadorismo do Banco Central, mas, ainda assim, com uma trajetória altamente promissora, que nos traz hoje um alívio das finanças públicas, uma melhora da relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto, aumentando a capacidade de investimento, aumentando a capacidade do Estado tanto de investir em infra-estrutura e logística como de fazer políticas públicas, políticas de inclusão social.

Senador Mão Santa, é com muito prazer que acolho o seu aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Aloizio Mercadante, é um orgulho para todos nós V. Ex^a no Senado e na política. V. Ex^a é o nosso Adam Smith. Tudo o que V. Ex^a disse é verdade. E estou em mão com uma frase que Ulysses dizia – veja como é a mesma coisa: “A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis. O inimigo mortal do homem é a miséria, não há pior discriminação. Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria”. Então, V. Ex^a está pleno de razão. Bolsa-Família: o Programa tinha começado, nós somos favoráveis e tal, mas há coisas que têm de ser melhoradas. E nós estamos aqui. No momento em que eu achar que não tenho condição de dar a contribuição, como nós, como V. Ex^a está dando... As coisas são assim mesmo. Veja V. Ex^a a questão da escravatura: houve saltos. Veio um Senador, brilhante como V. Ex^a, e tivemos a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários, a Lei Áurea. Esse Bolsa-Família de proteção, todos nós admiramos. Agora, eu acho, eu en-

tendo, eu sei, tenho certeza de que o Presidente Luiz Inácio tem de nos ouvir. Eu fui prefeitinho!

Entendo que ela deve ser repassada a todos os Prefeitos, porque eles sabem das coisas, pois vivem o dia de cada um. E os Prefeitos devem classificar esse monte de gente que merece o apoio, a caridade, a proteção social. Foi justa e nobre a sensibilidade do Presidente, mas deve encaminhá-la para o trabalho. Isso é fácil. Fui prefeitinho. Então, o Prefeito tem várias maneiras, por meio de um serviço social competente, de encaminhar essa gente para o trabalho, melhorando ainda, como a Lei Áurea foi uma melhoria da Lei do Sexagenário. Poderia até haver um ganho a mais, com a contribuição do Prefeito e do Governador, mas encaminhando essa gente para o trabalho. Por que Rui Barbosa está ali, acima de nós, Mercadante? Porque, num momento de reflexão como o que estamos fazendo aqui, ele disse que a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador. Ele vem antes, é ele que faz a riqueza. O próprio Livro de Deus diz que quem não trabalha não merece comer. Então, é o trabalho. Quero crer que esse pessoal pode ser classificado pelos Prefeitos e encaminhado para o trabalho. Se tem vocação, vai cuidar do jardim da praça, vai ser vigia, vai ser merendeira. O trabalho significa e dá o exemplo. Então, louvo o Presidente Luiz Inácio pela coragem. Foi um programa caritativo extraordinário para o povo pobre e miserável. Já Ulysses denunciava. Mas tem que ser aprimorado, como foi com a lei da abolição da escravatura.

O SR ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Mão Santa, eu concordo; acho que deve ser aprimorado. Mas queria dizer que só um Presidente com o perfil do Presidente Lula talvez tivesse ousadia e coragem para dar importância e prioridade a essas políticas de distribuição de renda que nós temos.

Em 1989, eu ajudava na coordenação da primeira campanha presidencial do Presidente Lula. Depois, em 94, fui candidato a vice, voltei a ajudar a coordenar em 98 e, em 2002, participei também como candidato ao Senado. Em 1989, foi a primeira vez que ele voltou a Caetés, na periferia de Garanhuns, onde nasceu. Ele saiu de lá no final dos anos 50, a família veio de pau-de-arara. Mas voltamos em 89 e vimos que ali, onde era a casa do menino Luiz Inácio Lula da Silva, ainda não havia luz elétrica. Não sei se já tem. É possível que sim, porque o Luz para Todos é outro grande Programa de alcance social, pelo qual mais de 7 milhões de pessoas passaram a ter acesso à luz. Mas a casa dele não tinha. E, dos irmãos, ele foi o único que conseguiu fazer o curso do Senai. Portanto, um Programa como o Bolsa-Família poderia ter mudado a história da família dele. Se houvesse a possibilidade de uma contribuição

do Estado para que os filhos estudassem, talvez os irmãos do Presidente Lula tivessem tido muito mais oportunidade na vida. Não tiveram por falta de acesso à educação, por falta de condições de permanecer na escola pública.

Por isso, o Bolsa-Família tem um grande sentido, não apenas o de ajudar a distribuir a renda, mas de distribuir educação, cultura e informação, o que talvez seja o mais importante instrumento para alterar a concentração de renda e de riqueza no Brasil.

Senador Tião Viana, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Tião Viana (Bloco/ PT – AC) – Senador Mercadante, quero apenas dizer da minha admiração pela análise que V. Ex^a faz colocando resultados da política econômica do Governo, resultados da macroeconomia neste momento auspicioso que vive o Brasil perante o cenário internacional, e a confiança interna com que estamos voltados para as políticas públicas. Quando V. Ex^a toca no tema dos programas sociais, sempre fico muito sensibilizado. Um dia desses, eu li, em um jornal da importância da *Folha de S.Paulo*, um jornalista da grandeza do Clóvis Rossi, pela sua história no jornalismo brasileiro, considerando criticamente o que seria sair da miséria e ir para a pobreza como algo insuficiente. Mas não foi uma regra criada por nós; é uma regra estatística de interpretação de indicadores sociais. E o Governo do Presidente Lula tem cumprido as suas responsabilidades de investir na área. São 44 milhões de pessoas beneficiadas. No Estado de São Paulo, de V. Ex^a – vi o Gilberto Dimenstein falando isto com toda a grandeza –, 215 mil pessoas se deslocam da miséria para uma área de pobreza – quer dizer, sofrem menos – e metade das crianças que viviam nas ruas de São Paulo já não tem mais aquele ambiente em si e retornam aos seus lares. Então, são avanços que nós temos de considerar e respeitar. Não sei quantos homens que governassem este País na história republicana teriam a coragem que teve o Presidente Lula de colocar o vetor das responsabilidades sociais para programas como salário mínimo e o Bolsa-Família. Parabéns!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Tião Viana, concordo integralmente com V. Ex^a.

Quero concluir, Senador Cícero Lucena, que preside esta sessão, pedindo mais um tempo só para fazer uma sugestão de como aprofundar o processo de distribuição de renda, de educação, de cultura e de informação.

Entendo que talvez o programa mais ousado que o Presidente deveria implementar, nesse período em que saímos do primeiro ano de uma transição da instabilidade para a estabilidade, do baixo crescimento para

um crescimento mais consistente – este ano, vamos crescer em torno de 5% –, do desemprego para oito milhões de empregos, em que o índice do coeficiente de Gini é o melhor nos últimos 30 anos... Qual é o grande salto de qualidade neste momento?

Do meu ponto de vista, o grande salto de qualidade seria colocar banda larga em todos os Municípios do Brasil. Três mil e seiscentos Municípios não têm acesso à Internet por meio de banda larga. Os últimos dados do IBGE, de 2005, mostram que apenas 14,7% dos domicílios têm acesso a computador com Internet. Num Estado como Alagoas, apenas 4,5%, e num Estado como o Maranhão, somente 2,1%.

Se quisermos construir o futuro e uma sociedade do conhecimento e darmos chance a esses jovens, a essas crianças, a esses adolescentes, temos de olhar para a inclusão digital, temos de lhes dar acesso à Internet com banda larga, que é a estrada da Internet, e temos de dar um endereço eletrônico a essa juventude. São 49 milhões de estudantes que têm de ter endereço eletrônico e que têm de ter acesso a computador e à Internet.

Às vezes, ouço algumas manifestações dizendo que tem de se preparem os professores. É evidente que tem de se prepararem os professores, assim como é preciso preparar a família para sair do gás néon para a luz elétrica, para que ninguém tome choque ao colocar o dedo na tomada. Porém, não é por isso que ela não tem de ir para a luz elétrica.

Precisamos preparar o Brasil para o século XXI, colocando banda larga nas escolas e colocando cada vez mais crianças, desses 49 milhões de jovens, à frente de um computador com acesso à Internet. Isso vai fazer uma grande diferença neste Brasil. Os 10% mais ricos no Brasil controlam 58,7% dos computadores com acesso à Internet. Os 10% mais ricos têm quase 60% dos computadores com acesso à Internet, enquanto os 40% mais pobres têm apenas 5,7% dos computadores com Internet. Esse é o fator da concentração de renda no futuro, esse vai ser o fator da concentração de riqueza, de poder e de informação.

Portanto, se quisermos, verdadeiramente, distribuir renda, não podemos permitir que apenas 10% da população tenham quase 60% dos computadores com acesso à Internet e que 40% da população tenha apenas 5,7%.

Por isso, termino fazendo um apelo à Câmara dos Deputados. Dêem prioridade àquilo que é prioridade para a História do Brasil! Dêem prioridade àquilo que é prioridade para distribuir renda, riqueza e poder! Dêem prioridade àquilo que é prioritário para a qualidade do ensino e para construir uma sociedade do conhecimento! Aprovem o projeto que já aprovamos no Senado e

que, agora, está na Câmara! Seriam destinados 75% dos recursos do Fust, que arrecada R\$1 bilhão por ano, à implantação da banda larga em todos os Municípios, em todas as escolas públicas, e ao financiamento do grande programa de inclusão social dos 49 milhões de jovens e adolescentes.

Se fizermos isso, faremos uma verdadeira revolução no ensino, revolução que a União Européia está fazendo. Os oito Países mais ricos, que têm apenas 15% da população do Planeta, concentram nada menos do que 56% dos computadores do mundo. Por isso, se quisermos ter chances no século XXI, devemos olhar para uma escola mais dinâmica, mais criativa, que motive os alunos e que lhes dê chance de entrarem em contato com essa massa de informações que está hoje na Internet. Precisamos preparar os professores e os jovens para essa sociedade da informação, da agilidade da informação, do acesso à informação, do acesso ao conhecimento.

Por isso, Sr. Presidente, são muito promissores os dados da distribuição de renda e os resultados que estamos colhendo, e serão muito mais, porque o Presidente Lula pode, nos três próximos anos, proporcionar Internet, computador e banda larga a, pelo menos, 82% dos alunos da rede pública. Se fizermos isso, teremos feito uma grande revolução educacional, tecnológica e de distribuição de conhecimento no Brasil. E é isso que vai ficar para as futuras gerações.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Pela ordem dos inscritos, concedo a palavra ao Senador Tião Viana e, em seguida, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, hoje vi uma importante manifestação na imprensa brasileira do respeitável jornalista Ribamar Oliveira, do jornal **O Estado de S. Paulo**, fazendo considerações sobre um projeto de lei que deverá ser votado no dia de amanhã, no Senado Federal. O projeto diz respeito à regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que nós aprovamos como sendo um dos mais importantes marcos regulatórios do financiamento da saúde pública brasileira e da responsabilidade que deveriam ter os entes federativos – os Municípios, os Estados e a União. Foi uma grande decisão política tomada por gerações de sanitaristas e agentes políticos do Brasil, que ocorreu no Governo

anterior, com uma emenda de autoria do Deputado Eduardo Jorge, do Partido dos Trabalhadores.

Eu tive o prazer de ser um agente de mobilização e articulação da aprovação dessa matéria no Senado, o último grande marco de uma era em que se teria de assegurar ainda a vinculação orçamentária para os entes federados em áreas vitais para o Brasil – aquele conceito de que educação, saúde e segurança são áreas extremamente sensíveis e impõem responsabilidade direta do Estado, por meio dos governos. Nós tivemos a ousadia de determinar tal medida.

Lamentavelmente, todos esses anos seguintes à aprovação da Emenda nº 29 não exigiram do Parlamento ainda a sua regulamentação. E a eficácia da norma constitucional depende, em si, quando estamos diante de uma emenda constitucional, de sua regulamentação, e tem sido essa luta que alguns Parlamentares têm travado.

Eu tenho, com muito esforço, procurado valorizar essa matéria. Em 2001, comecei a discuti-la com mais profundidade. Em 2002, apresentei-a como autor, defendendo a sua regulamentação e, amanhã, podemos ter a sua aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos, após ter sido aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Posteriormente, terá ainda de ir à Comissão de Assuntos Sociais e, então, poderá ir à Câmara dos Deputados.

Quase dois anos após a minha apresentação do projeto, em 2002, o Deputado Roberto Gouveia, do PT, discutiu comigo e apresentou matéria semelhante, entendendo que ela também poderia entrar em discussão. Houve decurso de prazo legislativo, pela legislatura que se encerrou no final do ano passado, e o meu projeto de lei complementar caiu. Em função do decurso de prazo legislativo, fui forçado a reapresentá-lo, mas amanhã teremos um grande dia: a União está decidida a aprovar e a apoiar tal matéria, o que é um fato inédito. Nesses anos todos, não tivemos o apoio do Governo Federal no sentido de assumir os avanços que a regulamentação da Emenda nº 29 iria propor.

Tivemos a evolução dos Municípios com a Emenda Constitucional nº 29, estabelecendo que 15% das receitas dos Municípios seriam aplicadas com saúde, e 12% por parte dos Estados. Na Região Norte, quase todos os Governadores cumprem muito bem a sua parte. Alguns passam, inclusive, daquilo que a norma constitucional determina.

Quando olhamos para o Nordeste, encontramos uma oscilação entre os diversos Governadores na não-aplicação daquilo que são as suas obrigações constitucionais. Quando nos transferimos aos Municípios, observamos uma evolução favorável, em que temos

em torno de 74% dos Prefeitos brasileiros cumprindo o que determina a Emenda Constitucional nº 29.

E a União agora está colocada diante da chamada tomada de decisão que precisa ocorrer.

O que está posto: o projeto de lei que apresentei estabelece que 10% da receita corrente bruta tem de ser aplicada na área da saúde. O do Deputado Gouveia, a mesma coisa. Conseguí participar, envolvi a assessoria, num amplo debate com o movimento sanitário nacional, com técnicos do Ministério da Saúde, com outros Parlamentares e agentes públicos, para que achássemos a equação definitiva.

Definimos 33 itens que apontam as obrigações do que é gasto, definitivo e específico, com a saúde, o que não é gasto com saúde, e como podemos intervir. Por exemplo, alguns Governadores pagam pensão de policiais militares e dizem que estão gastando com saúde; outros compram arroz para merenda escolar e dizem que aquilo é gasto com saúde; outros dizem: "Estou fazendo uma ponte, e isso é saneamento básico; portanto, é gasto com saúde".

Então, não tinha eficácia a norma constitucional, porque não resolvemos aprovar. Então, o debate, que é a crise da saúde, diz respeito a dois elementos: gestão e funcionamento, que ficam completamente frágeis quando não temos a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que foi exatamente o esforço que tive.

Olha a ousadia da matéria, Senador Mão Santa: alterar os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal.

Não foi fácil o movimento amplo para a aprovação de tal matéria. Naquela época, foi muito importante a participação do movimento sanitário como um todo. Tive o prazer de estar ao lado de tantos quantos pude na aprovação, e não posso deixar de reconhecer a importância e a determinação política do então Ministro José Serra em sua aprovação. São Paulo começa a ter suas dúvidas, neste momento, porque não tem a segurança orçamentária da capacidade de fazer cumprir suas obrigações com a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 nos moldes determinados. Outros Governadores começam a demonstrar suas inseguranças, o que não é adequado. Não temos ainda 60% dos Governadores brasileiros cumprindo a Emenda Constitucional nº 29.

Então, temos de avançar nesse debate. É muito rico poder estabelecer o que é gasto específico com saúde. Quinze por cento dos gastos com saúde serão destinados para ações básicas de saúde, considerando o que são as ações básicas e o que não pode ser considerado gasto com saúde, como fazer uma ponte, pagar pensão de policiais militares, comprar arroz

e dizer que isso é gasto com saúde. Só assim vamos superar esse drama das filas e do sofrimento humano dentro do Sistema Único de Saúde, um dos melhores sistemas de toda a história da Humanidade na área de gestão, mas que encontra a crise do financiamento aliado à própria gestão como barreiras ao seu desenvolvimento adequado.

A área de educação avançou porque houve toda uma etapa de responsabilidade, de envolvimento, de controle de gestão, e o financiamento foi assegurado. E a área de saúde não consegue proporcionar a mesma correspondência, porque não há a regulamentação da norma constitucional.

Portanto, faço um apelo para que, amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, dirigida pelo Senador Aloizio Mercadante, que já me assegurou o compromisso de que colocará como Item nº 1 da pauta essa matéria, possamos tê-la aprovada.

Espero que a Relatora, Senadora Patrícia Saboya, que se sensibilizou, discutiu a matéria com o Governador do Ceará, ouviu recomendações de outros Governadores, possa fazê-lo.

O Senador Francisco Dornelles, em discussão comigo, apresentou uma emenda que pode ser o ponto de entendimento: em vez de aprovarmos a responsabilização da União em 10% das receitas correntes brutas, responsabilizá-la pela variação nominal do PIB, já que hoje temos o gasto do exercício financeiro anterior, e o mínimo que se pode fazer é acrescentar ou não outros itens.

O Governo Lula, ao pegar as despesas com saúde, viu o gasto do Governo anterior, em 2002, em torno de R\$28 bilhões a R\$29 bilhões, e hoje estamos caminhando para uma cifra superior a R\$50 bilhões em gastos com saúde – R\$49 bilhões a R\$51 bilhões é a expectativa que fica para este ano. Se aprovarmos essa matéria, estaremos caminhando com pelo menos R\$3,5 bilhões a mais.

Há detalhes que ficaram das emendas apresentadas pela Senadora Patrícia Saboya e outros Senadores, que dizem respeito, por exemplo, como defendo, à regulamentação de que município com menos de 30 mil habitantes que aplique em saneamento básico pode ser considerado gasto com saúde. Isso porque aí está o foco da mortalidade infantil, aí está o foco das internações hospitalares pelas doenças por transmissão hídrica, aí está o foco da qualidade de vida como um todo para essas pessoas, para as chamadas mortes e doenças evitáveis, já que só a crise de saneamento básico, nessas pequenas localidades, gera internações da ordem de 880 mil pessoas, por ano, dentro do Sistema Único de Saúde. Então, a emenda aumenta o limite para 50 mil habitantes, considerando que isso

poderia abranger um número maior de Municípios. É um debate compreensível, e eu ficaria com os 30 mil, mas vou respeitar.

Gastos com servidores. Aqui diz que só pode ser considerado gasto com servidor da saúde aquele utilizado para servidor em exercício, em plena atividade. A Senadora Patrícia, em diálogo com alguns Governadores, entende que se tem de estabelecer o gasto no déficit do que é a arrecadação previdenciária atual mais a despesa desfavorável com os aposentados ligados ao setor de saúde.

Portanto, o déficit previdenciário desses setores seria uma reposição considerada gasto com saúde por parte do Governo do Estado. É algo que estamos discutindo, para vermos até onde é possível ceder. Agora, só entendo que não podemos deixar de votar amanhã e levar essa matéria para a Câmara dos Deputados. O Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados, está de prontidão, extremamente sensibilizado. Assumiu um compromisso que votará a regulamentação da Emenda nº 29 este ano ainda.

Então, a minha expectativa é a melhor possível, desde que não haja nenhum tipo de protelamento ou de discussão que possa significar encolher, reduzir, desfazer, desfigurar uma matéria que garantirá a eficácia à norma constitucional daquilo que foi o sonho dos sanitaristas dos anos 20, como Carlos Chagas, como Oswaldo Cruz, que o antecedeu, e outros que determinaram um novo caminho para a saúde pública brasileira.

Senador Mão Santa para um aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião, hoje mesmo fiz crítica à Presidência das duas Casas, ao Chinaglia e ao Renan, sobre isso. Eu, Governador do Estado, vim aqui, com outros, debater sobre esse assunto. Quer dizer, já estamos aqui há quatro anos e nove meses. Governador de Estado, eu participei do debate.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – O projeto é de 2002. Cinco anos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pois é. Quer dizer, todos sabemos que educação no Brasil chegou muito tarde. A universidade, em 1920; ali, no Peru, muito antes, há quatrocentos anos, o Vice-Rei da Espanha já tinha colocado a Universidade de São Marcos. Mas os pilares da sociedade são estes: segurança... Como diz Norberto Bobbio, o mínimo que um Governo tem que oferecer a seu povo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Nós estamos fracassados. A educação melhorou com aquelas exigências de 25% dos Municípios e alguns, de até 30%. E essa Emenda nº 29 que salvaguardava, e sabiamente o Município, que é a sede, deve participar com 15%, e o Governo do Estado... Hoje mesmo nós fizemos críticas. Por isso, parabenizamos e cumprimentamos V. Ex^a por estar sempre atento em dar essa grande colaboração ao Governo do Luiz Inácio, porque sabemos que a saúde está muito precária. Está muito bom para nós

aqui, Senadores. E, de quando em quando, chega um funcionário, quer ir para São Paulo fazer exame. Então, está bom para nós, para quem tem esses planos de saúde, para quem tem dinheiro, mas, para o povo, está difícil. Então V. Ex^a presta mais um extraordinário serviço ao Governo Luiz Inácio e à valorização do Congresso. Hoje mesmo o Papaléo fez um discurso mostrando as falácias da saúde, e eu fiz uma intervenção, dizendo que uma das vergonhas do nosso Parlamento, mais do que os imbróglios que estão aí, são essas coisas de utilidade que V. Ex^a repara e que, com isso, engrandece este Congresso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a que traz uma observação solidária ao pronunciamento que faço, Senador Mão Santa.

Veja o valor que nós teríamos que estabelecer: de fato 75% dos gastos da receita em saúde seria dividida pelo número de habitantes, por habitantes em si, em cada unidade federada deste País; teríamos 25% nos termos da Lei nº 8080, de 1990, que determina, organiza, estabelece o que são as grandes diretrizes do Sistema Único de Saúde; e 5% por metas pactuadas entre o gestor estadual, municipal e o gestor federal, do que o inverso da capacidade instalada. Ou seja, em vez de os doentes migrarem para o Centro-Sul, para São Paulo, para o Rio de Janeiro, para Minas para recorrer, não. Eles começariam a ter investimentos diferenciados em tecnologia e resolutividade nas suas regiões, para que pudessem, um dia, ter a sua autonomia também em saúde. Então, é um projeto absolutamente racional e nos termos das necessidades da população.

Veja a riqueza de estabelecer um vínculo direto de gastos com saúde. E muitos Governadores e Prefeitos não têm sensibilidade para reconhecer a vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e a sanitária, pois poucos gastam ou entendem isso como um gasto importante à saúde; a atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo a assistência terapêutica e a recuperação de deficiências nutricionais; capacitação do pessoal de saúde do SUS; desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS; produção, aquisição e distribuição de insumos para os serviços de saúde do SUS, tais como imunobiológicos, sangue, hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos; saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação; saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas; manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças; apoio administrativo realizado por instituições do SUS, desde que vinculado à execução das ações relacionadas neste artigo; gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde; a remuneração do pessoal de saúde em atividade nas regiões.

E o que não constituirão despesas com saúde. Especifico completamente, também, o que não são gastos com saúde, porque algo grave são os desvios que ocorrem hoje e trazem prejuízo direto à população. E, também, o que se considera devam ser os 15% de gastos em ações básicas de saúde com todos os itens do que são gastos efetivos com ações básicas de saúde.

Então, Sr. Presidente, fica nas mãos do Parlamento aquilo que é uma sua prerrogativa.

Este Parlamento teve a coragem de aprovar a Emenda nº 29, de estabelecer a responsabilidade mínima e direta dos Municípios, dos Estados e da União. Agora, tem de regulamentar, tem de dar eficácia à norma constitucional.

Esse desafio não pode sair das nossas mãos. Espero que a Comissão de Assuntos Econômicos, amanhã, esteja atenta.

Hoje, o jornal **O Estado de S. Paulo**, por meio do jornalista Ribamar Oliveira, prestou sua homenagem, mostrando-se atualizado e comprometido com o tema. Trouxe observações importantes sobre o que significa o PAC em relação às áreas de saneamento básico, sobre qual é a limitação, de apenas R\$1,2 bilhão para as áreas de saneamento básico, o que significa uma emenda que amplia para 50 mil habitantes os gastos com saneamento básico.

O debate está posto. Entendo se nós dissermos que o PAC da saúde foi uma homenagem do Congresso Nacional a esse tempo, aos desafios que tivemos. Dizem que as crises da saúde são frutos do financiamento e da gestão. Aqui estaria o PAC da saúde, independente do Governo. Seria a aprovação da regulamentação da Emenda nº 29.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Obrigado, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. Em seguida, falará o Senador Mão Santa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, tenho consistentemente falado sobre os problemas da tríplice fronteira, especialmente da cidade de Foz do Iguaçu.

Sr. Presidente, isso é absolutamente imprescindível. Não se trata de defender os interesses de uma cidade. Trata-se de defender um patrimônio da humanidade – o Parque Nacional do Iguaçu, o encontro do rio Paraná com o rio Iguaçu, as cataratas, belezas naturais fantásticas que encantam o mundo –, a necessidade da preservação ambiental, que é insubstituível para quem tem amor à vida, tudo isso e muito mais nos leva a insistir na esperança de ver o descaso das autoridades constituídas transformado em ação afirmativa e permanente na defesa dos interesses deste País.

Estive, na última sexta-feira, na cidade de Foz do Iguaçu, participando de um debate na Câmara de

Vereadores, por iniciativa do Presidente Carlos Budel, debate com lideranças políticas e das comunidades sobre os destinos de Foz do Iguaçu. À noite, participei de debate na Uniamérica, uma universidade local, com os jovens universitários. Apresentamos algumas alternativas para a recuperação econômica de Foz do Iguaçu na linha da política compensatória, que é um dever do Governo. Os países em desenvolvimento adotam a política compensatória para reerguer regiões economicamente estagnadas.

No Brasil, nós temos a Zona Franca de Manaus como um exemplo de política compensatória.

Foz do Iguaçu cedeu seu espaço geográfico para a construção da maior hidroelétrica do mundo – a binacional Itaipu – e para a preservação ambiental, com o tombamento do Parque Nacional do Iguaçu; reduziu o espaço da produção agrícola e industrial, diminuindo a capacidade da cidade em oferecer emprego e atender a demanda, porque Foz do Iguaçu, especialmente pelas belezas naturais extraordinárias, atrai muita gente que lá deseja viver. Mas a cidade não tem condições de oferecer os empregos de acordo com a procura.

Todavia, Sr. Presidente, há alternativas para a recuperação econômica de Foz do Iguaçu. Nós apresentamos recentemente – e o Senado Federal, por unanimidade, aprovou – um projeto que cria o Fundo de Recuperação Econômica de Foz. Esse projeto se encontra na Câmara dos Deputados e está sendo relatado pelo Deputado Fernando Giacobo, relator da Medida Provisória que trata da transformação dos chamados sacoleiros em microempresários, que, inteligentemente, incluiu no texto dessa MP esse projeto do Fundo de Recuperação Econômica. Como o Presidente da República retirou a medida provisória para poder votar a prorrogação da CPMF, encaminha agora, à Câmara dos Deputados um projeto de lei em regime de urgência. O Deputado Fernando Giacobo será o Relator e já tem o entendimento favorável do Governo, a aceitação do Governo para a inclusão do Fundo de Recuperação Econômica nesse projeto. Esperamos que não só a Câmara dos Deputados, mas também, em seguida, o Senado Federal possam aprová-lo, oferecendo um instrumento de recuperação econômica do Município.

Nesse instrumento para captação de recursos, as fontes serão diversas: dos orçamentos da União, do Estado e do Município; de doações de empresas públicas e privadas do Brasil e do exterior; e um percentual do Imposto de Renda devido pelas empresas localizadas no Estado do Paraná até o ano de 2015. Certamente teremos, de organizações não-governamentais de toda parte do mundo preocupadas com a preservação do meio ambiente, uma contribuição excepcional para que Foz do Iguaçu possa preservar o meio ambiente da forma mais conveniente, já que se trata de um estuário que deve ser preservado.

Além desse projeto, apresentamos outro que institui uma zona de processamento de exportação, a

chamada ZPE. Em julho, o Congresso Nacional aprovou, e o Presidente da República sancionou, um projeto de lei que regulamenta a criação de ZPEs no País. No artigo 3º dessa lei se estabelece que “serão prioridades para instalação de ZPEs cidades que tenham características para o comércio exterior.” É evidente que não há hoje, no País, nenhuma outra cidade mais adequada do que Foz do Iguaçu para receber esse benefício. Lá o comércio exterior é intenso, e, certamente, com a instalação da ZPE, estaremos proporcionando geração de emprego, de renda e de receita pública. Já temos os instrumentos necessários como rodovia até o porto e aeroporto internacional de grande porte. Se essa proposta for acolhida pelo Governo, e Foz do Iguaçu receber essa zona de livre comércio, teremos também um braço da Ferroeste – a Ferrovia Paraná Oeste, que chega até Cascavel – chegando também a Foz do Iguaçu.

Hoje, pela manhã, o Presidente da República anunciou que criará dez universidades federais no País. Apresentamos um projeto que cria a Universidade Federal do Iguaçu, na cidade de Foz do Iguaçu. O Presidente da República já acenou com a possibilidade de criar a Universidade do Mercosul. Não importa a denominação, Senador Mão Santa. O que importa é que uma dessas dez universidades se localize em Foz do Iguaçu, atendendo às peculiaridades regionais, com programa de ensino e pesquisa que atenda às características da tríplice fronteira no contexto do Mercosul - sem dúvida, também na esteira de uma política compensatória imprescindível para devolver a Foz do Iguaçu um pouco do que ela tem oferecido.

Quando falo em Foz do Iguaçu, falo na região de Foz do Iguaçu, nos municípios ao redor da binacional Itaipu, nos municípios fronteiriços com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai.

Certamente, Sr. Presidente, o Governo Federal estaria fazendo justiça ao meu Estado, àquela região, especialmente; mas estaria fazendo justiça ao País. Foz do Iguaçu não é responsabilidade somente da prefeitura; não é responsabilidade apenas do Governo Estadual; não é nem mesmo responsabilidade do Governo Federal apenas. É responsabilidade mundial, porque abriga um patrimônio da humanidade e como tal deve ser considerada; e como tal deve ser tratada; e como tal deve ser preservada.

Há um grande problema, talvez o maior de todos, que, aliás, é consequência dos demais: o desemprego cresce de forma assustadora, mas, na proporção do crescimento do desemprego, cresce, de forma avassaladora, a violência, a criminalidade. Foz do Iguaçu vai ostentando, lastimavelmente, um título que não queremos, de cidade mais violenta do País.

Eu recebi – e trago a esta tribuna – um manifesto, um abaixo-assinado que traz a assinatura de Teonilia Pereira Leite Neta, Presidente do Conselho da Mulher, em Foz do Iguaçu, comunicando a adesão do referido Conselho à Campanha pela Valorização da Vida e pelo

Fim da Violência, promovida pelo Conselho Municipal da Mulher, juntamente com a Câmara Municipal, Ordem dos Advogados do Brasil, Marcha Mundial de Mulheres, Câmara Sindical e outras entidades. A Campanha tem o intuito de denunciar as causas do crime, suas origens e consequências e solicitar dos organismos governamentais as providências que se façam necessárias. E, no abaixo-assinado, enumeram-se as razões.

Creio ser desnecessário enumerá-las neste momento, mas quero me fixar sobretudo numa decisão governamental com a qual não podemos concordar: o Município de Foz do Iguaçu não foi inserido no Pronasci, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Ora, Sr. Presidente, quais as razões? Por quê? O Presidente da República não sabe que há violência em Foz do Iguaçu? Os amigos do Presidente da República que convivem com ele, que são seus coadjuvantes, seus parceiros na política e na Administração Pública, não contaram a ele que Foz do Iguaçu é uma cidade violenta, que necessita do combate implacável à criminalidade para proteger sua população, e que esse combate tem que partir sobretudo da autoridade maior, que é o Governo Federal, por intermédio do Presidente da República? Por que não Foz do Iguaçu no Pronasci? Essa é a indagação que faço desta tribuna.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concede-rei, Senador Mão Santa.

Mas não há nenhuma razão que justifique a ausência de Foz no Pronasci. Chega a causar espanto esse fato, pela importância da cidade, pelo que representa para o País e para o mundo, pelo que vive a cidade, pelas consequências do desemprego, pela violência, que cresce assustadoramente!

Até o mês de agosto, já eram mais de 200 mortes por homicídio, sem contar os elevados e absurdos índices de ocorrências criminais praticadas contra o patrimônio, principalmente o roubo.

Essa é uma região onde há tráfico de drogas e de armas, onde campeia livremente a droga, e o Governo exclui do Pronasci a cidade de Foz de Iguaçu. Senador Mão Santa, por quê? Essa é a pergunta que faço ao Presidente da República desta tribuna. E a faço em nome de uma cidade inteira, de um Estado inteiro, de um País inteiro, porque Foz do Iguaçu é um cartão postal do Brasil.

Concedo a V. Ex^a o aparte que solicita.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, apenas queria me congratular com V. Ex^a e lembrar ao Presidente da República que entre essas dez universidades federais, que o seu Estado merece, que Foz do Iguaçu merece, há aquele projeto que fizemos aqui, do qual V. Ex^a foi o Relator, da Universidade do Delta do Piauí, abrangendo o Ceará, a costa norte, o Maranhão...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Além do belíssimo nome.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a foi o Relator do Campus Avançado Reis Veloso, que possui toda a estrutura. Realmente o Nordeste está em um retrocesso louco. A população de Parnaíba diminuiu por falta de apoio do Governo; diminuiu o número de estudantes, nunca dantes visto. Está ocorrendo isso. Pode consultar as pesquisas do IBGE para ver que, em todas as cidades, o número de estudantes está diminuído. Estou acompanhando. Essa é a realidade. Quanto à violência, temos de dizer ao Luiz Inácio que, infelizmente, há uma epidemia, como aconteceu com a gripe espanhola e com a Aids. Todos os Estados têm. O Piauí, que governei há pouco tempo, era pacífico e cristão. Eu andava a pé, à noite; fazia cooper – Cícero Lucena conhece –; saía às onze horas da noite ou à meia-noite e caminhava doze quilômetros; na praia da minha casa, no Coqueiro, eu andava dez quilômetros todo domingo. Não havia violência. Hoje, há essa epidemia. Ele precisa saber que Norberto Bobbio, grande Senador vitalício da Itália, disse que o mínimo que se tem de exigir de um Governo é segurança à vida, à liberdade, à propriedade. Então esses são os desmantelos que hoje estamos enfrentando. Nossa dever aqui é denunciar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a defende, há tanto tempo, nesta Casa, com o meu apoio, a Universidade do Delta. É um belíssimo nome para uma região que necessita da universidade. É uma região que necessita dessa política de compensação para retirá-la da estagnação e para oferecer uma perspectiva de crescimento econômico, cultural e social. V. Ex^a é um baluarte na defesa dessa universidade. Que seja ela uma das dez universidades, assim como a de Foz do Iguaçu, até porque o Governo do Paraná assumiu responsabilidades que extrapolam até a sua capacidade de investir em ensino superior.

Quando fui Governador, lembro bem a proporção. O Paraná investia em ensino superior duas vezes mais do que São Paulo, proporcionalmente; quatro vezes mais do que o Rio de Janeiro; infinitamente mais do que Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros Estados, porque, já que o Governo Federal não chegou até lá com universidades federais, o Estado foi obrigado a assumir a responsabilidade para não deixar os seus jovens sem a oportunidade da qualificação profissional, com o ensino superior absolutamente imprescindível para quem quer construir um País com dignidade.

Portanto, Senador Mão Santa, essa questão da violência em Foz do Iguaçu extrapola os limites das nossas possibilidades de aceitar, passivamente, essa realidade. Não podemos aceitar passivamente a realidade da violência que lá se implantou, até porque, Sr. Presidente Senador Cícero Lucena, Foz do Iguaçu é um estuário turístico da maior importância para o nosso País. O turismo é uma atividade econômica

geradora de renda, de emprego e de receita pública imprescindível para o desenvolvimento do Brasil. O Governo não pode, de forma incompetente, desperdiçar potencialidades como aquela. Obviamente, quando permite o avanço da criminalidade, afasta a presença dos turistas de todo o mundo.

Que estímulo terá o europeu ou o norte-americano de vir para este turismo ecológico tão difundido nos Países mais evoluídos?

Que estímulo terão de vir se não há segurança? Por que não há segurança? Porque não há governo, porque o descaso suplanta a competência.

E nós estamos aqui pedindo ao Governo que substitua o descaso pela ação responsável. Queremos que o Governo Federal cumpra o seu papel nessa hora.

E, há pouco ainda, naquele *laptop*, eu lia que para o Orçamento do próximo ano, em segurança pública, haverá uma redução de mais de R\$200 milhões. Os R\$6 bilhões do Orçamento de 2007 não foram, na sua totalidade, aplicados em segurança pública, fato que me levou a apresentar projeto de lei impondo a aplicação da totalidade dos recursos orçamentários em segurança, sob pena de crime de responsabilidade do Presidente da República e do Ministro da Justiça. Esse projeto está dormindo nas gavetas da Câmara dos Deputados, após aprovado pelo Senado Federal.

Neste ano são R\$6 bilhões; para o ano que vem, R\$5,8 bilhões. Portanto, há redução. Mas a violência diminuiu no País ou cresceu? E o dinheiro? O dinheiro diminui. Mas o Governo está estabelecendo, com competência, prioridades para aplicar os recursos públicos? Está levando em conta a exata relação entre custo e benefício do investimento público realizado? Investir contra a violência hoje, no Brasil, é prioridade, assim como é prioridade investir em saúde e educação.

Sr. Presidente, faço mais este apelo da tribuna do Senado Federal, em nome da população do Paraná, especialmente de Foz do Iguaçu, mas certamente extrapolando a fronteira e chegando até o Paraguai, a Argentina e o Uruguai. Cabe ao Governo brasileiro assumir a sua responsabilidade em relação a esse patrimônio da humanidade.

Sr. Presidente, apenas peço a V. Ex^a que considere como lido esse abaixo-assinado que trouxe da cidade de Foz do Iguaçu sobre a campanha pela valorização da vida e pelo fim da violência.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

**CAMPANHA PELA VALORIZAÇÃO DA VIDA E PELO FIM DA VIOLÊNCIA****ABAIXO-ASSINADO**

Nós, abaixo-assinados, considerando os elevados índices de violência que afetam a comunidade de Foz do Iguaçu, principalmente no que tange aos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, aderimos a **CAMPANHA PELA VALORIZAÇÃO DA VIDA E PELO FIM DA VIOLÊNCIA**, promovida pelo Conselho Municipal da Mulher, juntamente com a Câmara Municipal, Ordem dos Advogados do Brasil, Marcha Mundial de Mulheres, Câmara Sindical e outras entidades, no intuito de denunciar as causas do crime, suas origens e consequências e, ao mesmo tempo, solicitar dos organismos governamentais as providências que se façam necessárias, levando em consideração o que segue:

Foz do Iguaçu é uma cidade com aproximadamente 300.000 (trezentos) mil habitantes, com grande parte da população vivenciando os rigores do desemprego, o trabalho informal ou o subemprego, e a baixa remuneração ou ausência total de renda, famílias que se encontram estabelecidas nas regiões de favelas ou em bairros pobres, geralmente localizados às margens dos rios e em localidades afastadas do centro da cidade, com pouco ou sem nenhum acesso a formação profissional, tendo acesso precário aos serviços públicos, como o sistema de saúde, escola pública e saneamento básico, além de um aparato de segurança pública praticamente inexistente, em razão da absurda ausência de recursos humanos e de materiais para prover os serviços de polícia.

As condições em que a cidade se encontra, com a população localizada em regiões de favelas ou em bairros pobres possui explicação, pois Foz do Iguaçu cresceu consideravelmente nos últimos anos e trata-se de uma cidade pólo na região Oeste do Paraná, o que fez com que recebesse famílias de trabalhadores oriundos das cidades menores da região, além dos brasileiros egressos da pequena e média agricultura paraguaia, o que justifica o seu vertiginoso crescimento populacional e, por consequência, a inegável precariedade dos serviços públicos que a população usufrui, devendo ser considerado neste contexto a histórica e insistente ausência do poder público estadual e federal na região e, em especial, em Foz do Iguaçu, no que se refere as suas respectivas competências.

No quesito segurança pública, dado a falta do serviço, a sensação de insegurança por um lado e a sensação de impunidade pelo outro é uma realidade, pois é fato, ainda estamos no mês de Agosto, porém a sociedade de Foz do Iguaçu já contabilizou mais de 200(duzentos) homicídios, sem contar os elevados e absurdos índices de ocorrências criminais praticadas contra o patrimônio, principalmente o infamante crime de roubo, o que nos coloca acima dos números aceitos pela ONU(Organização das Nações Unidas), e causa sérios problemas à cidadania e ao desenvolvimento econômico da cidade, principalmente no que tange ao setor turístico.

Ainda falando em segurança pública, há que ser dito, o tráfico de droga galopeia na cidade, as forças de segurança pública, especialmente a Polícia Federal têm feito um trabalho considerável, porém com resultados apenas no plano macro, ja que a distribuição de entorpecentes na cidade ocorre praticamente sem nenhuma resistência do Estado, o que afeta diretamente a rede pública de ensino, em especial na região

Leonilia Pereira Leite Neto
Presidente do Conselho da Mulher
Decreto nº 17.324

404083033

periférica, o que dificulta o aprendizado dos estudantes e incentiva a evasão escolar, com efeitos nefastos em termos de desagregação do núcleo familiar.

Com vistas a mudar o quadro que a cidade se encontra, entendemos ser indispensáveis a efetivação de medidas urgentes e eficazes, de iniciativa do Estado e também da sociedade, sendo indiscutível a necessidade de reorganização do Conselho Comunitário de Segurança Pública, de preferência em caráter tripartite, nos moldes do Sistema Único de Saúde, com vistas ao efetivo acompanhamento das atividades relacionadas à segurança pública, incluindo tanto as medidas relacionadas a gestão, quanto aquelas atinentes a área operacional e burocrática, trilhando caminho para o efetivo controle social na segurança pública.

Como medidas imediatas a serem adotadas pelo Estado, prima-se pelo aumento do efetivo policial na região, seja no que diz respeito a competência federal, quanto no que se refere a competência estadual, além dos necessários investimentos em termos de recursos materiais, bem como em serviços de inteligência e aqueles relacionados à efetiva ressocialização da população carcerária, objetivando a reintegração efetiva do indivíduo à vida comunitária, evitando assim a reincidência.

Ainda como medida a ser adotada pelo Estado, é primoroso a inserção do município de Foz do Iguaçu no **PRONASCI**, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, em razão dos motivos já expostos, sendo rechaçado através do presente abaixo-assinado as alegações de que Foz do Iguaçu não preenche os requisitos para tanto.

Na área do desenvolvimento sócio-econômico, como medidas efetivas para o combate às causas da pobreza, eis que dizem respeito às circunstâncias motivadoras da prática criminosa, pugna-se pela implementação pelo Estado e União, de políticas públicas específicas para a região de Foz do Iguaçu, em especial através de políticas de fronteira, inclusive objetivando atingir e solucionar os problemas sociais que afetam as cidades fronteiriças do vizinho Paraguai, levando em conta a semelhança dos problemas vivenciados em Foz do Iguaçu e Cidade de Leste.

No que tange a competência atinente ao Governo Municipal, com vistas a combater as mazelas sociais que nos afetam, há que ser salientado, já é tempo de ser apresentado à sociedade iguaçuense um projeto robusto de desenvolvimento social e econômico, com capacidade para contemplar tanto as classes trabalhadoras, quanto as classes empresariais, por ser inquestionável que somente um projeto com essa dimensão poderá motivar a geração de emprego e renda com status de mudar o quadro atualmente vivenciado pela sociedade de Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB)

– Será cumprido o Regimento, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador Mão Santa. Em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cícero Lucena, que preside esta sessão de segunda-feira, 1º de outubro, Senadoras e Senadores na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Cristovam Buarque, tenho em mãos livro do Senador Paulo Duque – *Peço a palavra, pela ordem*. Na capa, foto do Palácio Monroe, antiga sede do Senado do Rio de Janeiro, e na contracapa, o nosso plenário. Quero chamar a atenção de como era o Senado, Cícero Lucena, aqui há um discurso proferido no Senado e que estou lendo há muitos dias. É um discurso feito no Senado em 1929 sobre a candidatura de Getúlio Vargas, proferido por João Neves. Para que tenham noção, ele começa na página 43 – tenho lido, estou na 81 – mas vai até a página 85. Então, são 42 páginas de discurso.

Os Senadores antigos, como falavam! Ele estava defendendo a candidatura Getúlio Vargas contra a candidatura paulista e forte que foi imposta por Washington Luiz e gerou aquela revolução. Mas era tempo. E nós estamos aqui porque é a função do Senado foi sempre essa.

Interessante é que ele advertia: eles estavam conscientes de que era uma imposição do Governo. Ele ameaçava que se não se obedecessem ao povo “iam para o pau”. E houve aquela revolução que todos conhecem. Getúlio entrou na ditadura. Ditadura não é um regime bom. Nós temos o livro *Memórias do Cárcere*, que reflete sobre isso. Mas o ditador era bom. Getúlio Vargas foi um dos homens mais admirados, mais trabalhadores e cultos deste País, que fez toda essa estrutura que há. E isso ninguém vai negar.

Entendo que Luiz Inácio é uma pessoa generosa, tem boas intenções, mas isso não basta. Não basta ser generoso e ter boas intenções. Sou mais, Luiz Inácio, Sócrates, que ficou na história do mundo como um sábio e disse que só existe um bem, Professor Cristovam: o saber. E só existe um grande mal: a ignorância.

Ainda hoje citamos Sócrates. E é isso mesmo. Está aí o Professor Cristovam, que acredita que a educação leva a esse saber. Estou muito tranquilo. Implementamos, quando governamos o Piauí, o maior desenvolvimento universitário da história do mundo. Ô Garibaldi! Não foi do Piauí nem do Brasil, não. Foi do mundo! A ignorância audaciosa do PT: havia 12 mil vagas para o vestibular da universidade estadual, e baixou para três mil. Se você fizer... Eu fiz na minha

cidade e vi. Olha! A cidade da gente, eu diria como Sêneca, que não era nem de Atenas nem de Esparta, era de uma cidade grega. Ele dizia que não é uma pequena cidade; é a minha cidade. Sei que Parnaíba não é São Paulo, não é Belo Horizonte, não é Brasília, mas é a minha cidade.

Fiquei entristecido quando um professor que foi Secretário de Educação, o melhor Vereador que existe, Professor Iweltmam, professor universitário, me disse que diminuíram quase dez mil matrículas. Eu disse: está morto. Está morto! Fomos prefeitinhos, fomos governadores e somos Senadores. Só existe uma razão. Na hora em que não tivermos essa clarividência, está morto. Dez mil! Fiquei assim perplexo, e ele me mostrou. Creche! Não existe mais creche.

Este Governo está enganando. Pioraram as coisas, Luiz Inácio! Você fica aí rodeado de aloprados enganando-o e mentindo!

E foi lá no México, Cristovam! Na entrada do Palácio do México há uma frase de que não me esqueço, do General Obregon, que disse assim: “Prefiro um adversário que me diga a verdade do que um aliado, um puxa-saco mentiroso que me engana e ilude”. E Luiz Inácio não leu. Andou nas pirâmides, tirou belas fotos com a encantadora D. Marisa, mas não tirou a foto dessa frase.

A realidade é que creche... O Vereador é o melhor, o mais culto da cidade, é um intelectual da Academia de Letras, autor de livros, professor universitário com perspectiva invejável na política. Foi Secretário de Educação durante quase dez anos. Ele viu que fiquei assim, porque isso é inconcebível na minha cidade. E deve estar ocorrendo em todas. Fiquei perplexo e, no dia seguinte, ele estava com relatório.

Luiz Inácio, os presidentes eram melhores. Existiu uma LBA. Cadê a LBA? Acabaram. Então, eu me lembro. Quando vi creche zero era um tsunami!

Você foi prefeitinho e eu também, em 1989. A Adalgisa, que é minha mulher, via um menino na rua e só falava em creche, era creche que o prefeito visitava. E não existe mais creche neste País. Podem olhar; olhem na sua cidade. Havia uma LBA e tantos meninos ali, aquela burocracia. Então, eu me saí um extraordinário prefeito, porque era melhor naquele tempo.

E ele sai comparando as matrículas municipais do primário antigo, do segundo grau, do primeiro e da universidade, que diminuíram em quase dez mil numa cidade de 150 mil habitantes. Vejam as outras! Então é crença!

Quanto a esse negócio de Bolsa Família, eu não sou contra, caridade, eu não sou contra. Está ali Cristo. O Apóstolo Paulo, ô, Drª Ciarlini, Rosalba, fé, esperança e caridade. Caridade, ninguém pode ser

contra. Para o apóstolo Paulo, caridade é amor, uma forma de amor, mas temos que repensar, e nós estamos aqui, Luiz Inácio.

Cadê a oposição? Está atrás de lugar para aloprado. Vinte e cinco mil entraram sem concurso neste País, ganhando os maiores... Não vamos enganá-los. No nosso Governo do Estado, existe um tal de DAS 1, 2, 3 e 4 – Direção de Assessoria Superior. No Governo Federal, existe até DAS 6, que ganha R\$10.448,00. Então, Luiz Inácio está distribuindo aí como se distribui boletim. E haja aloprado!

Agora, para terem uma noção, ô, Rosalba Ciarlini, o Bush – o Luiz Inácio é melhor do que o Bush, estou tranquilo –, nomeou apenas 4.500 pessoas, assim, por livre arbítrio, DAS, essas nomeações...

É como diz o Livro de Deus: a porta larga da vagabundagem, da malandragem... Só 4 mil. E aqui são quase 25 mil. Por isso o povo brasileiro morre de trabalhar. Trabalha, trabalha, trabalha para pagar essa gente. O Sarkozy, que foi eleito – podem ver, pesquise, está aí o Cristovam –, 350; o substituto do Tony Blair – era o Ministro da Fazenda lá – só nomeia 160. Os países têm as instituições, as organizações. A Alemanha tem algo por volta de 600. Aqui são 24 mil e tantos aloprados. E vocês vão trabalhar, vão pagar imposto. E mente, mente, mente, e pensa que aqui...

Por isso é que dizem “vamos fechar o Senado”. Só há um jeito, porque o Boris Casoy... Você se lembra, Cristovam? “Isto é uma vergonha!” Eu gostava do Boris. Aí, sumiu! Agora, tirar daqui dá confusão, porque eu vim com a força, a coragem e a bravura do povo do Piauí. Nunca fiz um título de eleitor, nunca comprei um voto.

Sei que estão transformando essa democracia numa cleptocracia. Eu sou médico e entendo. Não existe a cleptomania? É uma pessoa rica, mas gosta de furtar as coisas. É uma doença. Cleptocracia é o governo dos ladrões, que está entrando aqui. Isto não é mais uma democracia. Estão se transformando, então, os cleptocratas em plutocratas. Daqui a pouco, só tem ricão aqui, porque eles roubam tanto, como é que se vai concorrer?

Então, nós não estamos aí. Nós estamos defendendo... Por isso, dizem: “Fechem o Senado!” Porque o Senado é para isto: é para resistir. Aqui é a última resistência. Essa gente quer fazer aqui igual à Cuba, igual à Venezuela, igual ao Equador, igual à Bolívia... Mas é complicado! Nós temos outra história. Nós entendemos a nossa evolução cultural muito mais próxima da França, Carlos Magno, “Les Gaulois croyaient que les sources et les rivières, la montagne d’Alsace étaient des Dieux qui pouvaient faire de bien et de mal”. É muito mais próxima ao povo na rua gritando “liberdade,

igualdade, fraternidade”, que tombaram os reis. É muito mais forte! É próxima à Inglaterra, que tem também um regime bicameral: a dos Lordes são pessoas de tradição, de alta cultura; e tem a Câmara Popular. É muito mais próxima à história da Itália, do Renascimento, à história de Cícero, no Parlamento romano.

E aqui é muito melhor! Este Senado é o melhor do mundo! Nós estamos aqui. Quem não está não está! Mas nós estamos desde as duas horas. E isso... Nunca se trabalhou na segunda-feira. E nós estamos mostrando a nossa cara. Tem problema? Tem! Mas o Senado romano já elegeu para senador um cavalo. Foi... Um César! Ô, Luiz Inácio, a gente é o destino. César foi poderoso... Calígula botou o cavalo dele e foi Senador... Aqui também tem os nossos problemas. Mas só não se tem problema no cemitério. Não é verdade, Presidente?

Então, quero dizer-lhe que este País vai mal, por uma questão muito simples. Senador Cristovam, seu nome vem de Cristo ou de Cristóvão Colombo? Está ali Cristo. No Senado, só entrava quem jurava ao Papa, que era católico apostólico romano. Falo dos primeiros. Os primeiros senadores tinham de jurar que eram católicos. Quem não fosse não entrava, era casado antes de entrar. Houve umas brigas. Um espírita entrou, deu confusão, e tiraram isso. Somos cristãos, mas tiraram essa exigência, porque o Estado é laico. Mas Cristo está aí.

Ô Luiz Inácio, Vossa Excelência disse que não gosta de ler, de estudar. Cada um tem os seus gostos. Não tenho nada contra. Respeito. Não vou dizer a Vossa Excelência que aprenda os Dez Mandamentos. Aqui é a Casa das leis. Nosso regime é fundamental para as leis. Estamos aqui para fazer leis boas e justas. Mas há as tais leis que foram entregues a Moisés. Ao menos aprenda a sétima, Luiz Inácio: “Não furtar”. É pecado. Não é bom.

Está aqui a realidade do País. Travei um debate qualificado com o Senador Mercadante. O Bolsa-Família é bom. É bom. É um ato de caridade, de caridade. Mas é para mudarmos, para aprimorarmos. Está ali, temos de dar ao necessitado, ao pobre. É justo. Agora, temos de aprimorar. Não era errado o negro ser humilhado, ser escravo? Chegou um Senador e disse: 60 anos não pode ser mais. Chegou outro: menino que nasce não pode ter mais. Foi aprimorando, e veio a mulher, e jogaram flores aqui, e aprovamos a Lei Áurea. A mesma coisa essa Bolsa-Família. Vossa Excelência foi o Tiradentes dela. Graças a Deus, não o enforcaram. Mas Vossa Excelência fez nascer a Bolsa-Escola, deturparam ali, mas está na hora de a gente aprimorar.

Eu, por exemplo, eu sei que o Luiz Inácio tem mais votos do que ele, deu essa Bolsa-Família, ele é o Presidente; mas eu fui prefeitinho, ele não foi; eu fui governador de Estado, ele não foi; eu sou médico cirurgião, ele não foi. Então, sei fazer, entender certas coisas.

Essa Bolsa-Escola que está aí não é a sua. A sua tinha um projeto. Está na hora de a gente repensar, ô Luiz Inácio. Eu, por exemplo, entendo que deva dar, deva até aumentar. Mas entregue isso aos prefeitos! Quer fazer outra roda? Prefeito tem um organograma, é a célula do País. Então, entregue ao prefeito, que o prefeito está próximo. Ele vai pegar aquela gente dividida e vai orientar para o trabalho, ô Cícero, para o trabalho. Então, se ele tem qualificação para ser jardineiro, bota na praça; se ele é forte, robusto, bota para vigiar um colégio, uma rua, para diminuir a violência. Então, o prefeito, com seu serviço social, não é Rosalba? V. Ex^a é a campeã das prefeitas, tricampeã. A Marta é a jogadora, não ganhou a copa, e a senhora já ganhou três prefeituras e o Senado, mas não é atleta.

Então, o prefeito sabe de tudo, ele está próximo. E hoje é o Dia do Prefeito. Então, ele pode dar até mais um dinheirinho, de aumento, o Governador. E orientar aquela pessoa para um trabalho, porque ganhar sem trabalhar... Ô Luiz Inácio, eu fico mais com Tiago, o apóstolo, que disse: quem não trabalha não merece ganhar para comer! Entre Luiz Inácio, meu Presidente, que eu respeito, eu sou mais o Tiago, o apóstolo. Quem não trabalha não merece ganhar para comer. Ele que disse. Eu tenho que ter uma escolha, fazer uma opção, entendeu, Presidente Cícero?

E Rui Barbosa disse: "a primazia é do trabalho e do trabalhador". Por isso que ele está ali, de pé, debaixo de Cristo. "A primazia é do trabalho e do trabalhador." O trabalho veio antes. Ele é que faz a riqueza.

O Padre Antonio Vieira passou do Maranhão para o Piauí e foi para o Ceará. Ele dizia: "Palavra sem exemplo é um tiro sem bala". O exemplo arrasta. Que exemplo dá um pai à família ganhando alguma coisa sem trabalhar para os filhos? Você pode ver que, em todos os municípios, diminuíram as matrículas. Todos diminuíram! Olha, o político que mais me impressionou foi Carlos Werneck Lacerda. Dizem ter sido o melhor orador que houve aqui. Ele está aqui, seu discurso, num livro que li, do Paulo Duque, que botou até um pronunciamento meu. Mas o que mais me impressionou, Cristovam, foi pelos anos em que estudei no Rio, em 64, nos anos sessenta, Lacerda. Quando eu passava, eu via "Há vaga", "Há vaga". "Há vaga", Luiz Inácio. "Há vaga." Que diabo é isso? Há vaga? O sujeito passava de ônibus: "Há vaga". E Carlos Lacerda ia a toda escola. Senador Garibaldi, "Há vaga" quer dizer: você

podia chegar com seu filho que havia vaga. Ele que ia se virar com a falta, mas tinha que haver vaga.

Aqui, a Universidade Estadual do Piauí... Ô Luiz Inácio... E foi o Getúlio que se suicidou. Já devia muita gente ter-se suicidado. Diminuiu vaga no vestibular, de doze mil e tanto para três mil. Sei que proliferaram umas privadas, mas um curso de uma universidade privada de medicina custa R\$3 mil. Podem verificar, aqui do lado existe uma: R\$3 mil!

Ô Cícero, esse é um modelo americano, porque lá eles ganham muito: quem vai trabalhar de garçom ganha US\$2 mil e pode pagar US\$500. Qualquer garçom ganha lá qualquer coisa: está num hotel, ganha. Aqui, se não existe nem salário mínimo, como é que ele vai pagar R\$3 mil? O pai não tem só um filho: tem três, quatro... Então, está aí frustrado, e nós... Estudei em universidade federal, boa, mas está tudo sucateado.

Então, essa é a realidade. Mas qual é a causa? A primeira é a corrupção. O que me prende ao PMDB não é a presença, o comportamento desses que estão aí; é o passado, é Ulysses, encantado, no fundo do mar, que ainda vejo dizer: "Ouça a voz rouca das ruas". E mais bonito: "O cupim que corrói a democracia é a corrupção". "Eu nunca vi..." Se Olavo Bilac disse: "Crianças, não verás nenhum país como este", ele diria hoje: "Eu nunca vi tanta corrupção como agora".

Nunca se viu na história do mundo. Está na cara. Ô Luiz Inácio - não vou dizer V. Ex^a -, salta aos olhos. Você vê nas cidades, esse povo, esses aloprados não tinham nada. São os melhores carros, os melhores apartamentos. Em um Estado como o Piauí isso é identificado, está na cara! Eu tenho 40 anos de medicina. É ridículo hoje - meu avô foi o homem mais rico do Estado, tinha dois navios, tinha indústria no Rio – comparar o que eu tenho com esse pessoal aloprado que está aí. Salta aos olhos! Isso se chama diagnóstico nosológico em medicina. Você vê: o cara não trabalhava, não tinha nada e hoje tem os melhores carros. Os aloprados têm os melhores carros, os melhores apartamentos, os melhores luxos. E aí? São 25 mil aloprados, são 40 ministérios que não são necessários. E aí falta no essencial. A segurança, veja como está; a educação, está aí o Cristovam; da saúde eu falo: nunca esteve tão ruim! É isso.

E a corrupção está aqui, Gilvam Borges. Ô Gilvam, raciocina. Luiz Inácio está aqui. São dois economistas: Daniel Kaufmann e Aart Kraay. Com todo o respeito ao Mercadante, mas olha aí os homens! Está aqui o trabalho: "O combate à corrupção é um instrumento eficaz para fazer a economia crescer".

É a corrupção, é o superfaturamento. O Tribunal de Contas da União mandou: de 231 obras, 77 foram superfaturadas. E o Tribunal de Contas é do Governo.

Está aí o relatório. De três, uma é roubalheira ou é fantasma. E outra corrupção é sonegação de impostos. Os do lado não pagam. Então, é isso. Está aqui. E fizeram um campeonato do mundo. Não é meu não, é das entrevistas.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Senador Mão Santa, peço o seu espírito democrático, pois há os outros Senadores inscritos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vamos dar o aparte ao Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Que V. Ex^a conceda o aparte e depois vamos encerrar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas está aqui. O Brasil, em safadeza, em corrupção, em sem-vergonhice, em malandragem, era 62. Quer dizer, pioramos. A corrupção aumentou. Então, fizeram uma classificação de decência governamental. Nós passamos de 62 para 72. Quer dizer, ficamos mais indecentes, mais corruptos e mais imorais. Está aqui, porque quero que V. Ex^a transmita. Transcreva o trabalho dos economistas. Então, piorou.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, em aparte; depois, a Senadora Rosalba, três vezes prefeita.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Mão Santa, não quero abusar do tempo, porque o Presidente Cícero também está inscrito, bem como a Senadora Rosalba. Mas eu tinha pedido, no começo, um aparte, para falar do livro do nosso colega Paulo Duque, porque o que tem de bom nesses discursos que ele escolheu para publicar o livro de grandes oradores nossos, no Brasil, é que todos os discursos escolhidos têm uma causa por trás. O que dá força a um discurso é uma causa, que é o que tem faltado muito entre nós. Agora, ao longo do seu discurso, decidi que iria fazer um aparte por outra coisa. É esse assunto do fracasso do Bolsa-Família como instrumento de inclusão na escola. O Presidente e seus assessores foram avisados – porque eu fazia parte do Governo, era Ministro – de que aquela mudança de Bolsa-Escola para Bolsa-Família levaria a isso. Por três razões. Primeiro, ao tirar a palavra escola e colocar família, houve um abalo na consciência da população pobre, que antes olhava a bolsa pensando: recebo essa bolsa porque meu filho estuda. Agora, ela diz: eu recebo essa bolsa porque sou pobre. Foi um efeito devastador na tomada de consciência da importância da educação. Segundo, ao tirar um programa que era educacional do MEC e colocá-lo no Ministério da Assistência Social, mesmo que o nome seja desenvolvimento social. O Ministério da Assistência Social é para dar comida, não escola. O próprio Ministro Patrus já disse: “Se eu vir alguém com

fome, não vou perguntar se o filho vai à escola, vou pagar a bolsa”. Está errado ele. Se tem uma pessoa com fome, temos de mandá-la ao lugar onde receba comida, mas não dar a bolsa de estudos, porque a finalidade é outra. Terceiro, ao misturar os programas criados no governo anterior, um educacional, para as escolas, com o vale gás e a bolsa alimentação. É claro que ia acontecer isso. Mas o mais grave de tudo é que a qualidade da escola não melhorou nesse período, e ninguém segura menino na escola só com bolsa, se a escola for ruim. Finalmente, estou de acordo com o senhor, ao citar Tiago, porque o importante é o trabalho. Mas, no mundo de hoje, não há trabalho sem educação. O trabalho, o emprego para uma pessoa que não tem um mínimo grau de educação será de baixíssimo salário. Não tem outro jeito. Por isso, o Bolsa-Escola, como era, acompanhado de investimentos na escola, para melhorar a qualidade, era o verdadeiro caminho para criar emprego, dar salário e tirar essas pessoas de onde estão, dar a emancipação. Não vamos ter emancipação com Bolsa-Família nem com Bolsa-Escola, se não houver uma boa escola. Agora, o senhor tem razão: é preciso haver um programa de assistência que atenda as pessoas carentes. Mas isso é para assistir, sabendo que não vai emancipar; vai manter a pessoa viva, porque essa é uma obrigação nossa, como a saúde e a alimentação. Mas, para emancipar, a Lei Áurea, como o senhor falou, essa só vem por meio de uma educação de qualidade igual para os pobres e para os ricos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Foi boa a observação. Já concedo a palavra à Senadora Rosalba. Aqui eu troquei um raciocínio. Aquela frase - quem não trabalha não merece ganhar para comer - é do Apóstolo Paulo. O Tiago diz que “fé sem obra já nasce morta”. Esse Governo não possui essa obra educacional, não é?

Mas eu queria dizer que aí se irradiou essa corrupção pelo Brasil todo. Olha que há aqui uma denúncia de um Vereador da minha cidade, do jornalista Francisco Magalhães. Ele publica “Vem cá ver. Já ganhou licitação”. E cita, no jornal, uma licitação que ia cair depois, só para dizer, e prova; e o Vereador denuncia.

Quer dizer, este Brasil está esse mar de corrupção. Isso é que envergonha. Se Luiz Inácio sabe ou não sabe, eu lamento. Mas o nosso dever, a nossa obrigação não é ser contra o Luiz Inácio - pelo contrário, nós queremos a governabilidade -, é ser contra a corrupção. É aquilo que Ulysses pregou: é o cupim que corrói a democracia.

Rosalba – esta Senadora foi três vezes Prefeita e tem muito a ensinar ao Presidente Luiz Inácio.

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Mão Santa, eu gostaria de relembrar o nosso Luiz Gonzaga, que dizia que a esmola ou humilha ou vicia o cidadão. Não estou aqui para ser contra o Programa Bolsa-Família. Muito pelo contrário. Acho que é importante que exista um programa de renda mínima, mas na forma como ele foi implantado. Como Bolsa-Escola, eu tive a experiência de ver que ela realmente ajudava a reduzir a evasão escolar.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

A Srª Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Havia uma motivação de que aquele recurso seria para ajudar a não faltar à família o mínimo para sua criança, a fim de que ela permanecesse na escola. Parece que essa motivação desapareceu. Hoje, existe a comprovação, por meio de pesquisas, de que a evasão escolar cresceu bastante. Isso é um assunto que devemos analisar, porque aqui estamos para ajudar este Brasil e para contribuir com as nossas idéias e experiências, quando o Governo não estiver acertando, para que ele possa acertar. Então, eu abordava exatamente a questão do Bolsa-Família, do Bolsa Escola e de suas diferenças. Concordando com o Senador Cristovam Buarque, sabemos que o que mantém uma criança na escola não é apenas a renda do Bolsa-Escola ou do Bolsa-Família, mas também a escola de qualidade, que promova um incentivo maior para que a criança se sinta bem como se estivesse na sua segunda casa. Sabemos e entendemos que é preciso ouvir mais os Municípios. O Senador Cícero Lucena, que preside esta sessão, foi Prefeito e sabe que nós Prefeitos, muitas vezes, gostaríamos de fazer algo mais, de acordo com as características das nossas cidades, das nossas regiões, neste País de tanta diversidade, mas não dispomos dos recursos necessários. Sou a favor de que as ações partam do Município e de que o Governo Federal entenda que destinar mais recursos para os Municípios significa desenvolver e promover com mais equilíbrio e com sustentabilidade este País. Era o que eu queria acrescentar às brilhantes considerações que V. Exª tão bem tem feito permanentemente nesta Casa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporo ao meu pronunciamento a manifestação da Senadora, brilhante Prefeita, três vezes campeã.

Para terminar, espero que o Brasil e o Luiz Inácio aprendam com este livro em que o nosso Paulo Duque busca um discurso do Pedro Simon se despedindo de Ulysses Guimarães. Viu, Luiz Inácio? Nós estamos conscientes. Disse Pedro Simon, citando Ulysses:

A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis”.

Em várias de suas prédicas, dentro e fora do Parlamento, ensinou: “Só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve (...).

Atentai bem, Cristovam, para o que disse Pedro Simon, repetindo Ulysses:

Só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário [tem que ter um trabalho], lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa. O inimigo mortal do homem é a miséria, não há pior discriminação do que a miséria. (...) Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria.

Quando governei, tive minhas ações sociais. Construí os restaurantes Sopa na Mão em todas as cidades do Piauí. Para quem estava com fome, como diz o Cristovam Buarque. Mas as escolas eram escolas para educar e para enriquecer e encaminhar com saber o trabalho. Entendo que são o estudo e o trabalho que fazem a grandeza de programas como o Luz Santa...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Mais um minuto para V. Exª encerrar, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Remédios para os pobres tinha que haver, e anistiei todas as águas de pobres, porque está na Bíblia: dai de beber e comer aos que têm fome.

Então, essas são as nossas palavras. E acho que está em tempo de Luiz Inácio nos convocar para aprimorarmos esse programa social (Bolsa-Escola), que foi uma inspiração e inteligência de Cristovam Buarque. Está deturpado, mas queremos, com o auxílio dos prefeitos e dos governadores, encaminhar os jovens ao estudo e ao trabalho. Essa, sim, será a salvação do povo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Só um Presidente bastante generoso para que o Senador Mão Santa bata o seu recorde de 35 minutos.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Cícero Lucena, Srª Senadora, Srs. Senadores, Senador Gilvam, o jornal *Correio Braziliense* de hoje traz na primeira página uma notícia triste: um homem, Herculano Costa Brandão, no dia em que ia comemorar seus 81 anos, foi atropelado em uma calçada e faleceu. É mais um dos milhares de brasileiros vítimas do trânsito, vítimas da violência. Aconteceu aqui como poderia ter acontecido em qualquer outra

cidade do Brasil, como pode ser de fato algo inesperado, mas é preciso dizer que, sobretudo, aconteceu por displicência e por falta de um sistemático trabalho de impor ordem no trânsito.

Em 1995, quando começou no Distrito Federal o governo chamado Democrático e Popular, os hospitais de politraumatizados, vítimas de acidentes, sobretudo nos fins de semana, ficavam com pacientes nos corredores por falta de leitos, tal a quantidade de vítimas de acidentes. O número de mortos era de 77 por mês, vítimas fatais.

Quando a gente terminou o governo, quatro anos depois, esse número tinha caído de 77 para 22, Senadora Rosalba. Os hospitais – pasmem! – tinham leitos sobrando, os hospitais de politraumatizados.

O povo passou a respeitar a faixa de pedestres. A situação foi tal, Senador Gilvam, que os oficineiros tiveram que procurar o Governador para reclamar, porque estava havendo desemprego por falta de choques de automóveis. Foi preciso criar uma linha de crédito no banco do Estado, o BRB, para apoiar os oficineiros para mudarem de ramo e, em vez de lanternagem, fabricarem carros-de-mão e outros produtos.

E qual foi o milagre? A educação. O milagre foi um programa educacional juntando Governo, **Correio Braziliense**, Rede Globo, para educar a população a cumprir as regras do trânsito. A educação e a repressão, os famosos “pardais”, que infernizaram a vida de muita gente, mas salvaram a vida de muito mais gente. A repressão e a educação. Essas duas coisas, que resolveram aqui o problema do trânsito, podem resolver o problema da violência no Brasil. E a educação, sem precisar de nenhuma repressão, pode resolver o problema do desemprego, pode resolver o problema da desigualdade. Mas, lamentavelmente, continuamos adiando, adiando, adiando a idéia de uma revolução na educação.

Hoje, de manhã, o Presidente Lula despertou para a educação. Mas despertou para universidades. Comprometeu-se, hoje, no café da manhã, a inaugurar 10 novas universidades federais no Brasil. Acho que precisamos de mais 30, 40, 50, 100 universidades federais, e não 10. Mas o problema não será resolvido por essas universidades, por uma razão muito simples: hoje temos no Brasil mais vagas em universidades do que jovens terminando o ensino médio. Só temos mais candidatos do que vagas pelo acúmulo dos que terminaram dez, cinco, três anos atrás e que só agora estão fazendo o vestibular. Mas, se compararmos o número de vagas, cada ano, com o número de meninos e meninas que terminam o ensino médio, sobram vagas, mesmo todos entrando na universidade.

Nosso problema não está hoje em mais universidades. Nosso problema está em mais jovens terminando o ensino médio com qualidade. Porque hoje só 33% a 35% terminam o ensino médio e, desses, no máximo a metade termina o ensino médio com qualidade suficiente para fazer um bom curso universitário. É por essa razão que hoje as universidades, as faculdades estão sendo obrigados a dar um cursinho para os alunos que entram, porque eles não são capazes de acompanhar.

Quando eu era menino, para fazer um seminário na igreja católica – e o Senador Mão Santa lembra isso muito bem –, existia o seminário menor e o seminário maior. Com a universalização da freqüência, os seminários menores foram fechando, e ficaram os seminários maiores para receberem os meninos que terminavam o ensino fundamental. Sabe, Senador Mão Santa, que estão reabrindo os seminários menores, porque os que estão entrando no seminário maior não conseguem acompanhar os cursos?

O problema, Presidente Lula – o Senador Mão Santa é que gosta tanto de falar diretamente a ele –, é a educação de base, não é a universidade. É claro que a universidade dá mais voto que a educação de base. Mas o problema é: todo menino terminando a educação média com qualidade, e com a qualidade igual.

Um país resiste a se ter roupa bonita ou roupa feia, resiste a um andar de carro e outro andar de ônibus, mas o País, Senador Garibaldi, não resiste a ter escola de rico e escola de pobre. Isso nega o conceito de República. Isso valia no tempo do Império, não pode valer mais. E a gente não vê um esforço, uma concentração, uma vocação do Governo Lula para fazer essa mudança na educação de base. Um exemplo disso é como o Bolsa-Escola foi transformado em Bolsa-Família, perdendo toda a característica educacional que o programa anterior tinha.

Não vou dizer que o programa era bem feito antes. Não. Mesmo antes, o programa não conseguia levar adiante, com rigor, o controle da freqüência, como foi feito no Distrito Federal entre 1994 e 1998, quando a Bolsa-Escola foi criada. O Fernando Henrique só criou quatro anos depois.

Quando o programa foi criado aqui, havia um rigor no controle. É claro que é diferente controlar o Bolsa-Escola numa região como o Distrito Federal e controlar no Brasil inteiro. É por isso, Senadora Rosalba, que, em 2003, no começo do Governo Lula, foi enviado ao México um funcionário do Ministério da Educação, o professor e arquiteto Dr. Marcelo Aguiar, com a finalidade de, no México, estudar como era feito o controle da freqüência às aulas, porque o México

pegou aqui a idéia do Bolsa-Escola, mas aplicou melhor do que nós.

Eles têm lá um sistema fenomenal que controla a freqüência das crianças, sabem onde está a criança a cada hora. Eu achei, como Ministro, que deveria copiar deles a gerência de um programa que eles copiaram daqui, do meu Governo. Então, mandei o Marcelo Aguiar lá.

Nós estávamos em fase de implantar esse sistema computadorizado, com uma sala que parecia a Nasa, lá no México, que fui visitar bem antes de ser Ministro. A gente já tinha um lugar para fazer isso aqui, na Capital da República, no MEC. Estávamos prontos para começar esse trabalho, e, em vez disso, o que o Governo fez foi transformar o Programa Escola em Programa Família.

O que aconteceu, Senador Gilvam? A primeira coisa: ao tirar a palavra “escola” do nome do programa, tirou-se do inconsciente, da cabeça, do imaginário da pessoa que o recebe a idéia da educação. Antes, a família, a mãe recebia pensando: “Eu recebo esse dinheiro porque meu filho vai à escola e, pela escola, vai sair da pobreza”. Agora, ela recebe pensando: “Eu recebo esse dinheiro porque minha família é pobre e, se sair da pobreza, eu perco”. Foi um retrocesso na dedicação, na consciência educacional das famílias pobres brasileiras que, em geral, não têm essa consciência. Isso foi uma tragédia, que vai levar anos ou décadas para a gente recuperar, porque os problemas culturais demoram muito para serem resolvidos.

O segundo problema foi tirar o programa do MEC e colocar na assistência social, que se chama Desenvolvimento Social, Senador Papaléo, mas é um Ministério da Assistência, não um Ministério de Desenvolvimento. É um Ministério de Assistência Social que o Brasil precisa.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Um momento, Senador Garibaldi.

Ao tirar o Programa do Ministério da Educação, que tem o compromisso de educar, e colocá-lo no Ministério do Desenvolvimento Social, que tem o compromisso de assistir, perdeu-se o compromisso educacional. Li no jornal, que o próprio Ministro Patrus disse, com razão, certa vez: “Se uma pessoa está passando fome, não vou deixar de dar a bolsa porque os filhos não vão para a escola”. Claro que a gente não pode deixar passar fome, mas havia um programa chamado Bolsa-Alimentação para quem passa fome, separado do Bolsa-Escola. Ao tirar para lá, perdeu a característica.

O terceiro problema é misturar programa assistencial, como era o caso do Bolsa-Alimentação, o Vale-Gás – eu era contrário o nome –, com programa educacional, que era o Bolsa-Escola. A Bolsa-Escola, que era um valor, se o indivíduo fosse para a escola, passou a ser um simples adicional.

Todos têm direito a um mínimo. Agora, se tem filho, recebe um pouquinho mais, um pouquinho tão pequeninho, Senador Cícero, que as famílias não têm porque mantê-lo na escola. Tinha de ser um valor substancial para a escola e não todos terem direito e com um diferencial pequeno. Isso matou o programa.

Além disso, o fato de a educação não ter a qualidade que deveria. E aí também, em 2003, no começo do Governo Lula, demos os passos iniciais para fazer a chamada federalização da educação com descentralização gerencial. O Prefeito gerencia, sim. Aliás, eu sou radical na descentralização. Eu acho que pode ter escola pública, Senador Papaléo, que nem pertença ao Governo. Pode ser dos pais, dos mestres, até privada, desde que seja gratuita, paga pelo Governo e com uma qualidade mínima, com um só salário, federal, para o professor, com a competência federal do professor, escolhido cada um deles em concurso federal e não municipal. Tudo isso parou. E agora dez novas universidades... Eu acho que deveriam ser vinte, trinta, cinqüenta... Mas hoje essas dez vão ficar sem alunos, porque não vai haver número suficiente para preencher as vagas.

Alguns dizem que as vagas existem nas particulares. Ao fazer as estatais, vai ficar grátis. Mas então por que não aumentar o Prouni? Porque não comprar vagas nas universidades particulares de qualidade, que é o que o Prouni faz?

E não será preciso esperar 2010. É já! Podia começar este mês ainda. É só aumentar! Sai muito mais barato, é imediato e, sinceramente, mais eficiente do que fazer mais universidades, que ninguém tem certeza de que serão feitas ou se vão ficar como uma conversa de “Café-da-Manhã com o Presidente”.

Sr. Presidente Mão Santa, já que o senhor falou de um recado que precisa dar ao Presidente – eu já dei o meu –, eu quero dar outro recado, mas não ao Presidente. Mas isso eu farei depois de conceder um aparte ao Senador Garibaldi e, em seguida, ao Senador Cícero.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Cristovam Buarque, eu estou, claro, como acredipto todos os Senadores, inteiramente solidário com V. Ex^a, nessa luta pela aprovação do projeto de lei que V. Ex^a apresentou, desde 2004, prevendo um fundo, nos moldes do FGTS, para financiar poupança para alunos da rede pública membros de famílias subsidiadas

pelo Bolsa-Família, com renda igual ou inferior a meio salário mínimo *per capita*, a ser resgatada ao final do segundo grau. Queria pedir uma gentileza de V. Ex^a porque, na verdade, quero fazer, além deste registro de solidariedade à luta e ao projeto de V. Ex^a, um registro sobre uma cidade do Estado do Rio Grande do Norte que V. Ex^a conhece muito bem hoje, porque tem ido lá, eu diria, constantemente: a cidade de Mossoró. Na impossibilidade de estar presente durante o discurso da Senadora Rosalba Ciarlini, pois terei de participar, como Relator, dos trabalhos da Subcomissão de Marcos Regulatórios – eu gostaria de homenagear Mossoró durante o discurso da Senadora Rosalba –, farei essa homenagem durante o discurso de V. Ex^a. Tenho certeza de que V. Ex^a ficará inteiramente à vontade, porque sei do carinho que tem por essa cidade heróica que é a cidade de Mossoró, que comemorou domingo o pioneirismo de ter libertado os escravos no Brasil. A Senadora Rosalba vai ocupar a tribuna justamente para exaltar esse fato. Como não poderei ficar, estou sendo impertinente mas, ao mesmo tempo, sei que V. Ex^a vai compreender que Mossoró merece esse registro em seu discurso, Senador Cristovam Buarque. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Garibaldi, por lembrar o programa Poupança-Escola, que poucos conhecem. Na verdade, cometemos um erro, naquela época, de *marketing*. O Programa Bolsa-Escola deveria ter duas partes: uma parte seria o pagamento mensal pela freqüência às aulas; a outra seria um depósito, em caderneta de poupança, por conta de o aluno passar de ano. Mas ele só receberia se terminasse o segundo grau.

Quanto à cidade de Mossoró, não tenha dúvida, espero atender ao convite, que me foi feito por V. Ex^a e pela Senadora Rosalba, para estar presente à Feira do Livro.

Concedo um aparte ao Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Cristovam, em sua fala inicial sobre o Bolsa-Família, o recado que V. Ex^a deu ao Presidente Lula, cabe a mim dar o testemunho da oportunidade que tive de conhecer bem esse trabalho. Eu o conheci na implantação do Bolsa-Escola aqui em Brasília. V. Ex^a, como Governador, e eu, como Ministro da Secretaria de Integração Regional, estivemos, em cidade-satélite, juntos nesse programa. Eu também levei esse programa para um dos pontos sociais mais críticos da minha cidade, o Lixão do Roger. Naquela oportunidade, eu tirei as crianças, que antes ajudavam os pais a catar o lixo, para que passassem a receber o Bolsa-Escola antes de o Governo Fernando Henrique Cardoso ter universalizado ou buscado a universalização em todo

o País. Algo que eu identifiquei como muito importante, V. Ex^a disse com muita propriedade, foi a valorização daquelas crianças. Eu cheguei a identificar que criança, que antes, pelo pai, pelas circunstâncias sociais, pela ignorância, era tida como criança-problema, passou a ser a referência da família. Muitas deixaram de ser maltratadas, às vezes pelos pais alcoólatras, porque era uma fonte de renda daquela família, e estavam garantindo a possibilidade e a perspectiva do futuro por meio da educação. Então, tive a chance, a oportunidade de vivenciar isso. Da mesma forma, buscamos a qualificação das escolas, não só garantindo de 27 mil para 74 mil alunos em sala de aula, mas também com qualidade. V. Ex^a falou do sistema informatizado que procurou conhecer no México. Eu doava a Carteira de Estudante a todos os alunos, batendo o próprio retrato, com uma tarja eletrônica...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Peço permissão, Senador Cícero Lucena. Regimentalmente, a sessão terminaria às 18h30, mas a prorrogamos por mais uma hora para que todos possam falar.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Muito obrigado, Senador. Então, nesse programa que deixamos na Prefeitura Municipal de João Pessoa, Senador Cristovam Buarque, o aluno, ao entrar na escola, ao passar por uma catraca eletrônica, por um leitor ótico, teria a sua permanência, o seu acesso registrado na escola. E isso nos permitia emitir relatórios semanais para que pudéssemos verificar se estava havendo evasão escolar. E aí um grupo procurava a família para saber qual era o problema, qual era a razão. Infelizmente, esse trabalho não teve continuidade. Então, concordo plenamente com V. Ex^a: o desvio de ótica da questão do Bolsa-Escola, como V. Ex^a bem disse, que hoje é chamado Bolsa-Família. Mas, se fosse para alimentar, teríamos o Bolsa-Alimentação, e nós temos de retornar esse caminho da dignidade para a nossa educação. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Mão Santa, eu segui o seu exemplo de falar um pouquinho, embora com outra ênfase, para o Presidente Lula.

Eu quero falar agora, não para o Presidente nem para Ministro nenhum, mas para o povo que está vendo, esse povo cujos filhos estão saindo da escola. Não esperem pelo Presidente, não esperem pelo Ministro, lutem pela escola para os seus filhos. Talvez a coisa mais difícil neste País, para mudá-lo, seja convencer a população pobre do Brasil de que a educação é um direito que ela tem, não um direito de ter o filho na escola, mas de ter a escola do seu filho igual à escola do mais rico brasileiro. Enquanto o povo brasileiro não

se levantar por isso, este País não vai ter jeito. Uma nação começa na escola, uma nação nasce na escola igual para todos. Não é possível escola diferente em qualidade entre ricos e pobres, entre cidade grande e cidade pequena.

Não espere que saia desta Casa, não espere que saia do Presidente da República. Vá para a rua brigar por isso. Todo mundo briga por melhor salário e não briga por melhor escola para o filho, não percebendo que não vai haver melhor salário para o filho se não houver uma melhor escola para ele hoje. Daqui a 20 anos, o salário do seu filho será igual à qualidade da escola que seu filho tem hoje, e não briga por isso?

A população pobre brasileira deseja ter um automóvel, deseja ter a casa grande, deseja ter todos os benefícios, menos a escola. A escola, Senador Mão Santa – e peço que me dê mais um minuto –, é vista pela população pobre como se fosse um direito que Deus deu apenas para os ricos. Não há uma mobilização. Alguém já viu um sindicato fazer greve para melhorar a escola dos filhos dos trabalhadores? Eu nunca vi. Vejo greve para melhorar os salários, vejo greve para o seguro de saúde, vejo greve até para melhorar a casa. Agora, greve para melhorar a escola eu não vejo por nenhum sindicato. E não vai haver melhoria de vida de seus filhos se não houver melhoria de vida na escola do seu filho hoje.

Então, ao mesmo tempo em que mandei um recado ao Senhor Presidente da República, inspirado no estilo do Senador Mão Santa, pedindo a Sua Excelência que não se preocupe somente com as universidades, porque elas terão de importar alunos, Senador Papaléo. A gente vai ter de trazer alunos do Paraguai, da Bolívia, da Venezuela. Aqui não serão encontrados alunos suficientes para entrar nas escolas. Preocupe-se em fazer a sua revolução. E a única revolução possível, Presidente Lula, é a da educação. Não é a da economia, como o PT dizia antes. E já naquela época eu dizia: não é possível mudar a economia. Em 1998, cheguei até a defender que, se o Lula vencesse, deveria manter o Malan por 100 dias. Quase fui expulso!

Não é na economia que está a revolução hoje possível, é na educação. Não há outra maneira de se mudar. Agora, além do Presidente Lula, eu gostaria de deixar o meu recado para quem está me ouvindo em casa, sobretudo essa população pobre que não vê o direito de ter uma escola, que não vê que o seu futuro depende da escola, que não vê que o salário do seu filho é proporcional ao número de anos que ele estuda hoje, que não vê que o salário é proporcional à qualidade da escola. E, se a qualidade da escola só está na escola dos ricos, os pobres vão continuar sem salário daqui para frente.

Lutem por uma revolução! A revolução não é a de desapropriação de terra, como se falou tanto; não é de desapropriar e estatizar as indústrias. Isso já morreu! A revolução é que a escola do mais pobre brasileiro seja igual em qualidade à escola do mais rico brasileiro.

Isso não se faz de um dia para o outro, mas isso pode começar já para as crianças que estão entrando agora na 1ª série do ensino fundamental. Além disso, pode-se fazer aos poucos para todas as crianças até o fim do ensino médio em algumas cidades; do Brasil inteiro, não! Isso vai demorar.

Mas lute por isso. Não espere pelo Presidente, porque ele vai continuar fazendo universidades onde não entram 16 milhões que são analfabetos; onde não entram 82%, que não vão terminar o ensino médio com qualidade; e onde, dos 18% que vão entrar, muitos vão precisar de um cursinho especial para se recuperar, antes de começar a cursar a universidade.

Está de cabeça para baixo a preocupação do Presidente da República com a educação. E os pobres, o povo está de cabeça para baixo também com a não-preocupação com a educação.

Esse é o recado, Sr. Presidente, no mesmo dia em que vemos essa matéria informando que o Bolsa-Família não está conseguindo resolver o problema da evasão escolar, e não somente por causa do Bolsa-Família, mas, sobretudo, por causa da qualidade. Não tem menino que fique em escola ruim. Ele sai e vai embora.

Ao mesmo tempo, vemos que, no Brasil, estão criando mais universidades. Desejo que sejam vinte, trinta, cinqüenta, cem e não dez, mas sem a mentira. Universidade deve ser feita, mas este País precisa ter todo mundo terminando o ensino médio com qualidade, e com a mesma qualidade, sem desigualdade, conforme a renda ou a cidade da criança. Isso é possível e essa é a revolução que gostaria de ver no meu País.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Cícero Lucena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Cumprimentamos, pelo pronunciamento, o Professor e Senador Cristovam Buarque. Faço minhas as palavras de V. Exª em referência ao ex-Ministro da Fazenda Pedro Malan, um dos homens mais capazes e honrados que conheci na minha vida pública.

Convidamos para usar da palavra o Senador Cícero Lucena.

A Senadora Ideli está inscrita como Líder. Estão inscritos um grande Senador, cavalheiro, e uma Líder extraordinária. Como estamos alternando, em seguida,

usará da palavra, como Líder, a Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina.

Senador Cícero Lucena, V. Ex^a pode fazer uso da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho, neste instante, tratar basicamente de dois assuntos, um deles é a respeito de uma audiência pública ocorrida, na última quinta-feira, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Essa audiência, Presidente Mão Santa, teve como objetivo tratar dos anistiados do Governo Collor; daqueles que foram demitidos e que, por decretos, procedimentos, práticas, estão aptos a serem contratados. Servidores simples, trabalhadores honestos, experientes e que, há muitos anos, vêm lutando para ter o direito não a um emprego, mas a um trabalho, que lhes permita sustentar a família de forma digna, de forma honesta e, assim, contribuir para o desenvolvimento com experiências e sabedorias.

Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, foram compostas várias mesas nesse debate, com representantes da CUT e sindicatos de Brasília, de associações de advogados representando esses anistiados, e fiquei estarrecido ao constatar que havia apenas um representante do Governo em mais de quatro, cinco mesas-redondas.

Mas para mim ficou muito claro algo que um advogado dos trabalhadores disse. Como companheiro que dizia ser do Presidente Lula, ele dizia que acreditava que o Presidente Lula não sabia do que estava acontecendo. Ele estranhava o fato de o Presidente Lula mandar fazer, e o Governo não obedecer. Chegou a usar a expressão de que estava mais parecendo uma conversa entre os surdos, em que o Presidente mandava, e o Governo dele não obedecia.

Como disse na minha participação naquele debate e repito aqui, agora, pareceu-me algo semelhante ao folclore político contado na Paraíba, Presidente Mão Santa. Nos tempos passados, havia um Governador que atendia os correligionários ou aos pedidos da população fazendo um bilhete encaminhando aos seus Secretários. Se ele colocasse um pingo no “i” que ele tinha no seu nome, era para o Secretário atender ao pedido; se ele não colocasse o pingo no “i”, era para, então, o Secretário dar uma desculpa, enrolar e não atender a pretensão daquele popular ou daquele correligionário.

Um belo dia, alguém pediu a ele algo; ele fez o bilhete, e não colocou o pingo no “i”. Essa pessoa viu – “Ah, está faltando um pingo no ‘i’ dele”. Colocou o pingo no “i” e foi atendido, Presidente Mão Santa.

Dias depois, ele encontrou o Governador e agradeceu-lhe por tê-lo atendido. O Governador chamou o Secretário e disse: “Eu não mandei você atender essa pessoa”. O Secretário respondeu: “Mandou. O pingo estava no ‘i’”.

Então, o que precisamos é que o Presidente Lula, mesmo não tendo um “i” no seu nome, mas tendo no de Presidente, bote o pingo no “i”, porque não precisamos mais de legislação. Precisamos que se cumpra aquilo que ele está dizendo que é para fazer. Ele tem duas alternativas: ou dar um prazo curto para que seus auxiliares cumpram o que ele determina, ou demitir quem não cumprir a determinação do Presidente. Não há outra saída.

Na Base aliada do Governo, muitos disseram que têm tido apoio, e muitos dizem, no discurso, que estão apoiando a solicitação desses servidores que querem ter a oportunidade de voltar a trabalhar. Se, no órgão anterior, não há mais o que eles possam fazer, remanejem. Há tantos órgãos deficitários em termos de mão-de-obra, em termos de pessoal qualificado. Aproveitem essas pessoas. Cumpram o que o Presidente diz que é para cumprir. Ou vocês cumprem, ou digam que o Presidente está mentindo. Eu não posso acreditar que o Presidente Lula esteja mentindo para enganar a esperança e o sonho dessas pessoas de terem a oportunidade de voltar a trabalhar.

Eu dizia, naquela oportunidade, Senadora Rosalba Ciarlini, que bastava – não a mim, porque sou contra a prorrogação ou a recriação da CPMF – à Base de aliados do Governo que, em tese, votará a favor da prorrogação do CPMF, rebelar-se e dizer que só colocaia em votação a CPMF se aqueles anistiados, que já têm o apoio, que já têm a legislação correspondente, que já têm plenas condições de reassumir o seu cargo, que querem sustentar a sua família, de forma digna e honesta, por meio do seu trabalho, retornassem ao emprego. Apenas coloquem aqueles que dizem que são favoráveis também a esses anistiados. Vamos fazer uma mobilização e dizer que só votaremos a CPMF quando essas pessoas forem contratadas. É tão pouco para a economia do Governo.

Acabo de ver um pronunciamento do Presidente Lula em que diz que reforma, que choque de gestão é contratar e não demitir.

Então, Presidente, demonstre que Vossa Excelência faz de verdade aquilo que está dizendo.

Senador Mão Santa, V. Ex^a dizia, há poucos instantes, em seu pronunciamento, que as palavras precisam ter gestos. Então, Presidente Lula, aja conforme aquilo que Vossa Excelência está dizendo hoje, de acordo com o que Vossa Excelência prometeu em campanha, em reuniões privadas com essas pessoas, e determine aos vários órgãos ligados ao Governo que procedam, cumprindo a sua palavra e a sua determinação, para resgatar a dignidade a várias e várias famílias espalhadas por este País, em vários Estados, que precisam que eles continuem prestando os seus serviços.

Basicamente, Sr. Presidente, era isso que eu queria dizer.

Também quero solidarizar-me com o Senador Efraim Moraes, que, em seu pronunciamento de sexta-feira, referiu-se, mais uma vez, à frase: "Digam o que eu digo, mas não façam o que eu faço".

Com essa nova malha que está sendo imposta ao Brasil, fruto do apagão que tivemos por cerca de um ano, o apagão aéreo, estamos vivendo momentos não posso dizer que de soluções, mas pelo menos da busca de soluções. E aí não pode a minha pequena e brava Paraíba pagar o preço da correção do apagão. Porque o que estamos vendo, no Estado da Paraíba, é que o Governo do Estado, é que o Governador Cásio Cunha Lima vem se esforçando, e muito, para o desenvolvimento turístico daquele nosso Estado, algo que fiz também como Prefeito da nossa querida e bela João Pessoa, para atrair turismo, para atrair investimento, para poder gerar mais emprego, para gerar mais renda, para poder melhor distribuir com os cidadãos paraibanos e pessoenses.

Estamos na contramão da história. Dois vôos que havia pela manhã, às 6 horas da manhã, aproximadamente, foram simplesmente retirados pelas empresas e passaram a ser a 1 hora da manhã. Então, o pessense, o paraibano, o turista que vai a João Pessoa, agora, tem que virar corujão. Tem que passar a noite na farra, nos bares e restaurantes e ir direto ao aeroporto à uma e meia da manhã, e, o que é pior, ficar por mais de três horas em Recife, no aeroporto, esperando o outro avião, que vai sair às seis horas da manhã.

Não é possível que um Governo que diz que quer ajudar o turismo, que quer estimular o turismo, que está investindo no turismo, adote medida para prejudicar o Estado da Paraíba e, em particular, a cidade de João Pessoa.

Estaremos fazendo um pedido, tanto da Bancada no Senado quanto da Bancada na Câmara dos Deputados, para que, juntos, possamos discutir com a Anac, porque defendemos a correção do apagão, defendemos o bom gerenciamento e a boa administração. Confiamos que o Ministro Jobim está buscando essa solução, mas ele precisa também ouvir a estratégia de desenvolvimento, de crescimento, principalmente daquela região que já sofre tanto, que já é tão injustiçada.

Concedo o aparte à Senadora Rosalba, com muito prazer.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Cícero, conheço a sua querida e bela João Pessoa, a cidade verde, florida, porque lá passei quatro anos da minha vida como estudante de Medicina. E sei do potencial dessa cidade, conheço de perto as belezas e maravilhas das suas praias, semelhantes ao que temos – me desculpe a modéstia, talvez com um brilho ainda maior – em nosso Rio Grande do Norte. Preocupa-me exatamente porque o turismo no Nordeste não pode ser visto de forma isolada dos Estados nordestinos; tem que ser visto de forma integrada. O turista que chega a João Pessoa também vai a Natal, vai ao Rio Grande do Norte; ele chega ao Ceará, chega a Sergipe, chega a Alagoas. Quero parabenizá-lo pela sua preocupação e me somar a sua reivindicação, a sua indignação porque o que é bom para o Nordeste é bom para todos nós nordestinos. Como norte-rio-grandense, sei o que significa um vôo que traz turista para a nossa terra. Nós, do Rio Grande do Norte, temos tido, por meio do turismo, a oportunidade da geração de emprego, de renda, mas é pouco; ainda há muito a ser feito. E a porta de entrada mais importante é o aeroporto, que traz turista não só do Brasil como também do exterior. Porém, ele precisa ser bem recebido e bem tratado, para que possa divulgar mais o nosso Brasil e voltar. Senador Mão Santa, que preside esta sessão, V. Ex^a também é nordestino – o seu Piauí tem um delta maravilhoso, também tem belezas imensas – e entende que devemos estar integrados. Cada questão que leve a diminuir as oportunidades do nosso Estado deve ser uma luta de todos nós. Senador Cícero Lucena, agora está acontecendo em João Pessoa; pode ser que amanhã aconteça na minha querida Natal. E isso não vou aceitar de forma alguma, assim como V. Ex^a não está aceitando. Vamos nos ombrear nesta luta em defesa dos Estados que nos trouxeram aqui e, principalmente, dessa atividade que desenvolve, que gera e que gerará emprego no futuro, tenho certeza, a continuar o poder dos governantes, o entendimento, a população,

que também está em sintonia com a importância do turismo, um grande filão ainda pouco explorado, que vai transformar o Nordeste, se Deus quiser, pela força do seu potencial e pelo trabalho de sua gente.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini, V. Ex^a, com sua experiência, sua sensibilidade não só de Prefeita, e, com muita alegria, representando hoje o Rio Grande do Norte como Senadora, sabe da importância do desenvolvimento turístico para a Região Nordeste.

O Rio Grande do Norte, em particular, é um exemplo disso, e outros Estados. E a Paraíba está exatamente no momento de buscar isso, de conquistar os investimentos feitos pelo Governo do Estado, de conquistar o que fizemos – repito – na Prefeitura de João Pessoa, para que esse desenvolvimento seja sustentável. Então, não é possível que um Governo diga uma coisa e faça outra.

Tenho certeza absoluta de que o Ministério do Turismo também estará atento a esta nossa indignação, para que possamos trabalhar um potencial que todos conhecemos.

Respeito o brilho do turismo de Natal, a beleza das praias do Rio Grande do Norte, e não poderia ser diferente pela sua sensibilidade e pelo seu amor àquela terra, mas permita-me dizer também sobre a nossa belíssima Paraíba, com a temperatura das nossas águas, com a preservação da nossa orla marítima, com o saber receber e gostar de receber bem, que é característica do povo paraibano e nordestino.

Tenho certeza absoluta de que o turismo é, e será, uma alavanca importante e fundamental para mais justiça social naquela região. Reafirmo que nos reuniremos, durante esta semana, suprapartidariamente, com todos os Deputados Federais e com os Senadores da Paraíba, para que possamos discutir, com o Ministério do Turismo e com o Ministério da Defesa, medidas a serem adotadas para a correção – não é a comodidade de se acordar de madrugada; é porque o turista deve ter a oportunidade de fazer escolhas e, ao fazê-las, com certeza, ele não vai fazer a opção de sair de madrugada de uma cidade podendo aproveitar o restante da noite, a beleza do amanhecer.

Estão querendo nos privar de ver a maravilha do nascer do sol em João Pessoa, o ponto mais oriental das Américas.

Presidente Mão Santa, registro aqui, com indignação, essa mudança de horários de vôos da cidade de João Pessoa. É um desrespeito àquela cidade, é

uma falta de compromisso com o desenvolvimento turístico do nosso Estado.

Tenho certeza absoluta de que esta nossa fala irá ecoar e chegar ao Governo, para que cumpra o seu compromisso de fazer o desenvolvimento turístico da nossa região, em particular da nossa querida Paraíba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço o cumprimento do horário.

Convidamos, para usar da palavra, como Líder do Partido dos Trabalhadores, a Senadora Ideli Salvatti, do PT do Estado de Santa Catarina.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, quero inicialmente agradecer o convite que o ex-Ministro Reis Velloso me fez para participar, na última quinta-feira, da 19^a edição do fórum especial que debate o desenvolvimento em nosso País e que foi realizado no BNDES, no Rio de Janeiro. Juntamente com outros Parlamentares – estavam presentes o Senador Demóstenes, o Deputado Paulo Renato, o Deputado Aldo Rebelo, o Deputado Pannunzio, o Senador Jefferson Péres –, estávamos numa representação bastante significativa do Congresso, com as diversas posições ideológico-partidárias.

Essa 19^a edição do Fórum Nacional do Desenvolvimento, que o ex-Ministro Reis Velloso coordena desde o início, há dezenove anos, teve como tema básico “A Grande Revolução: Integração de Desenvolvimento e Democracia”. Portanto, foi um tema muito pertinente ao momento que estamos vivendo: discutir o desenvolvimento e as suas implicações na democracia, e também o contrário, o quanto a democracia influí, interfere no desenvolvimento. Muito me honrou o convite para participar, na parte da tarde, da mesa de debates como uma das debatedoras.

Eu gostaria de reproduzir alguns dos elementos que levei para esse fórum e que tem, obviamente, nos preocupado. Tenho inclusive me dedicado ao estudo e ao aprofundamento dessa relação entre desenvolvimento e democracia, como ela se aprofunda, como ela se potencializa e como ela se concretiza no nosso País.

Utilizei como base algumas reflexões feitas pela socióloga Marilena Chauí e um texto extremamente positivo e importante, pelos elementos de reflexão que apresenta, da lavra da professora cientista Lúcia Ave-

lar, da Universidade de Brasília, que faz exatamente toda uma análise sobre desenvolvimento, redistribuição e pobreza.

Busquei beber na fonte dessas duas mulheres fantásticas, que fazem uma análise muita profunda da realidade brasileira e das questões pertinentes ao desenvolvimento, à democracia, à diminuição das desigualdades sociais, à distribuição de riqueza e à erradicação da pobreza.

Iniciei a minha fala lá no BNDES, com vou iniciar aqui, com os dados que apresentei. No texto, Lucia Avelar diz, de forma muito contundente, que a pobreza continua sendo a questão moral mais séria do mundo contemporâneo. Repito: a pobreza continua sendo a questão moral - portanto, ética - mais séria do mundo contemporâneo. Portanto, nós não temos como falar de política, de democracia, de desenvolvimento se nós não tomarmos como parâmetro o que está se fazendo com relação à questão moral, portanto ética, mais séria do mundo, que é a erradicação, a diminuição da pobreza. Se não for atacado sob esse enfoque, isto é, se nós não tivermos como foco, como centro a erradicação da pobreza, a diminuição da pobreza, nós não teremos o direito de falar nem em democracia, nem em desenvolvimento, nem mesmo em ética.

É claro que a política tem obrigatoriamente que ser feita por políticos éticos. O comportamento individual de cada parlamentar, de cada administrador, de cada agente público é imprescindível, é necessário, mas ele não é suficiente para nós atacarmos a questão ética, moral, profunda da diminuição da pobreza.

Podemos todos, individualmente, ser éticos em nosso comportamento, em nossa maneira de ser, na forma de fazer a política, mas, se do resultado...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Vou pedir ao Senador Mão Santa um pouquinho de paciência. Não sei se há mais gente para falar... Eu gostaria de ter um pouquinho de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – São cinco minutos pela lei, mas eu vou dar-lhe mais cinco para completar dez, que é a nota que a senhora está merecendo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Está bom. Eu lhe agradeço e lhe peço um tempo a mais, até porque acho que não há mais oradores. Pelo menos, é a impressão que eu tenho.

Então, veja bem, nós podemos todos ter esse comportamento individual ético, mas, se nossa ação política não atacar, não enfrentar o problema da erradicação da miséria, da pobreza, da fome, nós não faremos uma política ética.

Portanto, quando nós trabalhamos os fatores de desenvolvimento mais as políticas redistributivas, a soma dos fatores de desenvolvimento e das políticas redistributivas tem de resultar na erradicação da pobreza. Se não der esse resultado, ou seja, se esta equação – fatores de desenvolvimento mais políticas redistributivas – não resultar, não tiver como objetivo a erradicação da pobreza, a diminuição da miséria, nós poderemos ser políticos absolutamente éticos, mas não estaremos fazendo política ética. Nós não estaremos enfrentando, como diz a Professora Lúcia Avelar, a questão moral mais séria do mundo, que é a continuidade da pobreza.

Vimos, há poucos dias, o resultado da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio. São números fantásticos, que mostram melhorias em todos os indicadores na renda, no emprego, no acesso à água, ao esgoto, à escola. Um número significativo de crianças estão freqüentando a escola. Houve um aumento do número de universitários. Houve aumento do número do emprego, inclusive emprego formal, com carteira assinada. Houve a diminuição de parcela considerável da população que vivia na linha de miséria.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio foram muito contundentes, colocando exatamente que a questão moral mais séria do mundo está atualmente, no Brasil, em um ritmo de enfrentamento que traz um debate muito importante para nós, no sentido de uma política ética que precisa ser feita para enfrentar a pobreza e a miséria.

A própria Fundação Getúlio Vargas e outros institutos estão fazendo análises e pesquisas sobre a diminuição da pobreza. Houve, inclusive, reportagens, como recentemente a do jornal *The Economist*, da Inglaterra, que falou sobre a nova classe média, ou seja, esse contingente de milhões de brasileiros que estão conseguindo ter ascensão, mobilidade social.

Tudo isso é indicativo de que estamos conseguindo, no Brasil, uma equação mais ética para o resultado das nossas políticas de desenvolvimento e das nossas políticas redistributivas.

Quanto a esses dados significativos do Pnad, divulgados há poucos dias, referentes a 2006, que

tratam de inclusão, de distribuição, o que isso tem efetivamente a ver com o desenvolvimento?

Queria abordar elementos muito importantes.

Há pouco, vivenciamos uma crise no centro do capitalismo. A crise é nos Estados Unidos! Em outras épocas, houve crises internacionais não no centro do capitalismo, mas na Rússia e nos Tigres Asiáticos, quando a economia brasileira se esfarelou e tivemos de recorrer ao Fundo Monetário Internacional.

Na atual crise, no Brasil não houve consequências; conseguimos enfrentá-la, inclusive em plena crise do centro do capitalismo, com recorde das bolsas, com 61 mil pontos há poucos dias, 160% de crescimento no investimento externo no nosso País. Mas todos os economistas avaliam que um dos fatores principais para enfrentarmos a crise externa da economia dos Estados Unidos foi o crescimento do mercado interno, ou seja, com a ascensão e a mobilidade de milhões de brasileiros, temos hoje um mercado interno que deu guarda, que deu sustentabilidade à economia brasileira.

Portanto, esse fortalecimento do mercado interno e do consumo de massa é uma prova inequívoca de que, quando você distribui renda, você fortalece o crescimento e acaba com aquela equação, que, durante muito tempo, tentaram nos convencer, de que precisava primeiro crescer para depois dividir o bolo. Não! Há prova inequívoca de que a distribuição, a divisão mais correta e adequada da riqueza faz com que o desenvolvimento e o crescimento se sustentem. Tanto que as mudanças e as projeções positivas do PIB se dão exatamente por estes fatores: transferência de renda, valorização do salário mínimo, geração de emprego, aumento da massa salarial, inclusão bancária, expansão do crédito, ou seja, todas políticas adotadas pelo Governo Lula, que fortaleceram o mercado interno.

Há outro assunto que abordei lá e faço questão de me referir aqui: o que os dados da Pnad de inclusão e distribuição de renda têm a ver com a democracia? Por que esses dados da Pnad apontam para o fortalecimento da democracia? Porque só há democracia de fato e não apenas de direito quando ela inclui economicamente, socialmente e politicamente. Portanto, não basta, tão-somente, as classes menos favorecidas em termos de renda terem aumentado a sua renda, terem tido mobilidade, terem tido ascensão social, se as pessoas dessas classes sociais e dos setores excluídos não forem valorizados socialmente.

Aí há um conjunto de medidas adotadas mediante as políticas públicas dos últimos anos, fortalecidas e

ampliadas agora pelo Governo Lula, que promovem a valorização dos segmentos da população, inclusive aumentando a sua auto-estima.

A PNAD tem um dado fantástico: não temos mais negros e pardos que se identifiquem assim. Esse dado não aumentou na população, mas as pessoas passaram a ter coragem de assim se reconhecerem, porque as políticas públicas atualmente as têm valorizado. Inclusive, criaram cotas, tornaram-se políticas afirmativas. Portanto, quando as pessoas se sentem valorizadas, elas se assumem e atuam reconhecendo-se – e reconhecidamente – como atores dentro da sociedade.

Quando um bolsa-família se estende a mais de onze milhões de famílias e quem recebe esse dinheiro é a mulher – é a mulher, Senadora Rosalba –, isso representa um empoderamento para a mulher, significa que a mulher passa a ter voz e condições, muitas vezes, de enfrentar um marido agressor dentro de casa, porque ela se sente valorizada.

Políticas como a do cartão da transferência de renda feita para as mulheres, políticas afirmativas como o ProUni, que reconhece e valoriza nas cotas os afro-descendentes, os indígenas, a população oriunda de escolas públicas, são políticas públicas que fazem com que os excluídos, os marginalizados sejam valorizados.

Portanto, é ascensão, é mobilidade econômica, mas é também valorização social, que é muito importante. E é impossível pensarmos em democracia se não trabalharmos com a inclusão, volto a dizer, econômica, social e política de parcelas gigantescas da população brasileira que agora os indicadores começam a demonstrar.

Por último, eu queria ainda mencionar um ingrediente na questão das políticas públicas da inclusão, da valorização social que muita gente não entende. E digo sempre que nessa guerra em que estamos, nos ataques permanentes, nessa disputa acirrada entre Oposição e Governo, entre aqueles que não se conformam por não ter conseguido derrubar o Presidente Lula, com a sua reeleição, há uma coisa, Senador Eduardo Suplicy, de profunda importância para refletirmos.

Hoje, com os resultados das políticas públicas adotadas, essa soma de programas e políticas de desenvolvimento com políticas distributivas que resulta em diminuição da pobreza, ampla maioria da população brasileira – do contrário, o Presidente Lula não teria sido reeleito nem teria os índices de popularida-

de e aprovação que tem – não só enxerga que essas políticas estão melhorando a sua vida, como há um ingrediente que é absolutamente inédito no Brasil. Além de ter o resultado, além de identificar que as políticas adotadas estão melhorando a nossa vida em outras épocas, em outras ocasiões, em outros momentos políticos em que isso aconteceu havia sempre alguém fazendo por nós.

(*Interrupção do som*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a faz um bonito pronunciamento, mas bonita também está a paciência da Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu já vou concluir. A Senadora Rosalba vai me desculpar um pouquinho. Vou apenas terminar de concluir o meu raciocínio.

Portanto, essa questão de alguém fazendo por nós tem uma novidade no País, hoje, e não é só a população enxergar que a sua vida está melhorando. Há uma identidade com o Presidente Lula, que é um fator absolutamente diferenciador de outros momentos políticos, quando houve desenvolvimento com crescimento e distribuição de renda, mas não era um de nós fazendo. A população, hoje, identifica alguém como ela fazendo a política de distribuição de renda. Isso é uma questão de identidade e tem um caráter, uma incidência sobre a questão do desenvolvimento e da democracia que é absolutamente inovadora, algo que é necessário que todos avaliemos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ideli, V. Ex^a é professora e mestre. O mestre, Cristo, em um minuto fez o Pai-Nosso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É, mas não quero nem pensar em concorrer com Cristo ou me igualar a Ele.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. Concorrer, não, mas inspirar-se.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ah, inspirar, sim. Por isso, Senador Mão Santa...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a me permite?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito. A Senadora Rosalba tem uma cirurgia odontológica marcada às 20 horas.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu vou respeitar, então. Apenas quero dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito e nós vamos ouvi-lo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em meu pronunciamento, então, comentarei as observações de V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos, e o País aguarda.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Como comecei com o texto da Professora Lúcia Avelar, quero terminar também com esse texto, porque ela menciona, de forma muito clara, no seu texto, no encerramento...

(*Interrupção do som*)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Solicito que seja apensado, na íntegra, ao meu pronunciamento.

Ela diz o seguinte: sabendo que são precisos no mínimo duas décadas para que, mantendo o padrão atual de políticas voltadas para os mais pobres, podemos superar as desigualdades que são históricas e de muitos e muitos, eu diria até, séculos, haverá tolerância dos mais ricos para com essa política?

Essa é a indicação que a Professora Lúcia Avelar, porque, se quisermos consolidar essa inversão, essa inclusão, essa diminuição da pobreza, da desigualdade, precisaremos manter políticas públicas voltadas fundamentalmente para os menos favorecidos, para os mais pobres da população brasileira durante um bom tempo.

Portanto, a democracia brasileira precisará estar muito fortalecida para dar condições para que esse embate se resolva. E esse embate envolve interesses, porque, obviamente, quando alguns melhoram, alguns têm que abrir mão de alguma parte para haver redistribuição, para haver o fortalecimento da nossa democracia. E, inclusive, para ser uma democracia que combata e realmente elimine a pobreza e a miséria, para ser uma democracia efetivamente concreta, real e ética, é necessário que todas as instituições democráticas funcionem efetivamente e dêem a garantia de que as políticas públicas voltadas à erradicação da pobreza possam persistir, a ponto de termos um Brasil justo para todos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EDITORIAL

Notas sobre desenvolvimento, redistribuição e pobreza

Lucia Avelar

Pós-doutorado. Ciência política. Yale University, Y.U., Estados Unidos. Professora da Universidade de Brasília.
E-mail: lucia_avelar@uol.com.br

Resumo

As notas indicam o caminho do desenvolvimento e das políticas redistributivas como a chave para a erradicação da pobreza no país. Realçam, também, como o desenvolvimento ocorrido no passado falhou no campo redistributivo. Mostram o início de um ciclo no qual há diminuição da pobreza, especialmente como consequência dos programas de transferência direta de renda do Estado para as camadas mais pobres.

Palavras-chave

Desenvolvimento. Estado capitalista. Inserção social. Pobreza. Políticas sociais. Redistribution.

Notes on development, redistribution and poverty

Abstract

Development and redistribution, both very old issues, are the key to improve life of very poor people. The pattern of development from 1930 to 1970 fails in redistribution. The social debt in Brazil is the shameful face of the country. This notes firm a new cycle with decrease of poverty with social programs of direct income transfer from State to poor people. Social inclusion is more than income, but it is the first step.

Keywords

Development. Capitalist state. Social inclusion. Poverty. Social policies. Redistribution.

Inquestionavelmente, a pobreza continua sendo a questão moral mais séria do mundo contemporâneo, convivendo lado a lado com o mito da igualdade universal.

A idéia de igualdade surgiu à época do desenvolvimento do capitalismo industrial e das revoluções burguesas (século XVIII) e lentamente se disseminou pelo mundo. O ritmo das transformações econômicas foi maior que o ritmo das mudanças políticas e sociais, porque os instrumentos políticos para a materialização da igualdade não se difundiram de modo semelhante e também porque os grupos da elite do poder sempre trabalharam para a continuidade e a manutenção dos seus privilégios. Logo ficaria evidente que a conquista da igualdade é fruto não só da organização política da sociedade, mas também do Estado e de um conjunto de instituições capazes de desenvolver políticas econômicas para o efetivo desenvolvimento do país e políticas de distribuição que minorem a pobreza.*

Assim foi para um conjunto de países da Europa Ocidental, quando a conquista dos direitos embutidos na noção de uma cidadania universal foi o resultado histórico de uma luta que atravessou os séculos XVIII, XIX e XX. No caso dos países latino-americanos e africanos, como também no mundo árabe, a cidadania diferenciada, a de segunda classe, continua se perpetuando. Nesses países, não passa de um mito a idéia fortemente disseminada de que todos têm direitos iguais. O mito da cidadania universal continua obscurecendo as reais diferenças da fruição dos direitos e da riqueza.

A democracia eleitoral com a implantação progressiva do sufrágio universal foi e é crucial para a conquista de direitos, porque traz embutido o princípio da *potencialidade igualitária*, ou seja, a possibilidade de se corrigir, por meios políticos, a estrutura desigual das sociedades. Mas a

* O tema é abraçado por correntes teóricas distintas, mas todas oferecendo argumentos de natureza cognitiva na sua problematização. Ver: VITA, Álvaro da. *Liberalismo igualitário*. Tese de Livre Docência, USP, agosto de 2006.

Lucia Avelar

potencialidade igualitária é uma promessa de igualdade, e não a real igualdade. Para alcançá-la, os segmentos de menor poder têm de desenvolver os instrumentos da organização política e associativa. E, mesmo assim, os segmentos de pobreza extrema ficam excluídos da participação, porque, antes de tudo, precisam ser incorporados por meio de políticas sociais, sem o que não há sequer consciência de direitos.

Para muitos teóricos, a democracia está consolidada no Brasil. E, na perspectiva dos rituais eleitorais, de fato está. Mas é uma democracia de direito, e não de fato. É longo o caminho da luta pela democratização de uma sociedade, com mudanças que vão incorporando os grupos desprivilegiados no plano político, econômico e social. Para Tilly (2000)^{*} se tomarmos uma seqüência histórica de 1650 até hoje, os mecanismos reais de democratização só se efetivariam quando se concretizassem em políticas públicas de "igualação". E ainda são poucos tais exemplos em todo o mundo.

Oportunidade de trabalho e políticas redistributivas são os instrumentos essenciais no combate à pobreza. O direito ao trabalho escolhido livremente, um direito civil básico, até o século XIX era negado na Europa pela lei e pelo costume, sendo comuns leis que destinavam certas ocupações a determinadas classes sociais, os empregos sendo destinados a alguns conforme seu *status*, mas não a outros, em conformidade com os regulamentos locais. Mas as mudanças no mundo do trabalho que viriam com o avanço do capitalismo industrial e aquelas que emergiram na luta por direitos, no campo social e político, resultaram na inserção da maioria da população.

Contemporaneamente, no entanto, a sociedade da informação e do capitalismo globalizado enxuga as oportunidades de trabalho e cria à sua margem nichos ocupacionais restritos. Se não há governos e instituições que assumam essa realidade, não será o mercado que haverá de fazê-lo. Muito menos em um tempo mundial em que nem o socialismo nem a social-democracia se apresentam como opções, diferentemente do que ocorreu no passado. Mas, se no plano normativo não há como descartar o

compromisso moral da erradicação da pobreza, o que fazer?"

Como em outros Estados latino-americanos, no Brasil houve desenvolvimento, sem redistribuição. Desde 1930, o Estado tornou-se o motor do desenvolvimento do país, intervindo extensivamente na economia. Investiu nas empresas de infra-estrutura – recordemos a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda), da Vale do Rio Doce –, negociou investimentos estrangeiros para as empresas no Brasil, subsidiou a agricultura moderna.

A centralização fiscal ocorrida no primeiro Governo Vargas (1930-1945) foi o primeiro passo para materializar investimentos ainda maiores nas empresas estatais em seu segundo governo, de 1951 a 1954. Juscelino Kubitschek deu nova inflexão aos investimentos do Estado na economia, e os militares, especialmente entre 1968 e 1982, aprofundaram o modelo de capitalismo de Estado intervindo no controle de preços, protagonizando o crescimento do Produto Interno Bruto, controlando investimentos e poupança. O país, agora urbano, viu crescer, ao longo das últimas décadas, a pobreza metropolitana, lado a lado com aquela do grande interior.

O desenvolvimento não ocorreu apenas impulsionado pelo Estado. Alguns estados federados prescindiram do Estado central. Em primeiro lugar, São Paulo, e depois, os estados da região Sul do país. Suas economias, embora dependentes de subsídios estatais, nunca foram exatamente "economias públicas", como ocorreu em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e nos estados do Nordeste. Nesta linha, presenciamos agora o desenvolvimento dos estados do Centro-Oeste repetindo a façanha dos empresários do Sul, como se pode ver nas oportunidades de trabalho e investimento, com migrantes de áreas do Sul e do Sudeste abrindo suas fronteiras de trabalho.

O modelo de capitalismo de Estado foi contestado nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Os programas adotados tinham como alvo reverter aos padrões históricos de intervenção do Estado:

* TILLY, C. Processes and Mechanisms of Democratization. *Sociological Theory*, v. 18, n. 1, mar. 2000.

* REIS, Fabio Wanderley. "Reforma política, realismo e normas". In: "Brasil: o que resta fazer?" *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, n.3, anovVII, 2006.

Notas sobre desenvolvimento, redistribuição e pobreza

privatizar, baixar a carga tributária, subsidiar as empresas privadas e diminuir o papel da economia pública.

O primeiro governo de Lula estancou as privatizações, e, para o segundo mandato, o presidente propõe desenvolvimento com redistribuição. Como fazer para implementar o desenvolvimento? O modelo anterior de capitalismo de Estado levou o país a enormes endividamentos. Seria a parceria público-privada o modelo para o desenvolvimento, para os necessários investimentos em infra-estrutura, meio ambiente e energia, sem que resulte em pressões sobre a dívida pública brasileira? Quais países e respectivas câmaras de indústria e comércio entrariam no campo dessas negociações? E, quanto à reforma agrária, como uma necessidade social do país, de onde viriam os recursos para sua implementação?

E, do lado da redistribuição, inauguramos um ciclo de aumento de renda para os mais pobres da sociedade brasileira. Os dados do Ipea (2006)* mostram que as transferências automáticas de renda, tal como podem ser vistas na operacionalização do programa Bolsa-Família, vêm reduzindo progressivamente a pobreza no país. Ao se unificarem os cadastros dos beneficiados em diferentes programas sociais – um trabalho de esforço técnico de gestão a partir do Ministério do Desenvolvimento Social, em parceria com o Ministério da Educação, o SUS e o Ministério de Minas e Energia –, consolidou-se um canal de ligação entre o Estado e a sociedade que deverá ser utilizado para outras políticas públicas. Ao Bolsa-Família, somaram-se pensões e aposentadorias para aqueles que, como os idosos, não têm

nenhuma outra fonte de renda. Todas as ações em conjunto resultaram em melhoria de vida, principalmente para os pobres que vivem fora das áreas metropolitanas.

Do lado político, os programas de transferência direta de renda retiram poder das oligarquias e minam as bases clientelísticas do poder tradicional, local e regional. Em vez de esses recursos irem para as mãos dos políticos que negociam as transferências, agora a população tem de responder às exigências do Estado, cumprindo os acordos implícitos no Programa. Por aí, há esperanças de inserção social no país.

O que é inserção social? É distribuir riqueza, o que significa que uns perdem para que outros melhorem; é o reconhecimento, pela sociedade, de que o pobre é um cidadão e legítimo receptor de parte da riqueza produzida; é reconhecimento de que parte imensa da população vive em situação de vergonha social; é mudar o padrão autoritário de relacionamento entre ricos e pobres; é protesto ativo, uma sociedade com mais conflitos, porque novos atores demandam direitos; é, também, uma sociedade com a utopia da igualdade. Sabendo que são precisos no mínimo 25 anos para que, mantendo o padrão atual de políticas voltadas para os mais pobres, tenhamos um perfil social menos desigual, haverá tolerância dos mais ricos com esta política?

Com desenvolvimento e redistribuição, igualdade como princípio norteador, estaremos na via do combate à pobreza, após meio século de estudos apontando o vergonhoso perfil da nossa estrutura social.

* Ipea, *Textos para Discussão*, nº 1.201, 2006.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB - PI)

– Cumprimentamos V. Ex^a. O seu pronunciamento foi altamente valorizado, quando citou para o País a presença, no XIX Fórum Nacional de Desenvolvimento, do Economista João Paulo dos Reis Velloso. Sem dúvida, basta o Presidente Luiz Inácio se inspirar em João Paulo dos Reis Velloso para justificar que este Senado tenha dispensado a Secretaria de Planejamento. Quando Ministro do Planejamento nos anos da Revolução, ele foi a luz que guiou e iluminou o desenvolvimento deste País, fazendo o primeiro e o segundo PND. E, mais ainda, Senador Raupp, esse piauiense de Parnaíba deu o exemplo: vinte anos de mando, sendo luz e esperança. Nenhuma indignidade, nenhuma corrupção, nenhuma imoralidade. Sem dúvida, basta isso para justificar aquele enterro, por parte do Senado, da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo. Basta consultar os fóruns, hoje em número de dezenove, feitos pelo maior planejador e economista do País, João Paulo dos Reis Velloso.

Por cessão do Senador Valdir Raupp, usa da palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)

– Senador Mão Santa, que preside esta sessão, agradeço ao Senador Valdir Raupp, que permitiu que falássemos antes. Sr^as e Srs. Senadores, venho a esta tribuna prestar uma homenagem especial a uma cidade do Rio Grande do Norte, do semi-árido, que, ontem, dia 30 de setembro, comemorou, mais uma vez, a data maior dessa terra – a cidade de Mossoró.

É natural, Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, que as cidades tenham como sua data cívica maior o aniversário da cidade, mas, em Mossoró, é diferente. É a única cidade do Brasil – talvez do mundo – que faz a sua maior festa na data da liberdade. Cinco anos antes da Lei Áurea, o povo mossoroense libertou os seus escravos, numa ação da sociedade, com a participação decisiva e efetiva da maçonaria. A cidade comemora este feito a cada ano. O povo da cidade tem dentro de si, no seu coração e na sua mente, esse instante como glorioso e orgulhoso para a terra, que é a liberdade.

A cada ano, no dia 30 de setembro, toda a cidade está nas ruas, assim como a população das cidades vizinhas, que vem da Capital, do Seridó, de todo o Estado do Rio Grande do Norte e dos Estados vizinhos, como Ceará, bem pertinho, de Aracati, mas também de Fortaleza e da Paraíba. Todos vêm para assistir, nesse dia maior, o cortejo cultural e cívico. São mais de três mil pessoas, entre crianças, jovens e idosos, pessoas de todas as idades. Há representação das instituições educacionais, há representação dos grupos folclóricos,

há representação das crianças e das mais diversas modalidades, da Igreja, da maçonaria. Todos estão presentes nas ruas para cantar a liberdade.

Em setembro, Mossoró comemora a liberdade, não apenas no dia 30. Ontem, tive a oportunidade de participar, mais uma vez, de uma sessão magna da maçonaria, uma sessão branca, quando, neste momento, se reflete, se enaltece a liberdade não apenas como uma palavra, mas como algo que precisa ser cultuado a cada instante, bem cuidado, porque, se antes lutamos por antigas liberdades, como a abolição da escravatura, hoje temos, a cada instante, de lutar por novas liberdades.

É no Seminário de Novas Liberdades que as universidades da cidade, que os estudantes se unem para debater, para discutir as novas liberdades, que passam pelo caminho da educação, que passam pela saúde para todos, que passam pela oportunidade a nossa juventude, aos trabalhadores, do respeito ao trabalho no campo. São novas liberdades que temos, a cada instante, de defender. De igualdade na luta das mulheres, de fraternidade entre os homens e as mulheres, entre as famílias, a liberdade que passa pela paz, de não à violência.

Então, essa cidade tem essa característica que me deixa realmente encantada. E para tornar esse fato mais presente na consciência, no ideal do povo mossoroense, começamos, ainda na nossa administração, e já pelo nono ano consecutivo, um grande espetáculo teatral ao ar livre, em praça pública, contando esse fato da abolição da escravatura e associando outros fatos que aconteceram na cidade e que falam de liberdade, como o primeiro voto feminino, como o motim das mulheres, que se rebelaram para que seus maridos e seus filhos não fossem arrancados da cidade para uma guerra que elas não sabiam. As mulheres, desde então, diziam que não fazemos filhos para a guerra; fazemos filhos para a paz.

Outro episódio que fala de liberdade e que é contado nesse grande espetáculo ao ar livre e que esteve presente nessa Semana da Liberdade na cidade de Mossoró é a resistência ao bando de Lampião, o povo que se uniu, combateu e não permitiu que Lampião dominasse a cidade.

Se Mossoró, ontem, no dia 30, nessa grande festa e durante todo o mês, teve tantos momentos para engrandecer as lutas libertárias, o pioneirismo das cidades, a quebra das correntes da abolição, o respeito para que o negro não pudesse ter também os mesmos direitos de todos porque é um ser humano, é filho de Deus, se nós mossoroenses estivemos comemorando mais essa data é porque o povo de Mossoró não vai, de forma alguma, em tempo algum, cansar

de repetir “liberdade, liberdade”, Senador Mão Santa, a cada instante.

Vamos lutar, porque, no Brasil, a democracia passa pela liberdade, pela cidadania, e cidadania não se faz sem ter liberdade. Dessas novas liberdades pelas quais agora estamos lutando e que queremos para o nosso povo, que é a liberdade do direito à educação por igual, desde os pequenininhos até a universidade, que resgata porque, sim, é o caminho da educação que transforma, que poderá resgatar tantos brasileiros que se encontram na pobreza. É o caminho da educação que abre os horizontes para que os nossos jovens possam ser grandes homens e grandes mulheres, sempre cantando, defendendo e abraçando a liberdade como um lema maior, uma ação maior, um dogma de fé, em defesa da sua cidade.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permite-me um aparte, Senadora?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não, Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senadora, estava ouvindo o seu discurso lá fora. Vim aqui para dar apoio à sua fala, dizendo da minha satisfação de ver a sua luta constante. Mas, ao mesmo tempo, dá vontade de desistir às vezes, porque, ao mesmo tempo em que senhora e outros de nós lutamos tanto pela educação, este Senado, Senador Mão Santa, dá um exemplo trágico: acabo de saber, talvez até nem seja verdade, que o Senador e nosso colega Almeida Lima foi escolhido relator na Comissão de Ética do processo do Senador Renan Calheiros! Isso é um tapa na cara da opinião pública. Isso é como colocar o advogado de defesa na posição de juiz. Que falta de respeito deste Senado com a opinião pública deste País! Em vez de escolher alguém que passe a idéia de isenção, colocam alguém que, mesmo que venha a ser isento, não vai passar essa opinião; colocam alguém que, pelo que tudo indica, já está com seu relatório pronto. Considero isso um gesto do Senado que desfaz discursos, como o da Senadora, em nome da educação. Confesso que, quando tomei conhecimento disso, não acreditei. Espero ainda que mudem isso. Mas a menor palavra é que é uma vergonha. É um tapa na cara da opinião pública. Desculpe ter usado um aparte para falar disso, Senadora Rosalba, mas é que tem tudo a ver com a educação. Não vai haver um bom projeto de educação neste País enquanto o Senado não for uma Casa educadora. E hoje o Senado não está sendo uma Casa educadora quando toma decisões como essa.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador, pelo seu aparte. Já que estamos falando de liberdade, não podemos cercear a liberdade do povo, que está se indignando. Em cada recanto em que se

caminha, pelo que sei, por outros Estados, por outras cidades, se tem ouvido: o povo quer ética, o povo quer moral na política, para poder confiar, acreditar naqueles que elegeram para bem representá-lo.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezada Senadora Rosalba, primeiro gostaria de congratular-me com V. Ex^a e com o Município de Mossoró pela comemoração de sua luta por liberdade, liberdade, liberdade. Diante da observação do Senador Cristovam Buarque, gostaria de expressar que há de fato um sentimento muito forte, hoje, da população brasileira, que está atenta aos passos que estamos dando no Senado Federal. Inclusive, quando usar da palavra no dia de hoje, vou me referir à nossa instituição, que precisa dar passos na direção daquilo que o Senador Cristovam Buarque, ainda hoje e em outros pronunciamentos, tem dito. Precisamos não desistir, Senador Cristovam Buarque. E sei que V. Ex^a jamais vai desistir. V. Ex^a estará sempre à frente da batalha, inclusive conclamando as pessoas nas ruas para reagir e dizer das coisas importantes em defesa da educação, da liberdade e da democracia, mas também em defesa desta Instituição, para que ela jamais desaponte o povo brasileiro. Se erros aqui foram cometidos, precisamos dar os passos para corrigi-los. E alguns nós estamos dando, como na votação do projeto de resolução que tornará abertas as sessões que até há duas semanas eram fechadas. Mas precisamos ir mais além. No que diz respeito à escolha que fez o Presidente Leomar Quintanilha do Senador Almeida Lima, precisamos lembrar, Senador Valdir Raupp, que o Conselho de Ética é formado por quinze Senadores e que cabe ao Presidente a responsabilidade da escolha do Relator. Ele tem a liberdade de fazer a escolha. E, pelo que aconteceu nos últimos meses, V. Ex^a tem uma avaliação, e eu também, de que o procedimento do Senador Almeida Lima tem sido de defesa quase que entusiasmada, como de um advogado – ele inclusive o é – do Senador Renan Calheiros. Mas a expectativa de todos nós do Conselho é que ele aja com isenção, com equilíbrio, com responsabilidade. Se porventura ele assim não proceder, cabe a todos nós outros, membros do Conselho de Ética, assim agir. O Conselho de Ética é um colegiado de quinze membros. Se alguns ali procederem de uma maneira parcial, então a responsabilidade de todos nós outros é de proceder com toda isenção. Temos, regimentalmente, num órgão colegiado, a possibilidade de fazê-lo, de chamar a atenção, de inclusive apresentar um relatório em separado. Mas é claro que caberá ao relator designado proceder com toda isenção. Isso é o que precisamos

esperar de quem tem a responsabilidade de ser designado. Sou membro-titular do Conselho de Ética. E não fui consultado sobre se gostaria ou não de ser relator. Li na imprensa que o Presidente do Conselho de Ética estava tendo diversas recusas de Senadores para assumir a função. O que lhe posso assegurar, Senadora Rosalba, é que não fui consultado...

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Eu gostaria de poder concluir o meu pronunciamento.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas quero concluir, então, em respeito a V. Ex^a. Acho importante que o Município de Mossoró tenha essa fibra, essa tradição de luta por liberdade aqui expressa por V. Ex^a.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Obrigada, Senador Suplicy.

Para finalizar, eu gostaria aqui de deixar a minha homenagem especial a todos os mossoroenses que no passado fizeram essa história e aos de hoje, que cultuam a nossa história e as nossas tradições. Somente poderemos escrever páginas glorioas se tivermos o conhecimento e pudermos, cada vez mais, valorizar os fatos gloriosos, pioneiros, da nossa vida, da vida do nosso povo, do nosso Brasil, da nossa gente.

Deixo aqui a Mossoró, terra da liberdade, e a seu povo – e dirijo-me à Sr^a Prefeita Fátima Rosado, que administra essa cidade e vem dando continuidade a todos esses eventos, que nós ampliamos e intensificamos no debate, na homenagem, na valorização da liberdade –, o nosso abraço caloroso.

Mossoró, terra da liberdade, merece todo o nosso respeito, admiração e aplauso pela coragem e pioneirismo. E que continue assim, cultuando e valorizando a liberdade, para que possamos fazer mais cidadania.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos à Senadora Rosalba Ciarlini.

Na história de Mossoró, que é um orgulho para todos nós brasileiros e nordestinos, há seis grandes momentos: primeiro, a liberdade do negro; segundo, o freio à impetuosidade do cangaceiro Lampião; terceiro, quarto e quinto momentos, a eleição de V. Ex^a como Prefeita daquela cidade; e o sexto, Senadora, os abraços e a admiração do povo do Piauí a Mossoró.

Convidamos para usar da palavra esse extraordinário Líder do PMDB, Valdir Raupp, do Estado de Rondônia.

V. Ex^a pode usar o tempo que lhe for conveniente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu me pautarei dentro do tempo regimental, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, gostaria de parabenizar as secretárias de todo o Brasil, porque hoje é o Dia da Secretária. Elas ficam ali na linha de frente e, muitas vezes, vão noite adentro para segurar as pontas nos gabinetes de todos os executivos, de todos os políticos. Na ante-sala de todos aqueles que têm um gabinete, existe uma secretária para fazer esse trabalho de secretaria. Então, nossos parabéns e nossas homenagens a todas as secretárias de todo o Brasil.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o Brasil tem convivido, nos últimos tempos, com uma situação extremamente preocupante: o aumento contínuo das estatísticas de violência em nossas cidades. Furtos, roubos e homicídios ocorrem à luz do dia, sem que providências eficazes sejam tomadas pelas entidades governamentais. A criminalidade, que antes se concentrava nas capitais e nas regiões metropolitanas, invadiu também o interior, roubando das famílias brasileiras a paz e a tranquilidade que sempre tiveram.

Segundo o Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, estudo realizado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura, o número total de homicídios no Brasil aumentou 48,4% entre 1994 e 2004, período em que a população brasileira cresceu apenas 16,5%. Vejam só a disparidade. Com uma taxa total de 27 homicídios para cada 100 mil habitantes, o Brasil ocupa a 4^a colocação no ranking dos países mais violentos do mundo.

Essa situação se repete no meu querido Estado de Rondônia. Segundo o Mapa da Violência, Rondônia passou da 6^a para a 4^a colocação no ranking dos Estados mais violentos do Brasil, ostentando uma taxa de 38 homicídios para cada 100 mil habitantes, número superior à média brasileira.

Sinto-me até constrangido. Sinceramente, eu não gostaria de estar aqui neste momento fazendo este pronunciamento. No entanto, se começarmos a esconder aquilo de ruim que ocorre em nosso Estado, em nosso País, não vamos ter solução nunca. E não poderemos cobrar que as autoridades, sejam federais ou estaduais, se preocupem mais com essas barbáries que vêm ocorrendo em nosso País, em nosso Estado.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, na população entre 15 e 24 anos, a taxa de homicídios verificada em Rondônia é de 58,3 a cada 100 mil habitantes, número também superior à média nacional.

A realidade não se mostra menos dramática quando consideramos as estatísticas de morte por acidentes de trânsito e por armas de fogo.

Entre 1994 e 2004, Rondônia pulou da 12^a para 9^a colocação entre os Estados onde mais se morre no trânsito. Quanto às mortes ocasionadas por arma de

fogo, o Estado detém a taxa de 25 mortes a cada 100 mil habitantes, número superior à média nacional, que é de 20,7 mortes a cada 100 mil habitantes.

Esses números estarrecedores foram confirmados pelo Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entidade que congrega pesquisadores e policiais. Trata-se de uma coletânea inédita de dados de segurança pública, obtidos junto às Secretarias de Segurança das diversas unidades da Federação, que foi divulgada no mês passado. O grande objetivo do trabalho é chamar a atenção da sociedade e do Governo para o crescimento da violência no Brasil.

Entre os diversos dados estampados no Anuário, chamou-me a atenção a quantidade de homicídios dolosos praticados em Rondônia. Em 2005, foram 446 homicídios, o que perfaz uma taxa de 29,5 assassinatos a cada 100 mil habitantes, número superior à taxa registrada no Estado de São Paulo, de 18,21 homicídios a cada 100 mil habitantes. No quesito roubo em residência, Rondônia registrou uma taxa de 42,74 roubos por 100 mil habitantes, número muito superior ao verificado no Rio de Janeiro, de 11,53 roubos a cada 100 mil habitantes.

Analizando todas as outras categorias de violência pesquisadas, a conclusão a que cheguei foi uma só: a violência alastrase em Rondônia e alastrase no Brasil.

Dante de uma realidade tão grave, Sr. Presidente, não podemos ficar parados. É preciso agir, e agir já, para reverter essa situação tão dramática que, dia após dia, ceifa a vida de milhares de cidadãos rondonienses e brasileiros.

O combate à violência precisa ser tratado como prioridade nacional. Precisamos investir pesadamente em segurança pública, aparelhando nossas polícias, investindo nos serviços de inteligência e valorizando os policiais. Essa tarefa não é exclusiva dos governos estaduais! É preciso que o Governo Federal cumpra o seu papel. A situação em Rondônia é preocupante e não pode ficar como está. Sendo assim, faço um apelo ao Governo do Presidente Lula e ao Governador do Estado de Rondônia, Ivo Cassol, para que invistam mais pesadamente na segurança pública de Rondônia. Nossa povo conta com a ação dos governantes, e tenho certeza de que eles não faltarão com as ações necessárias para o combate à violência.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pois não, nobre Senador Eduardo Suplicy. Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a chama atenção para o alto grau de criminalidade que,

infelizmente, ainda caracteriza o Brasil, Rondônia, e eu gostaria de registrar que, lamentavelmente, a minha cidade de São Paulo foi considerada, pelo mesmo estudo das Nações Unidas, uma das cidades mais violentas no mundo, com um aumento muito significativo do grau de criminalidade. Então, é muito importante que, de fato, venhamos a dar prioridade a medidas que possam assegurar maior grau de segurança para todos na sociedade. Nos últimos dias, houve um episódio na Serra da Cantareira, na grande São Paulo, no qual um rapaz que, diversas vezes, foi detido e colocado no hospital psiquiátrico, entretanto, de lá saiu algumas vezes e fez inúmeras vítimas. E constatou-se que o hospital psiquiátrico não estava tendo condições adequadas para a recuperação de seres humanos, ainda mais em situações tais como a daquele moço. Avalio, Senador Valdir Raupp, que mais e mais precisamos caminhar na direção de aperfeiçoarmos os sistemas que venham a dar dignidade e liberdade real a todos os seres humanos no Brasil. O Senador Mão Santa lembra-se de um diálogo que, por vezes, temos tido: em 1516, Thomas Morus observou, diante da criminalidade que acontecia na Inglaterra, que, ainda que lá tivesse sido aplicada a pena de morte, muito mais eficaz do que infligir esses castigos horríveis a quem não tem outra alternativa senão a de, primeiro, tornar-se um ladrão para daí ser transformado em cadáver, é assegurar-se a sobrevivência a todas as pessoas. Então, acredito que esse ensinamento ainda permanece válido. O Governo do Presidente Lula avança nessa direção. Mas nós vamos avançar com maior eficácia no dia em que instituirmos – além das diversas medidas de segurança, que se compõem obviamente de diversos instrumentos – uma renda básica com direito a cidadania a todos os brasileiros e brasileiras. Cumprimento V. Ex^a por estar trazendo essa preocupação, inclusive no que diz respeito ao seu Estado de Rondônia. Quem sabe possa o Governador Ivo Cassol, juntamente com os prefeitos de Porto Velho e de todas as cidades do Estado de Rondônia, pioneiramente instituir – porque já é lei e ela será instituída por etapas, começando pelos mais necessitados até que todos venham a tê-la – uma renda básica de cidadania. Quando V. Ex^a quiser, porventura, debater esse tema em seu Estado, pode me convidar que ali irei com prazer.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado pela intervenção. Peço à Mesa que incorpore o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, esses dados são lamentáveis – e eu não concordo com algumas estatísticas – porque São Paulo, Rondônia e até mesmo o Rio de Janeiro não são os Estados mais pobres do Brasil. Rondônia é o 14º Estado brasileiro em IDH. Isso demonstra que não

é o Estado mais pobre do Brasil. No entanto, está em quarto lugar no índice de criminalidade e violência.

Então, acho que está faltando mais investimento, seja do Governo Federal, seja do Governo do Estado e dos governos municipais, que não trabalham muito nessa área de segurança, mas poderão, sim, contribuir para que o índice de criminalidade seja diminuído.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nós nos congratulamos com o grande Líder Valdir Raupp por trazer a verdade sobre a criminalidade.

Também queremos cumprimentar as autoridades que deram a S. Ex^a esse dado, porque, no Piauí, um delegado muito corajoso, que é vereador do PT, disse que são maquiadas as estatísticas. A realidade é quatro vezes maior do que dizem as estatísticas. Esse delegado, Jacinto Teles, fez um trabalho dando endereço, nome e hora. Então, o Estado de V. Ex^a está respaldado no quadro verdadeiro.

No Piauí, o próprio delegado – ele é um delegado líder de classe –, que é vereador do PT, denunciou que o Governo coloca estatísticas facciosas para dizer que tudo vai bem. Hoje mesmo, viajei com um engenheiro da Volkswagen apavorado pelos dias que passou em Teresina, nossa capital das noites.

Infelizmente, constrangido, quero dizer que isso é uma epidemia nacional. No meu Piauí, quando governamos, tínhamos tranqüilidade, mesmo como cidadão comum, para andar. Isso é uma epidemia.

Convidamos, como último orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy, do PT pelo Estado de São Paulo.

Está escrito no Livro de Deus que os últimos serão os primeiros. Então, V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, é o primeiro em virtude do seu Partido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Caro Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Senador Valdir Raupp, Srs. Senadores, preocupei-me, no último sábado, ao ler algumas declarações na imprensa, pois acredito que a nossa instituição, o Senado, só se fortalecerá se os Senadores extinguirem o chamado fisiologismo e votarem sempre de acordo com o que acreditam ser o interesse público.

Os episódios recentes ocorridos no Senado Federal e as declarações de alguns Senadores e alguns Deputados solicitando do Governo, explicitamente, um terço novo, um chinelo novo, uma roupinha de franciscano para votar em projetos apresentados pelo Executivo demandam uma reflexão firme por parte dos Senadores.

Com todo respeito, claro, pela opinião dos Senadores que têm dito isso, nós todos viemos para esta Casa eleitos pelo povo, com o propósito de defender proposições e os interesses maiores da população e

da Nação brasileira, tendo em vista os programas e as diretrizes que nossos respectivos partidos e nós mesmos defendemos quando éramos candidatos.

O Senado não pode se transformar em uma instituição onde os votos de cada Senador, a cada proposição, estejam a depender do atendimento de favores e interesses pessoais de cada um, ao invés de estarmos olhando para o interesse público.

É necessário resgatarmos a dignidade do Senado Federal. É fundamental que digamos, todos, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que cada Senador está tomando decisões sobre como votar em cada proposição não porque o Governo designou qualquer nome de sua indicação para a Administração Pública ou porque foram liberados recursos para tal ou qual emenda apresentada, mas, sim, em função do que é o melhor para o povo e para o Brasil.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a sabe que eu aqui me referi a palavras que foram ditas pelo Senador Wellington Salgado na sexta-feira e publicadas no sábado. Tenho tido uma relação de respeito e de amizade com ele, tivemos, às vezes, até algumas diferenças de opinião, mas eu gostaria de externar aqui – gostaria que ele estivesse aqui – com fraternidade... Nós somos colegas aqui, mas é preciso que tenhamos a liberdade de expressar um sentimento.

Então, Senador Valdir Raupp, como Líder do PMDB que é, quero muito lhe dar esse aparte, que me honra, por causa dessa reflexão que fiz sobre opinião de um colega nosso. Inclusive, ontem, saiu na imprensa a declaração de um Deputado, que mudou do Democratas para o PR, dizendo que no Congresso Nacional o que se troca são favores. Ele usou até uma expressão que eu nem quero aqui utilizar, mas que em nada honra o Congresso Nacional. Eu gostaria, porque aprendi a agir assim, de afirmar que não podemos agir desta maneira.

Concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, temos, realmente, de acabar com a prática da infidelidade partidária. Sou favorável – voto cem vezes a favor, se for necessário – a se instituir, no Congresso Nacional e na política nacional, a fidelidade partidária.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Que já decidimos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o voto de V. Ex^a e o meu. Falta agora votarmos em plenário a Proposta de Emenda à Constituição que requer, tanto dos membros do Executivo quanto do Legislativo, que, uma vez eleitos pelo seu Partido, permaneçam nele ao longo do mandato. Nisso, avançamos em relação ao que votou a Câmara dos Deputados.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Acredito, nobre Senador, que isto é uma questão de tempo. Vamos instituir a fidelidade partidária no Brasil. A respeito do que o Senador Wellington Salgado de Oliveira falou, eu me sinto, como Líder da Bancada do PMDB, no dever de fazer uma defesa. Acho que foi força de expressão quando ele usou o termo franciscano. Se olhássemos no passado, o PT já foi um Partido franciscano, já foi um Partido pobre, sem recursos, sem Governo, sem cargos. Hoje, o PT é um Partido rico: rico de dinheiro, dos seus diretórios estaduais e do diretório nacional, rico de cargos, pois tem o Presidente da República, Prefeitos, Governadores, com cargos à vontade em todo o Brasil. Acho que, quando o Senador Wellington Salgado de Oliveira se referiu à Bancada franciscana...

(Interrupção do som.)

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. S. Ex^a se referiu à Bancada franciscana do PMDB em razão de o PMDB estar no núcleo do Governo, na coalizão, para ajudar a governar. Por isso, também se deve dar ao Partido responsabilidades. Evidentemente, cabem ao PMDB Ministérios, assim como alguns cargos de empresas estatais, pelo tamanho e pela importância do Partido. Em qualquer lugar do mundo, é salutar que um partido de coalizão, como o PMDB, que é um Partido grande que tem a maior Bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, esteja no centro do Governo e também participe do Governo. Creio que o Senador Wellington Salgado se referiu, mais ou menos, a essa questão nesses termos e não no sentido de que se deveria distribuir para cada Senador alguma coisa, algum cargo pessoal. O Senador Wellington nem tem pedido cargo. Verdadeiramente, o Senador Wellington Salgado não tem uma indicação de cargo no Governo. Era isso, Senador. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Valdir Raupp, eu gostaria de dizer-lhe que fui Deputado Estadual por quatro anos, Deputado Federal por quatro anos, fui Vereador e sou Senador desde a minha primeira eleição em 1990, muitas vezes na Oposição, e, nos últimos cinco anos, na Base de Apoio ao Governo do Presidente Lula.

Não me lembro de, em qualquer ocasião, ter tido qualquer tipo de diálogo com Presidentes e Ministros de governos anteriores, quando eu era da Oposição ou durante o tempo do Governo do Presidente Lula, para cogitar votar uma matéria, senão por aquilo que constitui a visão que sempre defendi do interesse público, de defesa da Nação brasileira, do povo brasileiro.

Posso ter divergências, mas avalio que o voto nunca pode ser em razão de designação de nomes,

de designação de liberação de recursos e assim por diante. E é isso que eu gostaria de ver a instituição Senado Federal tendo como sua característica. Foi isso que eu quis afirmar, Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Posso fazer mais um pequeno aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Eduardo Suplicy, quero dizer também que o PMDB, no primeiro mandato do Presidente Lula, nunca faltou com o apoio à governabilidade e ficou dois anos sem ter ministérios. Foram dois anos sem estar na base do Governo institucionalmente, mas sempre votando rigorosamente com aqueles projetos de interesse do País. No segundo mandato do Presidente Lula, também começou da mesma forma. Não é por cargo que o PMDB tem votado. E, se o PMDB votou, foram apenas duas vezes. Eu sou Líder desde o início do ano e o PMDB só encaminhou duas vezes, este ano, votações contra matérias de interesse do Governo. E quase que a casa cai. Nesta última mesmo... A primeira, como era uma matéria mais simples, foi a pedido dos Governadores que encaminhei o voto contrário, e o Governo perdeu por 12 votos. Agora, a diferença foi maior, porque outros Partidos da Base do Governo, como o PP e o PDT, também votaram contra, por entenderem que era uma matéria indigesta, difícil de ser votada, que criava 650 novos cargos. E só porque o PMDB votou a segunda vez, este ano, contra o Governo, quase que a casa caiu. Imagine, Presidente Mão Santa, se o PMDB estivesse votando sistematicamente contra o Governo durante todo o primeiro mandato e no segundo mandato do Presidente Lula. Eu acho que teria caído o País, a Nação, e não a casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Com respeito à votação da semana passada, eu dialoguei com o Senador Valter Pereira, em cujo parecer a ênfase dada foi a de que avaliava que não deveria ser por medida provisória a criação da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo. Acho que há uma legitimidade nessa argumentação, e a minha sugestão é que possa o Presidente Lula, até em função desse argumento, apresentar a proposição na forma de projeto de lei e sempre dando preferência ao projeto de lei, porque avalio que o Congresso Nacional terá toda a disposição de fazer tramitar com rapidez e urgência projetos de lei.

Tudo aquilo que puder vir por projetos de lei será mais bem recebido e acho que esse episódio poderá ser superado se assim for o desígnio do Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Suplicy, eu estava observando o pronunciamento escrito de V. Ex^a: foi um dos mais belos feito nesta Casa. Eu pedi até a lembrança ao nosso Secretário, José Roberto, que é um intelectual, sobre o local em que Abraham Lincoln proferiu aquele discurso no cemitério de Gettysburg. Ele disse que não tinha nada a dizer porque, em ligeiras palavras, o terreno já era santificado com a vida daqueles que pela liberdade fariam sempre lembrar que aquele regime não poderia morrer. A democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo.

O pronunciamento escrito de V. Ex^a foi desse nível e oportuno. Eu não poderia, uma vez que se falou em São Francisco, o meu nome é Francisco, o nome do meu filho é Francisco e São Francisco é aquele que mudou a Igreja. Há 800 anos, a Igreja era coisa de rico. Ele levou a Igreja aos pobres. Tendo sido antes rico, soube compartilhar sua riqueza com os pobres. Daí ser seguido. E é uma grande crença no Nordeste. Fui a Assis, onde vi a capelinha que ele ergueu e, hoje, tem uma Basílica. A minha mãe era Terceira Franciscana. E acho que, para falar de São Francisco, este Senado é abençoado. Temos um Terceiro Franciscano, Pedro Simon. Pedro Simon fez voto de pobreza. No Nordeste há uma grande fé em São Francisco. A Canindé, no Ceará, ele foi da capital Fortaleza a pé, calçando sandálias e de marrom. E, recentemente, estivemos lá a convite dos líderes cearenses, do Prefeito, para inaugurar a estátua.

Mas eu queria dizer que a minha cidade Parnaíba disputa com Francisco Canindé as festividades, porque, nesta cidade, nasceu um convento em 1940, e os primeiros capuchinhos europeus: Frei Heliodoro, Frei Marcelino Milão, Frei Valentin, Frei Inácio; depois, os brasileiros mesmos, como, recentemente, tivemos o Frei Barbosa, que está lá em Juazeiro, pregando, que é uma cidade também cristã, e o Frei Nilton. De tal maneira que a procissão de Canindé, ou na cidade de Parnaíba, tem mais de cem mil pessoas. É um fato raro. É bem maior do que a da padroeira.

Então, aproveito também aqueles que têm fé em São Francisco ou vão a Canindé ou na nossa cidade, Parnaíba, que tem no bairro São Francisco, outra capela de São Francisco. E é uma devoção que traduz a força cristã do Nordeste.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Se V. Ex^a me permite, quero cumprimentá-lo pela sua saudação a São Francisco, o santo de seu nome, Senador Francisco Mão Santa, e também expor o quanto considero importante que não seja mal interpretada a declaração de São Francisco, que diz “é dando que se recebe”, que tem um outro sentido que não aquele que

uma vez o Deputado Roberto Cardoso Alves – que era um dos líderes do chamado “centrão” na Constituinte – observou, mas de uma maneira que não é a mais adequada. Ou seja, V. Ex^a acaba de mencionar o Senador Pedro Simon, este que tem sido um exemplo de seriedade na história do Senado Federal, colega de seu partido, nosso colega, e que pode mostrar perfeitamente como neste Senado pode-se votar sem qualquer sentido – ele, que franciscano é em suas atitudes, jamais esteve dizendo ao Presidente da República que votaria em uma ou em outra matéria se tivesse havido uma espécie de favor pessoal, seja designação de nome, seja liberação de verba para emendas que tivesse apresentado. Espelho-me nesse exemplo que V. Ex^a citou para aqui defender o Senado Federal.

Permita-me, Presidente Mão Santa, que eu peça desculpas aqui publicamente por um episódio ocorrido hoje. Eu estava com tanta vontade de chegar aqui e falar essas breves palavras da tribuna do Senado que, ao chegar ao aeroporto, diante do balcão da TAM, às 13h20, momento em que estava já fechando o vôo que me faria chegar aqui às 16 horas, vi o balcão de despacho de bagagens livre e perguntei ao senhor se poderia me atender e ele me disse que sim. Quando me dei conta, havia outras pessoas na fila, do lado direito e esquerdo, que reclamaram e inclusive o jornalista Lucas Ferraz, da *Folha*, observou e me perguntou se eu não estava vendo que havia ultrapassado a fila.

Pois bem, peço desculpas àquelas pessoas por ter feito isso, dada a pressa com que estava e quero dizer do meu propósito de sempre respeitar os direitos iguais de todos os cidadãos brasileiros. Se cometi a falha hoje, peço desculpas, porque V. Ex^a sabe que todos nós, Senadores, a cada momento, como representantes do povo, estamos sendo observados nos mínimos detalhes de nossa vida, em qualquer lugar, seja aqui dentro do Senado ou onde estivermos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a, embora sendo do PT, é um franciscano. Francisco andava com a bandeira “Paz e Bem”. Essa é uma demonstração...

E Francisco, o Santo, disse: “Senhor, faça-me instrumento de vossa paz. Onde houver ódio, que eu leve o amor; dúvida, a fé; erro, a verdade; desespero, esperança”. Então é essa a imagem que todo o Nordeste tem. E V. Ex^a, a exemplo de São Francisco, que compartilhou as suas riquezas com os mais pobres, é preocupado em compartilhar as riquezas do Brasil com os mais pobres.

Embora de Partidos diferentes, reconheço essa sua virtude, e V. Ex^a é um dos que mais se aproxima do nosso verdadeiro franciscano, que pode interpretar como sendo Pedro Simon, que, na sua pobreza, enriquece o meu Partido, o PMDB, e a democracia brasileira.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – É um exemplo para nós.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E não esqueçamos que Francisco levava a sua bandeira “Paz e Bem”, e a nossa é “Ordem e Progresso”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Mário Couto, Sérgio Guerra e Flexa Ribeiro enviaram discurso à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, a PEC nº 487, de 2005, está pronta para votação no Plenário da Câmara e já recebeu quase vinte requerimentos de Deputados solicitando sua inclusão na pauta da Ordem do Dia.

Trata-se de uma matéria que regulamenta a autonomia da Defensoria Pública, nos moldes da autonomia do Ministério Público.

Com a aprovação da emenda, a Defensoria Pública da União e a do Distrito Federal poderão planejar os recursos a partir das necessidades de seus serviços.

O texto da Emenda Constitucional nº 45, da Reforma do Judiciário, além de apresentar um grande progresso para a nossa Democracia, criando o Conselho Nacional de Justiça, também consagrou os instrumentos fundamentais para estruturação das Defensorias Públicas. Esses instrumentos são as suas autonomias administrativa e financeira.

A Emenda 45 conferiu às Defensorias Públicas dos Estados a sua autonomia. Foi o primeiro grande passo para a democratização do acesso à Justiça.

Mas a realização plena do acesso de todos à Justiça só será conferida após aprovação e sanção da PEC nº 487. Aí sim, a Carta Magna será cumprida.

A Constituição Federal reza que todo brasileiro ou estrangeiro possui o direito fundamental de acesso à Justiça, mesmo que não tenha recursos para pagar advogado particular (art. 5º, inciso LXXIV); assim o Estado Brasileiro tem o dever de garantir a assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita por meio da Defensoria Pública, criada para realizar esses trabalhos – que são gratuitos e abrangem, de uma simples consulta a uma propositura e defesa em ação judicial.

Em meados de agosto passado, fiz um pronunciamento em plenário, registrando o importante trabalho realizado pelas Defensorias Públicas que já estão estruturadas nos Estados.

Naquele pronunciamento dei o meu testemunho sobre o benefício incalculável que a Defensoria Pública de Roraima está proporcionando ao meu Estado, onde ela já está em pleno funcionamento.

Na ocasião fiz, também, um registro do meu apelo à Casa Civil para a agilização da PEC nº 487 – que prevê autonomia orçamentária e financeira para a Defensoria Pública da União e Distrito Federal –, afirmado que trabalharia pela sua aprovação.

Srs. Senadores, é inegável a constatação de que as comunidades que contam com a atuação de um Defensor Público já têm seu índice de criminalidade reduzido.

Isso é demonstrado por estudos consistentes, apresentados no Relatório Final dos Trabalhos do Grupo Interministerial, que teve como objetivo cumprir o Item 3 do Pacto do Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano, firmado em 15 de dezembro de 2004 pelos Chefes dos Três Poderes – Presidente da República, Presidente do STF e Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O Grupo de Trabalho Interministerial, que havia sido criado pelo Decreto de 15 de abril de 2005, teve a participação de representantes da Casa Civil; da Defensoria Pública da União; do Ministério do Planejamento; da Advocacia-Geral da União; do Ministério Público e do Ministério da Justiça, que, inclusive, se manifesta favorável à PEC nº 487/2005.

Nos Estados onde a Defensoria Pública está consolidada, como no Rio de Janeiro, a sua atuação representa mais de 50% dos processos que tramitam na Justiça Estadual.

Isso se dá porque a Defensoria não se limita a ajuizar ações judiciais; mas tenta resolver conflitos, entre os quais aqueles que podem ser解决ados fora do Poder Judiciário, o que faz com que a demanda nos tribunais seja reduzida, trazendo a pacificação de interesses antagônicos. Graças aos seus princípios modernos que visam ao trabalho comunitário, de conciliação e mediação.

O Judiciário terá ainda o seu real desafogamento quando as funções institucionais da Defensoria Pública estiverem plenamente aprimoradas.

A PEC da Defensoria, como vem sendo chamada a PEC nº 487/2005, será aprovada – mais dia, menos dia!

O que passa é que precisamos ser ousados para consolidar, mais rapidamente, determinadas regras. É que até mesmo aquelas que são consideradas as

mais democráticas, por requererem tantos estudos e provocarem tantas polêmicas, tornam-se difíceis de chegar às pautas de votação do Legislativo.

Vou-me permitir aqui, meus nobres Pares, fazer uma breve explanação sobre a Defensoria Pública da União, com o intento de esclarecer e sensibilizar o Poder Executivo e o Poder Legislativo pelo parecer favorável dessa proposta constitucional.

Porque agora é o momento de trabalharmos para que a Defensoria Pública da União possa adquirir melhores condições de trabalho pelo nosso povo.

O Poder Judiciário está vivenciando o processo de interiorizar a Justiça Federal, mas somente com a Defensoria Pública da União estruturada e presente nas capitais dos Estados e no DF, poderá oferecer assistência jurídica a quem não conhece seus direitos mais básicos – como saúde, educação, moradia, alimentação, segurança e vida.

A União tem cerca de sete mil Advogados. No entanto, só podemos contar com duzentos e poucos Defensores Públicos.

O que ocorre, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é que quando acusa e investiga, por meio do Ministério Público, o Estado conta com autonomia, estrutura e instrumentos para investigar as pessoas e, sendo o caso, denunciá-las. Mas esses cidadãos, se não tiverem condições financeiras de se defender, muitas vezes são encarcerados.

No nosso País, aproximadamente 92 milhões de brasileiros ganham até dois salários mínimos, o que faz com que precisem da proteção do Estado para a defesa judicial e extrajudicial. A Emenda vai equilibrar a relação entre o Estado acusador e o Estado Defensor, para que se realize efetivamente a Justiça.

A Defensoria é o canal que o sujeito tem para reivindicar que se faça a Justiça sobre determinados problemas, reduzindo o número de demandas nos tribunais e possibilitando a pacificação de interesses antagônicos.

Os Defensores Públicos da União atuam na Justiça Federal, Trabalhista, Militar e Eleitoral, nos Tribunais Superiores – STF, STJ, TST, TSE –, nas Instâncias Administrativas – Incra, INSS, Funai, Anatel, ANP – e demais agências reguladoras, autarquias e empresas públicas federais.

Quando alguém necessita resolver um problema com o Governo Federal, com o INSS, Caixa Econômica, Incra, Universidades e outros órgãos federais, o Defensor Público é a figura que pode representá-lo, traduzindo e apresentando anseios e argumentos, dentro da correta nomenclatura. Depois, caberá à União dizer se aceita os argumentos traduzidos pelo

Defensor Público. A Defensoria atua principalmente nas áreas de:

– saúde: como defesa para o cidadão obter auxílio-doença, tratamento médico-hospitalar, em caso de falha do SUS, casos de remédios de uso contínuo, que são negados pelo Estado, por exemplo;

– educação: promovendo ações judiciais ou intermediando acordos com a própria União, para garantir o acesso à educação a quem dela necessite;

– Previdência Social: quando o cidadão quer requerer aposentadoria, auxílio-desemprego, pensão por morte, auxílio reclusão;

– assistência social: quando, por exemplo, o indivíduo nunca se filiou à Previdência Social, mas tem direito ao Benefício de Prestação Continuada, no valor de um salário mínimo, pago pelo INSS, a toda pessoa idosa com idade igual ou maior que 65 anos e, também, ao portador de deficiência física que não tem meios de prover subsistência;

– moradia: neste caso a Defensoria Pública da União atua para garantir ao indivíduo hipossuficiente o direito à moradia, segundo sua missão institucional, “apresentando defesa nas ações de imissão ou reintegração da posse promovidas pela Caixa Econômica Federal, ou ajuizando ações judiciais para evitar leilões dos imóveis e promover renegociações dos contratos de financiamento da casa própria celebrados pelo Sistema Financeiro de Habitação, além de promover ações que concretizem políticas públicas de regularização fundiária das terras da União”;

– liberdade: o Defensor toma as medidas cabíveis, quando um cidadão é preso ou ameaçado de lesão no exercício do direito de ir e vir, ou analisa a legalidade da prisão, para garantia da liberdade;

– ações coletivas: a Defensoria pode representar, perante o Poder judiciário ou fora dele, um grupo de pessoas que tenham interesses comuns; além de outras matérias, como segurança do saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e outras ações de defesa dos direitos humanos fundamentais das minorias vítimas de preconceito.

E ainda, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Defensoria Pública desenvolve vários projetos de interesse de toda a população brasileira, em parceria com a sociedade civil e outros órgãos públicos, a saber:

– Projeto DPU Itinerante, que conta com estrutura móvel para deslocamento do Defensor Público Federal às cidades ainda não assistidas por Unidades da Instituição, facilitando acesso da população aos serviços prestados pelo Órgão;

– Projeto Dourados, para prestar assistência jurídica integral e gratuita às comunidades indígenas do Município de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul;

– Projeto Escalpelamento na Amazônia, que trata de um acordo de cooperação técnica entre a Defensoria Pública Federal da União e o Departamento de Defesa do Direito do Consumidor do Ministério da Justiça, com objetivo de contribuir na erradicação do escalpelamento que atinge as comunidades da Região Amazônica;

– Projeto Câmara Previdenciária de Conciliação, com objetivo de garantir o direito ao recebimento de benefícios previdenciários;

– Projeto de Atuação nas Penitenciárias Federais, que oferece assistência jurídica gratuita aos recolhidos no Presídio Federal de Catanduvas/PR; e

– Projeto de Regularização Fundiária, que tem objetivo de promover a regularização fundiária e garantir direito à moradia das famílias carentes.

Todo indivíduo que possui renda familiar não superior ao limite de isenção do Imposto de Renda tem direito à assistência jurídica gratuita.

Para obter assistência gratuita, no caso da renda familiar ultrapassar o valor de isenção do imposto de renda, o indivíduo deverá comprovar gastos extras, como despesas com medicamentos, alimentação especial.

Mas tanto os ricos quanto os pobres necessitam dessa instituição, porque ela é indispensável ao alcance da paz social. Não se trata de caridade ou de advogado de graça.

O Defensor Público é um agente transformador da sociedade, porque implanta uma política pública de pacificação social, que é um dever do Estado e um direito do cidadão; como ente estatal, o Defensor resgata o sentimento de cidadania.

E a Defensoria Pública da União é um componente da fórmula do Estado Democrático de Direito; é indispensável a todo país que vislumbra a possibilidade de viver em paz e em segurança.

Numa sociedade como a nossa, que ainda é excludente, é preciso que os políticos lutem contra a desigualdade institucionalizada. A Nação só terá acesso à Justiça quando a PEC nº 487 for aprovada e sancionada.

As autonomias administrativa e financeira já concedidas às Defensorias dos Estados, por meio da

Emenda Constitucional nº 45, precisam ser deferidas para a instituição como um todo.

Eu quero ainda ressaltar que a aprovação dessa Emenda não cria nem aumenta despesas para o Erário, Sr's e Srs. Senadores.

E a consequência da sua aprovação será ter os seus serviços ampliados por todo o Brasil, estabelecendo-se os alicerces estruturais do órgão, que foi constitucionalmente previsto pelo Estado para garantir o acesso integral à Justiça, um compromisso que o Brasil firmou com a Corte Interamericana de Direitos Humanos, pelo fortalecimento da Defensoria Pública no Brasil.

Vale lembrar ainda que a progressiva ampliação da Defensoria Pública da União, Estados e Distrito Federal foi sugerida pelo Conselho Nacional de Justiça, considerando não só o compromisso assumido pelo Pacto de Estado em Favor de um Estado mais rápido e Republicano, como o fato de o número de Defensores não conseguir atender a todos Tribunais e Varas da Justiça Federal – na Justiça Militar, Tribunais Superiores, assim como na Justiça dos Estados.

Portanto, registro novamente o meu apelo à Casa Civil para que libere a PEC nº 487/05 e o Congresso possa aprová-la, o mais rápido possível, pois estamos tratando da autonomia de uma instituição estatal indispensável ao alcance da paz social, cujo investimento público terá retorno garantido.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Funcionário número 1 milhão”, publicada pela revista *Veja*, em sua edição de 05 de setembro de 2007.

A matéria destaca que o Governo Lula adota uma política estatizante da economia com concepções testadas e reprovadas no passado, como a do estado empresário e do controle estratégico sobre setores econômicos. Com isso, segundo a matéria, desde a posse do Presidente Lula, em 2002, o Estado inchou com a contratação de 190 mil servidores, que agora somam o astronômico número de 1 milhão de funcionários públicos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O governo Lula inchou em 190 000 o quadro de servidores e avança sobre vários setores da economia, na volta do capitalismo de estado

Ao pautar-se pelo pragmatismo na condução da política econômica, o presidente Lula aceitou contrariar a orientação histórica de seu partido em 2003, honrando a herança bendita de seu antecessor: combate à inflação, câmbio flutuante e equilíbrio das contas públicas. Ao tomar essa decisão corajosa, foi ironizado por não trazer idéia econômica nova — como se isso fosse um problema, e não uma solução num país lanhado por invenções econômicas malsãs. Até o ano passado, Lula enfrentava essa provocação com serenidade. Ouvia e seguia em frente seguro de ter feito a coisa certa. Desde a reeleição, no entanto, nota-se um avanço perigoso das idéias aventurais em diversos escalões do governo. Voltaram com força as concepções, de resto testadas e reprovadas no passado, do "estado empresário" e do "controle estratégico" sobre setores econômicos. O capitalismo de estado fez sentido e teve seu auge no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). Hoje se tornou anacrônico por perdulário, ineficiente e por criar terreno fértil para a corrupção. Um sinal claro e recente do inchaço do estado surgiu de um número simbólico, a chegada a 1 milhão do número de funcionários da União.

O investimento estatal volta a ser preponderante em algumas atividades, como a petroquímica (veja quadro na pág. ao lado). Agora o governo se prepara para se intrometer na produção do álcool, uma das indústrias mais dinâmicas e inovadoras do país. Está pronta a

minuta de um projeto de lei elaborado pelo Ministério de Minas e Energia que, se aprovado, centralizará no governo todas as decisões sobre o setor. As usinas só poderiam exportar ou vender etanol no mercado interno na quantidade estabelecida pelo governo. Os produtores não poderiam também construir novas unidades sem autorização prévia. "Há mais de 300 usinas no país, é um mercado altamente concorrencial", afirma Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura. "A produção de álcool dispensa uma ação intervencionista. O mercado tem se auto-regulado com grande eficiência." Segundo pessoas familiarizadas com o assunto, a intenção do projeto é fortalecer a Petrobras, que tem perdido espaço com o avanço do álcool e a consequente queda na venda da gasolina, o produto mais lucrativo da empresa. Até o surgimento dos carros flex, a venda de etanol era inexpressiva. Com a popularização dos bicombustíveis, no entanto, espera-se que dentro de poucos anos o consumo do combustível verde supere o de gasolina — o que seria um duro baque para a estatal.

Enquanto o projeto de controle do álcool não sai, a Petrobras vai ampliando seus tentáculos em outras áreas. Depois de uma série de aquisições, a estatal já tem 63% de participação nas empresas petroquímicas

...O GOVERNO AGORA TEM PLANOS PARA ATACAR QUATRO DOS MAIS DINÂMICOS SETORES DA ECONOMIA

BANCOS

Os Correios devem assumir o controle do Banco Postal, que hoje opera em parceria com o Bradesco. Além disso, o Besc (Banco de Santa Catarina), que seria privatizado, será incorporado pelo Banco do Brasil

TRANSPORTES

Os Correios, que detêm o monopólio da entrega de correspondências, vão criar uma subsidiária (estatal, obviamente) para o transporte aéreo de cargas — doméstico e internacional. Hoje a estatal usa o serviço de empresas privadas

PRODUÇÃO DE ÁLCOOL

O governo deve centralizar em suas mãos a decisão sobre cotas de produção, venda e exportação do produto

TELEFONIA

O Ministério das Comunicações pretende criar uma superconcessionária nacional com participação e direito de voto do estado

— incluindo a produção da nafta, a matéria-prima do setor. Não foi algo acidental. Em março passado, a Petroquisa (braço da Petrobras para a petroquímica) divulgou a seus acionistas uma mudança importante. Introduziu em seus estatutos a meta de ser líder no país e exercer a efetiva gestão das empresas onde tem investimentos.

Outras duas tacadas em gestação envolvem os Correios. A estatal, que serviu de palco para o primeiro ato da tragédia do mensalão, vai criar uma subsidiária para cuidar do transporte aéreo. A idéia é brecar o avanço de gigantes internacionais como as americanas UPS e Federal Express, a alemã DHL e a australiana TNT. A outra frente de ação dos Correios será a obtenção do direito de explorar o Banco Postal, uma instituição financeira que funciona em 5 700 agências espalhadas pelo Brasil. Problema: para fazer isso, o governo terá de romper o contrato de exploração do Postal que o Bradesco obteve por meio de licitação pública em 2002. Seria o primeiro rompimento de contrato de Lula desde sua posse, em 2003.

O inchaço puro e simples da máquina e a marca de 1 milhão de funcionários públicos são também sintomas de um estado que não quer emagrecer. Em 1992, havia 998 000 servidores do Executivo, somando civis e militares. Nos dez anos seguintes, o

quadro de pessoal foi sendo enxugado lentamente. Em 2002, no término do governo Fernando Henrique Cardoso, a administração federal dispunha de 810 000 trabalhadores. Desde que Lula tomou posse, no entanto, foram contratados 190 000 servidores. Dados do Siasi (sistema de acompanhamento da execução financeira do governo), obtidos por VEJA, indicam que, em junho passado, o total de funcionários alcançou 999 000 pessoas. Dá-se como certo que o funcionário número 1 milhão já foi admitido. A maior parte das contratações tem sido de militares. Causa surpresa o fato de que, apenas entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais no ano passado, as Forças Armadas admitiram 105 000 homens.

A conta do funcionalismo, no entanto, não pára no Executivo. Há ainda 92 000 trabalhadores do Judiciário e outros 27 000 do Legislativo federal, o que eleva o total dos servidores para 1,119 milhão. Sem falar em cerca de 1 milhão de aposentados e pensionistas. São mais de 2 milhões de pessoas que recebem

vencimentos pagos pelo Tesouro nacional, uma despesa que atingiu 100 bilhões de reais em 2006. “Não há dúvida de que o tamanho do funcionalismo é exagerado para um país com a nossa capaci-

dade financeira e a baixa qualidade do serviço prestado”, afirma o economista Alexandre Marinis, da consultoria Mosaico Economia Política.

Números compilados por Marinis mostram que o governo americano gasta o equivalente a 1,2% de seu produto interno bruto (PIB) com o pagamento de salários dos servidores civis, ao passo que no Brasil o custo é de 2,7% do PIB — e não se tem notícia de que a burocracia brasileira seja mais eficiente. “Não se exige produtividade dos funcionários públicos”, diz Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central e sócio da consultoria Tendências. “O governo contrata por contratar, sem critério. São, muitas vezes, indicações politizadas.” O bom funcionamento das instituições públicas depende, obviamente, de funcionários capacitados. Para o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920), a burocracia injeta conhecimento técnico, unidade e continuidade à administração pública. Os servidores exercem a função primordial de regular e mediar de maneira imparcial as relações entre pessoas, instituições e empresas. Mas essa nem sempre é a regra. Sobretudo no Brasil, onde, só em “cargos de confiança” — que dispensam concurso —, são mais de 22 000 funcionários federais.

O governo já não esconde suas intenções. Na última semana, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o governo implementou um novo sistema econômico, definido por ele como “social-desenvolvimentista”. O nome pode ser novo, mas a receita, surrada, só produziu resultados desastrosos ao atrasar em duas décadas o desenvolvimento do país. Espera-se que a maior parte das intenções não passe de retórica.

O SR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Só fazendo figura”, publicada pela revista *Veja*, de 29 de agosto do corrente.

A matéria destaca que, no pacote anticrime anunciado pelo Governo federal, faltam soluções e sobra improviso. Segundo a reportagem, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, Pronasci, reúne todos os vícios dos pacotes do gênero que o Governo costuma apresentar: traz projetos antigos embalados em papel novo, substitui soluções por cura-

tivos improvisados e atira em múltiplas direções sem se preocupar com o foco.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Só fazendo figura

No pacote anticrime anunciado pelo governo federal, faltam soluções e sobra improviso

Ao lançar, na semana passada, um plano de segurança pública para combate ao crime, o presidente Lula pediu aos presentes à solenidade que fizessem uma “corrente positiva” para ajudar o programa a dar certo. A julgar pelas medidas anunciadas, a força do pensamento terá de ser mesmo muito grande: o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci, como foi batizado, reúne todos os vícios dos pacotes do gênero que o governo costuma apresentar: traz projetos antigos embalados em papel novo, substitui soluções por curativos improvisados e atira em múltiplas direções sem se preocupar com o foco. “Quem tem 94 propostas para a área de segurança não tem nenhuma”, avalia Cláudio Beato, coorde-

nador do Centro de Estudos de CrimINALIDADE e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, para quem o Pronasci é uma “colcha de retalhos”. Além do fato de as iniciativas anunciadas pelo governo incluírem medidas já em andamento ou na órbita de outros órgãos — como ações de infra-estrutura e projetos de alfabetização —, o

Policiais civis em greve no Rio pedem esmola em ônibus: indigência

pacote é repleto de medidas-tampão, como a que trata do problema dos baixos salários dos policiais.

Há meses, o governo federal vinha anunciando que estabeleceria um piso salarial nacional para a categoria, cujos integrantes, em alguns estados, recebem menos de 800 reais por mês. No Rio de Janeiro, onde a Polícia Civil decretou greve por 72 horas na semana passada, um grupo de policiais chegou

à encetar um pedido de esmola a passageiros de ônibus, como forma de protesto. Pois o Lula anunciado piso salarial nacional, na última hora, acabou virando uma certa “Bolsa Formação” — adicional de até 400 reais para agentes “que participarem de cursos regulares de formação”. Quase metade dos recursos do programa se destina a esse fim. O viés assistencialista do Pronasci não se esgota aí. O programa prevê ainda outra bolsa, essa no valor de 100 reais mensais, para mulheres que contribuam para “afastar o jovem da criminalidade”. O projeto não detalha que papel terão essas mulheres, denominadas “mães da paz”. Para Nancy Cardia, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, “há o risco de que isso se transforme apenas em distribuição de renda”.

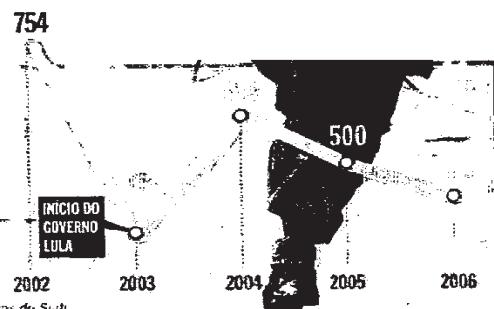
Mesmo o mais vistoso ingrediente do pacote — a promessa de investir, até 2012, 6,7 bilhões de reais em onze regiões metropolitanas com índices altos de violência — é, na verdade, a correção de um equívoco. Desde o início do governo Lula, os investimentos em segurança, que já vinham diminuindo no governo anterior, minguaram ainda mais (veja quadro). De todo o pacote, apenas um ponto mereceu o apoio unânime de especialistas: a prioridade dada aos jovens que vivem em ambientes infestados pelo banditismo. Hoje, o Brasil é um dos campeões em homicídios de pessoas na faixa dos 15 aos 24 anos. São 52 assassinatos a cada 100 000 habitantes, a terceira mais alta taxa do mundo. Será preciso muito pensamento positivo para que o Pronasci se revele um plano à altura de problemas como esse. ■

MUITAS PROMESSAS, POUCO DINHEIRO

A queda dos investimentos em segurança pública no governo Lula
(em milhões de reais)

Valores atualizados, com base no IGP-DI

Fonte: ONG Contas Abertas, a partir de dados do Sust



Marcelo Carneiro

O SR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Um País que não Aprende”, publicada na revista *Exame*, de 1º de agosto do corrente.

A matéria destaca que a tragédia com o Airbus da TAM é uma mostra do que o Brasil tem de pior, a incapacidade de extrair lições para evitar que os erros se repitam, em referência ao fato de nada ter sido feito para melhorar o sistema aéreo desde o acidente com o avião da Gol em setembro do ano passado.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

UM PAÍS QUE NÃO APRENDE

A tragédia com o Airbus da TAM é uma mostra do que o Brasil tem de pior - a incapacidade de extrair lições para evitar que os erros se repitam

NÉPCIA, IRRESPONSABILIDADE, COVARDIA, DESCASO, FALTA DE LIDERANÇA, PREGUIÇA, INCOMPETÊNCIA — ainda atordoados pelo maior acidente da história da aviação civil nacional, os brasileiros estão à cata de palavras capazes de explicar as causas do segundo desastre aéreo em solo local em menos de dez meses. Uma espécie de filme macabro parece ter entrado em cartaz desde que o Airbus da TAM chocou-se com um prédio da mesma empresa no dia 17, em São Paulo, matando cerca de duas centenas de pessoas — um filme que desfila, uma a uma, algumas das piores mazelas do país. Desde o acidente, autoridades, executivos envolvidos e especialistas buscam explicações e culpados para a tragédia. Não se sabe hoje quanto tempo levará para que apareçam as conclusões técnicas do que ocorreu naquela terça-feira, 17 de julho. Mas algumas coisas ficaram claras a partir do momento em que o Airbus explodiu. Vivemos num país que não se importa não aprender com os próprios erros. Ao contrário, insiste em repeti-los como se a conta por isso jamais fosse cobrada. É isso o que explica o festival de barbáries assistido após a tragédia — da omissão do Planalto aos gestos obscenos do assessor presidencial Marco Aurélio Garcia ao pressupor que o governo havia escapado da responsabilidade; da falta de

transparência nas informações ao caos progressivo nos aeroportos de todo o país.

Há quase dez meses, quando um Boeing

da Gol se chocou no ar com um jato Legacy e provocou a morte de 154 pessoas, os brasileiros enfrentaram um calvário para embarcar em um avião, um ato corriqueiro em qualquer país minimamente civilizado. Uma crise aberta envolvendo controladores de voo, classe que tem se especializado em emparedar o governo, desnudou a baderne que tomou conta do setor. Publicamente, o presidente Lula exigiu de seus subordinados “data e hora” para o fim do caos. Chegou a dar 24 horas para que soluções fossem encontradas. As 24 horas transformaram-se em meses de apagão, ad-

ministrados pelas mesmas pessoas de sempre. Mesmo sem oferecer soluções, as autoridades encarregadas do sistema de tráfego aéreo mantiveram emprego e status. A crise que expõe o Brasil ao ridículo perante o mundo foi empurrada com a barriga e viu piada de mau gosto de ministros, diante do crescimento da economia e das pesquisas de opinião pública que insistiam em afirmar que a inoperância dos aeroportos só afetava parte da classe média. Foi necessária a morte de 200 pessoas frente às câmeras de TV para que Brasília percebesse (e aqui cabe uma interrogação) a gra-

O que vale é o padrinho

Gestores indicados meramente por ligações políticas e até profissionais investigados por corrupção ocupam postos-chave de órgãos responsáveis pelo transporte aéreo e por outros setores da infra-estrutura

**WALDIR PIRES,
ministro da Defesa**

Amigo pessoal de Lula, é ministro da Defesa desde março de 2006. Já foi governador da Bahia e ministro da Previdência. Incapaz de tomar medidas objetivas, disse não ser de sua competência resolver o caos do setor

**JOSÉ CARLOS PEREIRA,
presidente da Infraero**

Brigadeiro da Aeronáutica. Pereira foi indicado para o posto por Lula há dois anos. Manteve diretores acusados de corrupção e a prioridade de ampliação das áreas de passageiros nos aeroportos, antes das reformas das pistas

**MILTON ZUANAZZI,
diretor-geral da Anac**

Sociólogo petista, Zuanazzi foi secretário nacional de Políticas de Turismo quando o ministro era Walfrido dos Mares Guia. Tornou-se o primeiro titular da Agência Nacional de Aviação Civil indicado por Mares Guia

vidade da situação da infra-estrutura brasileira e saísse atabalhoadamente em busca de soluções de emergência.

A causa do enfarte da infra-estrutura nacional está na incapacidade — ou no desinteresse — do governo em colocar profissionais experientes e capacitados no comando da máquina. Postos estratégicos foram loteados de acordo com conveniências políticas. Só podia dar errado. Existem hoje no governo federal 23 000 cargos de confiança — 2 064 deles criados na atual gestão. O governo americano destina 3 000 vagas para gente fora da carteira. O inglês, apenas 120. A mensagem que ingleses, americanos e tantos outros parecem emitir aos brasileiros é que a profissionalização é a única maneira de resguardar os serviços públicos da sanha da classe política. Por aqui, a falta de preparo de muitos quadros tem sido fonte de freqüentes erros de gestão e atrasos em decisões de vital interesse nacional, para não citar os incontáveis casos em que os escolhidos acabam protagonistas de escândalos de corrupção.

No setor de transporte aéreo — uma área técnica por natureza —, a lista de gestores questionáveis começa pelo ministro da Defesa, Waldir Pires, há meses perdido em meio ao caos, e estende-se aos diretores da Infraero, a estatal responsável pela administração e manutenção dos aeroportos, e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), criada há pouco mais de um ano para regular e fiscalizar o setor. Entregue ao sociólogo petista Milton Zuanazzi, com experiência anterior na área de turismo, a Anac representa o que de pior há em matéria de órgão regulador no país. Simplesmente porque não regula nada. Seu diretor-geral foi escolhido apenas por conveniências políticas — Zuanazzi foi indicado pelo ministro Walfrido dos Mares Guia, de Relações Institucionais. A agência tem se mostrado inoperante em meio à crise e é acusada de curvar-se aos interesses das companhias aéreas que deveria fiscalizar. Contrariando as opiniões técnicas, que pedem um gradual esvaziamento de Congonhas, a agência acatou a sugestão das empresas aéreas para aumentar o tráfego no aeroporto, recentemente ampliado.

LEUR LOMANTO, diretor da Anac

Foi deputado federal pela Bahia por sete mandatos consecutivos e relator do projeto de lei que criou a Anac. Na última eleição, não conseguiu se reeleger e acabou sendo indicado pelo PMDB para a diretoria da agência.

DENISE ABREU, diretora da Anac

Advogada paulista, foi indicada pelo ex-ministro José Dirceu. No primeiro mandato de Lula, Denise era subchefe adjunta de assuntos jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, então ocupada por Dirceu.

MAURO BARBOSA, presidente do Dnit⁽¹⁾

Indicado pelo ex-líder do Paraná na Câmara Sandro Mabel e pelo ex-senador por Goiás Maguito Vilela, Barbosa é citado nas investigações que a Polícia Federal faz sobre o escândalo da construtora Gautama.

HAROLDO LIMA, presidente da ANP

Escolhido pelo próprio Lula, o ex-deputado pela Bahia Lima preside a Agência Nacional do Petróleo desde janeiro de 2004. Exerceu cinco mandatos consecutivos na Câmara, chegando a ser líder do PCdoB.

A tragédia evidenciou outra lição que o país insiste em não aprender — a que diz que o desenvolvimento decorre de planejamento e trabalho duro. O futuro precisa ser construído a cada dia, com metas precisas e definidas no tempo. “Estabelecer prioridades é meio caminho para melhorar a infra-estrutura e ajudar o cidadão. Mas o poder público não dá a mínima para isso”, afirma Renato Pavan, especialista em logística de transportes. “O crivo de onde pôr o dinheiro não pode ser político. Caso contrário, tudo vai para obras eleitoreiras.” A primeira tarefa de um bom gestor público deveria ser o mapeamento das necessidades em cada modalidade da infra-estrutura. No setor de transportes, mesmo com os sinais de um iminente apagão nas principais vias de escoamento da produção, só no ano passado o governo Lula designou um grupo de trabalho para traçar um plano de desenvolvimento. Não que os atuais governantes sejam, nesse aspecto, diferentes dos que os antecederam. Eles só insistem em perpetuar os erros do passado, seja por falta de vontade, seja por falta de competência. Tome-se, uma vez mais, o exemplo do setor aéreo. “Não temos sequer um plano aeroviário no Brasil”, afirma Adalberto Febeliano, vice-presidente da Associação Brasileira da Aviação Geral. “O governo investiu em terminais de passageiros modernos e até luxuosos, que dão visibilidade política, mas não construiu a terceira pista do aeroporto de Guarulhos, que já deveria estar pronta.” Nos últimos anos, os aeroportos das principais capitais tiveram seus terminais de passageiros ampliados e transformados em vistosos shopping centers. As

reformas e as ampliações de pistas, quando consideradas, foram deixadas por último. E os equipamentos de controle ficaram relegados ao sucateamento.

A OPERAÇÃO DO AEROPORTO de Congonhas até o acidente é um exemplo acabado desses problemas. Ainda não se sabe ao certo quanto a má qualidade da pista de Congonhas contribuiu para a tragédia. Mas nada justifica o fato de que o mais movimentado aeroporto da América do Sul combine tantas condições adversas: tem pistas curtas, recebe aeronaves de grande porte, opera acima da capacidade (recebeu no ano passado 18 milhões de passageiros, em vez dos 12 milhões que deveria), está localizado em uma área densamente povoada e, para completar, apresenta problemas de conservação das pistas. “Juntas, essas condições praticamente acabam com a chance de corrigir uma eventual falha num pouso”, afirma Cláudio Jorge Alves, professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). As autoridades e também as empresas aéreas sabem disso há muito tempo. Desde a década de 70, discute-se o destino de Congonhas. Em 1979, a Aeronáutica definiu que o aeroporto ficaria apenas com a operação da ponte aérea Rio–São Paulo e com vôos regionais, feitos por aeronaves de pequeno porte. Guarulhos operaria os vôos domésticos, e Viracopos, em Campinas, seria o grande aeroporto internacional de São Paulo. “Se o plano tivesse sido seguido, a aviação estaria em condições muito melhores hoje”, diz Alves.

Há aeroportos em centros urbanos no mundo todo, mas em todos os lugares há também discussões para retirá-los. O ae-

O Brasil não aprende nem com seus acertos. Os serviços privatizados são os raros exemplos de eficiência

roporto La Guardia, em Nova York, tem muitas semelhanças com Congonhas — também fica em uma área densamente habitada, recebe aeronaves de grande porte e possui uma pista com apenas 96 metros a mais que a principal de Congonhas. Lá, pelo menos, houve reformas para reduzir riscos. Além de uma área de escape bem maior, o aeroporto americano recebeu uma espécie de guard-rail que ajuda a parar aeronaves. Mesmo assim, moradores vizinhos ao La Guardia estão em pleno movimento pela retirada do aeroporto. Outros

países já fecharam aeroportos tradicionais. Em 1998, o aeroporto central de Hong Kong foi desativado em razão do alto risco de acidentes. Atenas inaugurou em 2001 um novo aeroporto, substituindo o antigo terminal que ficava no sul da cidade. No segundo semestre de 2007, o governo português deve lançar a licitação do novo aeroporto de Lisboa, obra estimada em 3 bilhões de euros, que substituirá o atual terminal de Portela. No projeto, o governo português deverá entrar com 430 milhões de euros, e o restante dos recursos virá da iniciativa privada. “A maioria dos aeroportos na Europa já foi privatizada. Portugal é uma exceção”, diz Rafael Rossi, diretor da Mota-Engil, empreiteira portuguesa integrante de um dos consórcios que irá disputar a licitação. Essa é, porém, mais uma lição que o Brasil — e particularmente o governo atual — teima em ignorar. Nesse ponto, o país parece incapaz de aprender até com os próprios acertos. O setor da infra-estrutura em melhores condições foi justamente o que pas-

sou totalmente para as mãos de concessionárias privadas — o de telecomunicações. Antes das privatizações, o Brasil contava com apenas 12 linhas de telefone fixo e três linhas de celulares para cada 100 habitantes. Atualmente, a média por centena de brasileiros é 27 telefones fixos e 57 celulares. No setor rodoviário, são incomparáveis a qualidade e as condições de segurança das estradas privatizadas com o quadro de precariedade da maior parte da rede federal.

O que impede que o investimento de empresas possa se impor nas demais áreas é um notório viés anti-setor privado — a despeito da própria escassez de recursos públicos. O governo Lula trouxe consigo um conflito ideológico que coloca o tema das privatizações como um tabu. “É uma esquizofrenia total”, afirma o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas. “O governo não investe nem cria as condições para o setor privado investir.” Uma prova desse conflito é a situação das agências reguladoras. As principais agências sofreram retenção de recursos nos últimos anos, o que enfraqueceu seu poder de fiscalização e criou uma dependência em relação ao caixa da União. “Elas têm de ser órgãos de Estado, não de governo, caso contrário só espantarão os investidores”, afirma Virgínia Parente, professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e especialista em regulação.

A despeito de todos os problemas decorrentes da falta de planejamento, da ausência de liderança e da má gestão, o Brasil tem se beneficiado do momento excepcional por que passa a economia mundial. Mas o mundo já viveu fases de euforia — e a lição da história é que elas, inevitavelmente, chegam ao fim. Cabe aos próprios países gerar as condições para a prosperidade. Aprender com seus próprios erros — até para evitar que se repitam — é característica comum a todas as nações que chegaram ao desenvolvimento. Fica a lição. ■

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^as e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****PARECER N^º 659, DE 2007***(Escolha de Autoridade)**(Votação secreta)*

Votação, em turno único, do Parecer n^º 659, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Jayme Campos, sobre a Mensagem n^º 74, de 2007 (n^º 263/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Luiz Antônio Pagot para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

2**PARECER N^º 688, DE 2007***(Escolha de Autoridade)**(Votação secreta)*

Discussão, em turno único, do Parecer n^º 688, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem n^º 109, de 2007 (n^º 467/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

3**PARECER N^º 689, DE 2007***(Escolha de Autoridade)**(Votação secreta)*

Discussão, em turno único, do Parecer n^º 689, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, sobre a Mensagem n^º 110, de 2007 (n^º 468/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

4**PARECER N^º 716, DE 2007***(Escolha de Autoridade)**(Votação secreta)*

Discussão, em turno único, do Parecer n^º 716, de 2007, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem n^º 100, de 2007 (n^º 418/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Miguel de Souza para exercer o cargo de Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

5**PARECER N^º 734, DE 2007***(Escolha de Autoridade)**(Votação secreta)*

Discussão, em turno único, do Parecer n^º 734, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem n^º 141, de 2007 (n^º 657/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Paulo Fernando da Costa Lacerda para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

6**MENSAGEM N^º 117, DE 2007***Escolha de Chefe de Missão Diplomática**(Votação secreta)*

Mensagem n^º 117, de 2007 (n^º 498/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Julio Cesar Zelner Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.

7**MENSAGEM N^º 118, DE 2007***Escolha de Chefe de Missão Diplomática**(Votação secreta)*

Mensagem n^º 118, de 2007 (n^º 504/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a escolha

do Senhor Ánuar Nahes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar.

8**MENSAGEM N° 128, DE 2007**

*Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Votação secreta)*

Mensagem n° 128, de 2007 (n° 574/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Valdemar Carneiro Leão Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

9**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N° 211, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do parágrafo único do art. 353 do RI)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n° 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer n° 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2007.

10**PROJETO DE LEI DO SENADO
N° 412, DE 2003-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência nos termos
do Requerimento n° 647, de 2007 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.

Pareceres sob n°s 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável,

com as Emendas n°s 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Sihessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas n°s 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda n° 7-CAE.

11**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 23, DE 2007**

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento n° 670, de 2007 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n° 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer n° 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).

12**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 33, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n° 33, de 2007 (n° 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.

13**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 35, DE 2007**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara n° 35, de 2007 (n° 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei n° 8.069,

de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 13, DE 2003**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

19

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Parecer favorável, sob nº 816, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

20

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Parecer sob nº 817, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

21

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade.*

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nº's 1 a 3-CCJ, que apresenta; e abstenção do Senador Jefferson Péres.

22

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico.*

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

23

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 58, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior.*

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.*

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 204, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 502, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator : Senador Antônio Carlos Valadares.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 503, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 504, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.*

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

36

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção para a Redução dos Casos de Apatrédia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

37

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das *Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

38

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

39

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

40

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº

1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

41

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

42

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo

da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

43

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 9 minutos.)

(*) SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal e Congresso Nacional, e correspondências expedidas, no período de 1º a 30 de setembro 2007.

(*) ATAS DE COMISSÕES

(*) (Publicadas em Suplemento à presente edição)

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4821 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010716/90-4,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente sem número, de 1972, que aposentou voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 10 de junho de 1997, PAULO COSTA DE OLIVEIRA, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 01 de outubro de 2007.


AGACIEL DAS SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4822 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002420/92-9,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 105, de 1992, que aposentou voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 26 de junho de 2005, IPEMERY JOSÉ MARTINS DA CUNHA, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem 20% de acréscimo, pelas vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 01 de outubro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4823 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001019/90-2,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 64, de 1990, que aposentou voluntariamente, com proventos integrais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 15 de outubro de 1997, OLAVO DE SOUSA RIBEIRO, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 01 de outubro de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4824 , de 2007

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004876/89-0,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 118, de 1989, que aposentou voluntariamente, com proventos proporcionais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 01 de julho de 2006, AYRTON JOSÉ ABRITTA, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 01 de outubro de 2007.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 4825 , de 2007**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001230/93-0,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 45, de 1993, que aposentou voluntariamente, com proventos proporcionais, o ex-servidor do Quadro de Pessoal do Senado Federal, falecido em 13 de novembro de 2005, JOSÉ DE RIBAMAR DUARTE MOURÃO, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148, de 1994, com efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 1994, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 01 de outubro de 2007.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

DEM – Antonio Carlos Júnior*^(S)
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque*^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro*^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás

DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí

DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto *^(S)
DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^(S)
(bago) ¹

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro**^(S)

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana *^(S)
PTB – Gim Argello**^(S)

Tocantins

BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾	
(DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007

Designação: 5.6.2007

Instalação:

Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago)³	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: scomcae@senado.gov.br

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB

Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT)⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)**

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB

Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB

Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago)¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azzeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretaria: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho – PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB

Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – PcdB	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) [†]
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

[†] Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR**
(7 titulares e 7 suplentes)

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp 2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretaria: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
 Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
 Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
 E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001	<u>6^a Eleição Geral:</u> 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha⁸
Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
(vago) ¹			4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 28.09.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GS/SS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1^a Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5^a Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral: 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003
3^º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6^a Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB – RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENmann (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. (vago) ⁴
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.9.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Deputado Gervásio Silva renunciou à vaga de suplente em 10.9.2007, conforme expediente encaminhado por meio do Ofício nº 313-L-DEM/07, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 14.9.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



CONSELHOS AOS
GOVERNANTES

Isócrates
Platão
Kautilya
Maquiavel
Erasmo de Roterdã
Miguel de Cervantes
Mazarino
Maurício de Nassau
Sebastião César de Meneses
D. Luís da Cunha
Marquês de Pombal
Frederico da Prússia
D. Pedro II

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 15

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 138 PÁGINAS